

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Secretaria Acadêmica da Pós Graduação**

Pedro Simon Camarão Telles Ribeiro

**O impeachment de 2016 no Jornal Nacional - Análise dos discursos antagonistas na
polarização política**

Mestrado em Comunicação e Semiótica

**São Paulo
2020**

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Secretaria Acadêmica da Pós Graduação

Pedro Simon Camarão Telles Ribeiro

**O impeachment de 2016 no Jornal Nacional - Análise dos discursos antagonistas na
polarização política**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora
da Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo, como exigência parcial para obtenção do
título de MESTRE em Comunicação e Semiótica,
sob a orientação do Prof., Dr. José Luiz Aidar
Prado

Mestrado em Comunicação e Semiótica

São Paulo
2020

BANCA EXAMINADORA

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001

Nº do processo: 88887.148692/2017-00

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. José Luiz Aidar Prado pela paciência e pela oferta de conhecimento, a todo o corpo docente do programa de Comunicação e Semiótica, principalmente, aos que contribuíram diretamente para minha formação: Profa. Dra. Lucrécia D'Alessio Ferrara, Profa. Dra. Valdenise Lézier Martyniuk e Prof. Dr. Eugênio Rondini Trivinho que integrou a banca de qualificação junto com o Prof. Dr. Laurindo Leal Filho. Agradeço também a Cida Bueno, assistente de coordenação do programa pelo aconselhamento.

Durante os dois anos e meio em que estive dedicado ao mestrado muitos foram os colegas, também dedicados às suas pesquisas que colaboraram para o direcionamento deste trabalho ao compartilharem conhecimento através do debate de ideias. Agradeço a todos.

Agradeço também a minha família e aos companheiros e companheiras que estiveram presentes em bons e maus momentos durante todo este período.

Por fim, gostaria de agradecer ao processo do mestrado em si porque ensina sobre o tempo, o quanto o tempo é valioso e precisa ser considerado.

RESUMO

Esta pesquisa analisa os sentidos construídos pela cobertura jornalística do Jornal Nacional (JN) sobre a crise política brasileira em 2016, nos meses de março, abril, agosto e setembro daquele ano, quando ocorreram as votações do impeachment no Congresso Nacional, uma série de manifestações a favor e contra o governo vigente e denúncias de esquemas de corrupção envolvendo Luiz Inácio Lula da Silva e outros integrantes do Partido dos Trabalhadores. A pesquisa adota a teoria do discurso de Laclau e Mouffe (2015) – que tem como referência o pós-estruturalismo -, e análises sobre a crise política realizadas por Alonso (2017) e Prado (2019) para identificar as cadeias de sentido que os grupos sociais polarizados constituíam, a disputa entre discursos antagonistas conforme apresentada pelo telejornal e a forma como o JN assumiu um posicionamento político. A metodologia da análise televisual construída por Beatriz Becker (2012) foi empregada para descontruir características do Jornal Nacional, tais como a construção de uma narrativa polarizada, baseada no conflito e com caráter conservador, que estiveram presentes no noticiário político que apresentou à sua audiência as lutas entre diferentes grupos sociais.

Palavras-chave: 1. Telejornalismo; 2. Jornal Nacional; 3. Crise Política; 4. Polarização; 5. Laclau.

ABSTRACT

This research analyzes the meanings constructed by the journalistic coverage of the Jornal Nacional (JN) on the Brazilian political crisis in 2016, in the months of March, April, August and September of that year, when the impeachment votes in the National Congress took place, also a series of demonstrations in favor of and against the current government, as well as accusations of corruption schemes involving Luiz Inácio Lula da Silva and other members of the Partido dos Trabalhadores. The research adopts Laclau and Mouffe's (1985) discourse theory - which has post-structuralism as a reference - and analyses of the political crisis carried out by Alonso (2017) and Prado (2019) to identify the chains of meaning that the polarized social groups constituted, the dispute between antagonist discourses as presented by the TV news and the way JN assumed a political position. The methodology of television analysis built by Beatriz Becker (2012) was used to deconstruct characteristics, such as the construction of a polarized narrative, based on conflict and with a conservative character, of the National Journal present in the political news, which presented to its audience the struggles between different social groups.

Keywords: telejournalism; National Journal; political crisis; polarization, Laclau;

LISTA DE IMAGENS

Imagen 1 –	Polarização e o JN	25
Imagen 2 –	Antagonismo	42
Imagen 3 –	Construção da suspeição de Lula e do governo 1	56
Imagen 4 –	Construção da suspeição de Lula e do governo 2	57
Imagen 5 –	Construção da suspeição de Lula e do governo 3	57
Imagen 6 –	Construção da suspeição de Lula e do governo 4	58
Imagen 7 –	Construção da suspeição de Lula e do governo 5	59
Imagen 8 –	Construção da suspeição de Lula e do governo 6	59
Imagen 9 –	Construção da suspeição de Lula e do governo 7	60
Imagen 10 –	Construção da suspeição de Lula e do governo 8	61
Imagen 11 –	Construção da suspeição de Lula e do governo 9	62
Imagen 12 –	Construção da suspeição de Lula e do governo 10	62
Imagen 13 –	Construção da suspeição de Lula e do governo 11	63
Imagen 14 –	Construção da suspeição de Lula e do governo 12	65
Imagen 15 –	Construção da suspeição de Lula e do governo 13	66
Imagen 16 –	Construção da suspeição de Lula e do governo 14	67
Imagen 17 –	Construção da suspeição de Lula e do governo 15	68
Imagen 18 –	Construção da suspeição de Lula e do governo 16	69
Imagen 19 –	Construção da suspeição de Lula e do governo 17	69
Imagen 20 –	Construção da suspeição de Lula e do governo 18	71
Imagen 21 –	Construção da suspeição de Lula e do governo 19	71
Imagen 22 –	Construção da suspeição de Lula e do governo 20	72
Imagen 23 –	Construção da suspeição de Lula e do governo 21	72
Imagen 24 –	Grupos “patriotas” 1	75
Imagen 25 –	Grupos “patriotas” 2	76
Imagen 26 –	Grupos “patriotas” 3	76
Imagen 27 –	Grupos “patriotas” 4	77
Imagen 28 –	Grupos “polarizados” 1	79
Imagen 29 –	Grupos “patriotas” 5	80
Imagen 30 –	Grupo “socialista”	80
Imagen 31 –	Declaração de Sergio Moro	98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Circulação Jornais – 3 anos – 2015 a 2017.....	16
Tabela 2 –	Popularização dos televisores no Brasil – 24 anos – 1950 a 1974	17
Tabela 3 –	Reportagens sobre corrupção – março 2016.....	55
Tabela 4 –	Reportagens sobre corrupção/abril	70
Tabela 5 –	Características dos grupos de manifestantes apresentadas pelo Jornal Nacional.....	74
Tabela 6 –	Edições do JN analisadas	97
Tabela 7 –	Tempo destinado ao tema “crise política” no JN	97
Tabela 8 –	Nº de reportagens sobre corrupção no período analisado	97

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – O CONTEXTO	15
1.1 Jornalismo no Brasil: um breve histórico	15
1.2 Jornalismo e telejornalismo	18
1.3 O mundo no qual o telejornalismo e a crise política brasileira se inserem	20
1.4 De 2013 até o impeachment (golpe) de 2016	24
1.4.1 A tensão social aumentava	32
1.4.2 PT e PSDB se dividem com relação à conjuntura	32
1.4.3 Explodem os protestos no Brasil	33
1.4.4 A política institucional tenta responder	35
1.4.5 A divisão nas ruas se aprofunda	35
1.4.6 Desfecho dos protestos e clima no país	37
1.4.7 Eleições de 2014 e a polarização	39
CAPÍTULO 2 – DOS DISCURSOS ANTAGONISTAS NO JN	42
2.1 Discurso	44
2.2 O telejornalismo constrói/reconstrói a realidade	46
2.3 Análise dos discursos antagonistas no Jornal Nacional	48
2.3.1 O discurso anticorrupção	50
2.3.2 O discurso em defesa da democracia	51
2.3.3 Discursos antagonistas e o Jornal Nacional	53
CAPÍTULO 3 – O JORNAL NACIONAL	82
3.1 Gênero televisual: <i>Jornal Nacional</i> como um telejornal polifônico	82
3.2 O jornalismo político no JN	85
3.3 Padrões de conteúdo no <i>Jornal Nacional</i>	90
3.4 Análise Televisual aplicada ao <i>Jornal Nacional</i>	94
3.4.1 Análise Televisual aplicada ao JN na crise política de 2016	97
CONCLUSÃO	105
REFERÊNCIAS	104

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, os *media* cumprem parte no processo de produção dos sentidos. Entretanto, a ordem cronológica dos fatos e os detalhes que circundam os acontecimentos nem sempre são respeitados pelo processo de produção e circulação de informações noticiosas. Consequentemente, o processo de produção de sentidos sobre um momento ou sobre um período histórico é afetado. Esta pesquisa se propõe a analisar a disputa discursiva, provavelmente, mais intensa da democracia brasileira que se desencadeia a partir de meados de maio de 2013.

Para tanto, cabe inicialmente destrinchar alguns pontos cruciais para apontar a relevância de se olhar para o tempo já vivido com um olhar analítico. A memória nacional é a forma mais completa de uma memória coletiva, de acordo com Maurice Halbwachs (Pollak, 1989). Michael Pollak (1989) em *Memória, esquecimento, silêncio* parte das ideias de Halbwachs para analisar períodos históricos em que as memórias estão em disputa. O autor menciona o período em que tentou-se destruir imagens e monumentos em homenagem a Stalin na União Soviética na tentativa de estabelecer um novo entendimento sobre o que foram os anos em que esteve no poder. O objetivo desta pesquisa não tem conexão com a União Soviética ou Stalin, mas o que está em discussão é parte do processo através do qual o período de 2003 a 2016, em que o Brasil passou por avanços sociais, foi ressignificado por parcelas do tecido social que foram às ruas contra o governo da época. Os protestos ocorreram por cerca de 4 anos e foram protagonizados por indivíduos de diferentes espectros políticos, alguns até sem convicções políticas, mas com certeza sobre seu sentimento de insatisfação. Os 13 anos de governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores foram enquadrados por diferentes grupos, mas principalmente pelos conservadores e “patriotas” (ALONSO, 2017) como um dos maiores casos de corrupção do mundo, semelhante à forma como foi descrita pelo *Jornal Nacional*

William Bonner: Nesta quarta-feira a imagem da empresa que já foi orgulho brasileiro se transformou em cinzas. O mundo conheceu o resultado de uma enquete que a ONG Transparência Internacional organizou na internet.

Repórter: Uma posição na qual ninguém queria estar. O escândalo da Petrobrás foi eleito o segundo maior caso de corrupção no mundo (a repórter faz uma pausa neste pedaço da narração como se fosse um ponto final, separando da informação que vem a seguir) na votação da Transparência Internacional, ONG que tem sede na Alemanha e é referência no trabalho de combate a esse tipo de crime [...]. A campanha começou em outubro e teve a participação de mais de quatro milhões e meio de pessoas que indicaram casos de corrupção ao redor do mundo [...]. (JORNAL NACIONAL, exibido em 10 fev. 2016a).

O Jornal Nacional é o mais antigo telejornal da televisão brasileira na atualidade. O programa tem tanta credibilidade e audiência que é apontado como referência do gênero telejornal para todos os outros programas do tipo. Existem os telejornais que se diferenciam do JN e os que se assemelham, mas o marco comparativo é o JN. Por isso, esta pesquisa analisa a crise política dentro do Jornal Nacional. O que é veiculado pelo telejornal pode alcançar enorme repercussão não só pela televisão, mas também pela internet porque como aponta Beatriz Becker (2012) o que é produzido no Jornal Nacional é reproduzido na internet através de diversas plataformas. No trecho citado acima, o texto busca dar credibilidade à entidade e ao resultado da enquete. Para olhos treinados, a informação provoca dúvida justamente com relação ao que a notícia pretende enaltecer. Na época em que a notícia foi exibida o Brasil estava dividido entre discursos antagonistas, no sentido de Laclau e Mouffe (2015), e a informação tinha sentidos diferentes para cada discurso. Assim, esta pesquisa deseja responder à seguinte questão: os discursos antagonistas que estavam disputando hegemonia (LACLAU; MOUFFE, 2015) foram apresentados pela cobertura jornalística do *Jornal Nacional* da TV Globo? De que forma?

No Brasil, até 2012 havia o entendimento por parte das empresas de comunicação de que o país estava em franco crescimento econômico e que tinha um futuro próspero. Porém, havia uma série de insatisfações tanto com investimentos que o governo vinha realizando, como com as transformações sociais pelas quais o país passava – insatisfações que surgiam em diferentes espectros e que tinham sentidos variados -, e a partir de 2013 essa perspectiva foi sendo minada, destruída. A insatisfação popular com os políticos e com a qualidade dos serviços públicos que foi expressa nas ruas por milhões de brasileiros acabou dando origem a uma polarização política e social que dominou a agenda do Brasil até 2018, pelo menos. As fontes profissionais de difusão de informação, os *media*, sempre são e foram fundamentais para a formação de sentido pelo conjunto da sociedade que se revoltou contra o governo.

Antes de aprofundar no processo de polarização e na forma como será feita a análise discursiva, cabe definir o que é “fato”. Esse conceito tem sido motivo de reflexão na teoria do conhecimento e na filosofia da ciência. “Fato” deriva do latim *factum*, particípio do verbo *facere*, que significa fazer. Liriam Sponholz (2009) afirma em *O que é mesmo um fato? Conceitos e suas consequências para o jornalismo*, publicado na revista Galáxia, em 2009, que há uma perspectiva ontológica definida por Austin (1961) e Walsh (1943) como “dados crus”, uma perspectiva epistemológica definida por Walsh (1943) como “proposição verdadeira” e a perspectiva comunicativa definida por Kuhlmann (1999) como tipo de ato da fala ou declaração, ao qual o processo de argumentação não se aplica. Nesta dissertação trabalharemos com a perspectiva ontológica, ou seja, compreende-se o fato como dado cru, externo a qualquer

proposição e ainda com a perspectiva epistemológica em que há uma proposição sobre o fato, mas que não corresponde exatamente ao dado cru. A segunda definição é aplicada ao “fato jornalístico”.

A base da análise aqui realizada é a teoria discursiva de Ernesto Laclau, para a qual nenhum fato existe fora da linguagem. Se é dotado de significado, então, é parte da cadeia discursiva (LACLAU; MOUFFE, 2015). A teoria permite analisar de que forma brasileiras e brasileiros foram se dividindo em uma disputa antagonista ao redor de significantes que davam sentido às suas reivindicações e, ao mesmo tempo, atingiam o limite da linguagem, ou seja, posições antagônicas (LACLAU; MOUFFE, 2015). Tudo o que uma parcela da sociedade era, automaticamente, impedia a parcela que estava no outro polo de ser o que desejava em sua plenitude. A referência é àqueles que eram contra a corrupção e defendiam um Brasil livre da política que impedia que o país fosse melhor e, seus antagonistas, aqueles que defendiam a democracia, a manutenção do governo e as políticas públicas que eram aplicadas pelo governo de esquerda liderado pelo Partido dos Trabalhadores.

O objeto desta dissertação é a forma como a crise política foi construída durante o ano de 2016, nos períodos em que ocorreram as votações decisivas do processo de impeachment no Congresso Nacional. Nesta pesquisa são analisados os sentidos e significados que formavam os discursos que constituíam os grupos sociais polarizados, com o objetivo principal de compreender os sentidos produzidos no Jornal Nacional, o próprio telejornal e o que o JN produziu de sentidos. Para realizar esta análise fez-se necessário reconstruir o processo desde sua origem, nas chamadas jornadas de junho de 2013 e no período posterior a estes movimentos. Esse processo político-social tem sido analisado nos últimos anos sob diversos aspectos.

Em *Imobilismo em Movimento*, o cientista social e filósofo Marcos Nobre (2013) analisa o percurso da política brasileira a partir da redemocratização e defende que existia uma força dentro da política que bloqueava os interesses dos movimentos sociais e da sociedade civil. Tratava-se do pemedebismo. Essa espécie de instituição que garantiu maioria parlamentar para diferentes governos é, de acordo com Nobre, abalada pelas jornadas de junho de 2013. O autor argumenta que muito mais do que reivindicar a manutenção dos preços das passagens de ônibus, o movimento questionou toda a forma como se fazia política no Brasil naquele momento. Essa perspectiva é levada em consideração nesta dissertação que volta a junho de 2013 e até mesmo um pouco antes, no final de maio do mesmo ano, para apontar que as insatisfações já estavam latentes no tecido social e passaram a se organizar ao redor de pontos nodais (LACLAU; MOUFFE, 2015).

José Luiz Aidar Prado (2019, p. 101) analisa a polarização sob uma perspectiva diferente, através da teoria discursiva de Ernesto Laclau, caminho que é seguido por esta pesquisa. No artigo *Polarização e insatisfação midiatizadas no capitalismo comunicacional: como manter a democracia?* apresentado no Ciseco 2018, Prado analisa a polarização social conectando o processo ao aprofundamento do neoliberalismo, o que faz com que o cidadão comporte-se como consumidor em diversos aspectos, inclusive com relação à política. O autor também analisa a relação dos grupos sociais mobilizados com a circulação de informações e de fake news nas redes sociais online. Através do diálogo com as análises feitas sobre o período pelos autores mencionados e por Ângela Alonso (2017) esta dissertação também apresenta uma contextualização do mundo mediatizado, dos *media* e das mudanças no processo de circulação de informações (FAUSTO, 2018). Esta contextualização levanta como hipótese que o processo político e social no Brasil possa ser resultado da mudança nas ferramentas de mobilização política em função da forma como a circulação (FAUSTO, 2018) afetou as mobilizações sociais e os afetos com relação à política brasileira, além da produção de sentidos e as práticas sociais.

O formato do programa jornalístico da TV Globo é referência do que é telejornalismo (GOMES, 2005, p.1) no Brasil. De acordo com a autora Itânia Gomes (2005, p.1), o JN tem um significado cultural para o país (2005) que está ligado à integração nacional e à ideia de civismo. Diante da relevância do telejornal, investigamos através da metodologia construída por Beatriz Becker (2012), a análise televisual, qual o sentido construído pelas notícias exibidas pelo Jornal Nacional sobre o que acontecia no país durante os meses de março e abril e agosto e setembro de 2016, período em que grupos sociais disputavam se o Brasil estava combatendo a corrupção ou sofrendo um golpe de Estado.

CAPÍTULO 1 – O CONTEXTO

Analisar o período do impeachment não seria possível sem abordar o contexto no qual o Brasil estava inserido desde 2013. Os sentidos e os significados trabalhados no capítulo 2 desta dissertação só podem ser compreendidos se antes for feita uma retrospectiva dos anos anteriores. De início, trataremos rapidamente da história da prática jornalística no Brasil.

1.1 Jornalismo no Brasil: um breve histórico

A desigualdade social e os curtos períodos de democracia no Brasil são elementos fundamentais para o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa e do jornalismo no país. A desigualdade no Brasil é educacional, judicial, informacional, de oportunidades e de condições de sobrevivência. Todos esses elementos, acrescidos da censura que foi instituída por décadas e em diferentes períodos fez com que a atividade jornalística nos grandes meios de comunicação se tornasse uma ferramenta de manutenção destas injustiças. As poucas iniciativas que trabalham no sentido contrário costumam se criticadas por esse sistema. O jornal impresso, primeiro veículo de informação jornalística do país, sempre teve pouquíssimo poder de comunicar e, consequentemente, de influenciar diretamente a maior parte do tecido social. O índice atual de tiragem dos jornais e o de maior circulação no país, a Folha de S. Paulo, mostra como é pequena a abrangência desses veículos.

Tabela 1: Circulação Jornais – 3 anos – 2015 a 2017.

veículo	média de exemplares (auditada pelo IVC)						evolução - dez.2014 a dez.2017					
	dez.14			dez.17			%			nº absolutos		
	impr.	digital	total	impr.	digital	total	impr.	digital	total	impr.	digital	total
Folha (SP)	211.933	159.117	371.050	121.007	164.327	285.334	-42,9%	3,3%	-23,1%	-90.926	5.210	-85.716
Globo (RJ)	204.780	148.472	353.252	130.417	112.987	243.404	-36,3%	-23,9%	-31,1%	-74.363	-35.485	-109.848
Super Notícia (MG)	284.082	39.117	323.199	156.572	48.143	204.715	-44,9%	23,1%	-36,7%	-127.510	9.026	-118.484
Estado (SP)	163.314	74.111	237.425	114.527	88.745	203.272	-29,9%	19,7%	-14,4%	-48.787	14.634	-34.153
Zero Hora (RS)	164.352	37.705	202.057	100.979	80.150	181.129	-38,6%	112,6%	-10,4%	-63.373	42.445	-20.928
Estado de Minas (MG)	55.743	52.968	108.711	26.366	25.356	51.722	-52,7%	-52,1%	-52,4%	-29.377	-27.612	-56.989
Correio Braziliense (DF)	40.882	9.841	50.723	26.493	18.427	44.920	-35,2%	87,2%	-11,4%	-14.389	8.586	-5.803
Valor Econômico (SP)	43.177	15.795	58.972	29.382	28.985	58.367	-31,9%	83,5%	-1,0%	-13.795	13.190	-605
Gazeta do Povo (PR)	38.397	1.894	40.291	*	n.d.	n.d.	*	n.d.	n.d.	*	n.d.	n.d.
A Tarde (BA)	30.389	9.680	40.069	16.759	13.348	30.107	-44,9%	37,9%	-24,9%	-13.630	3.668	-9.962
O Povo (CE)	19.273	n.d.	19.273	13.844	n.d.	13.844	-28,2%	n.d.	-28,2%	-5.429	n.d.	-5.429
total	1.256.322	548.700	1.805.022	736.346	580.468	1.316.814	-41,4%	5,8%	-27,0%	-519.976	31.768	-488.208

Fonte: dados oficiais do IVC (Instituto Verificador de Circulação). Jornais: tiragem média diária + assinaturas digitais.
A "Gazeta do Povo" deixou de circular em versão impressa diária em 2017. O "Povo" não tem dados sobre assinaturas digitais.
Elaboração: Poder360/Drive

Fonte: Poder 360, 2018.

É evidente que em um país de dimensões territoriais continentais é praticamente impossível que um jornal impresso seja capaz de estar presente em todo o território. De qualquer forma, quando se compara a capacidade dos jornais impressos à audiência do *Jornal Nacional*, a diferença é abismal. Cada ponto de audiência, apenas em São Paulo, equivale a 84 mil televisores sintonizados no canal. Na Grande São Paulo, o JN tem em média 30 pontos de audiência, de acordo com levantamento do Kantar IBOPE Media realizado em novembro de 2019.

Esse domínio da televisão não é obra do acaso. É fruto do interesse político pelo poder de controlar o conteúdo dos meios de comunicação tecnológicos. Na década de 1930, quando mais de 50% da população brasileira era considerada analfabeta, de acordo com o IBGE, Getúlio Vargas criou instituições governamentais para controlar a programação das rádios e o conteúdo dos jornais impressos. A maior emissora de rádio do país era ligada aos interesses políticos do governo da época. “O rádio é o jornal de quem não sabe ler”, dizia um manuscrito de Edgar Roquette-Pinto que foi recuperado por Reinaldo Tavares e mencionado por Luiz Artur Ferrareto (2001).

O governo tinha controle sobre as concessões para autorização de funcionamento de emissoras de rádio e ainda controlava o seu conteúdo através do Departamento de Imprensa e

Propaganda. Desde então, somente uma parte dos discursos sociais teve espaço nos *media*. Ou seja, o que não tinha conexão com os grupos que estavam no poder, não era tratado. Essa relação promíscua entre o Estado e os meios de comunicação se manteve ao longo do tempo. Quando o rádio deixou de ser o principal meio de entretenimento das famílias brasileiras, a televisão apareceu como o aparelho mais cobiçado. De início, na década de 1950, os televisores eram acessíveis para pouquíssimas pessoas porque custavam muito caro. O valor era semelhante ao de um carro.

Somente após o golpe de 1964, quando os militares derrubaram João Goulart e implementaram uma ditadura militar, a popularização dos televisores se deu, através de uma política de Estado com tal objetivo.

Tabela 2: Popularização dos televisores no Brasil – 24 anos – 1950 a 1974

Ano	Nº de aparelhos
1950	200
1952	11.000
1954	34.000
1956	141.000
1958	344.000
1960	598.000
1962	1.056.000
1964	1.663.000
1966	2.334.000
1968	3.276.000
1970	4.584.000
1972	6.250.000
1974	8.781.000

Fonte: ABINEE – Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletrônicos apud Guerra, 2017, p. 101.

A meta do governo era utilizar a televisão como meio para a criar uma identidade nacional (OLIVEIRA, 2001). Os militares concederam uma série de benefícios à recém-criada TV Globo, dessa maneira, a TV Tupi foi enfraquecida e a emissora escolhida pelos militares para ser a comunicadora do governo contou com o apoio tecnológico estatal para ter a capacidade de atingir todo o território nacional. Portanto, existiu um projeto político sustentando o poder de comunicação da TV Globo. Durante as décadas em que a ditadura militar imperou, a censura aos veículos de comunicação se fez presente e manteve o bloqueio para determinados discursos que não podiam ser abordados pela imprensa.

1.2 Jornalismo e telejornalismo

O jornalismo tem vocação factual, mas não necessariamente de forma superficial. O aprofundamento, algo que deveria ser obrigatório, bem como a investigação de fatos que não sejam somente os da última hora, não têm muito espaço na prática jornalística das grandes empresas de comunicação brasileiras. No livro clássico *O que é jornalismo*, Clovis Rossi, ainda na introdução, afirma que jornalismo.

[...] independentemente de qualquer definição acadêmica, é uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos: leitores, telespectadores ou ouvintes. Uma batalha geralmente sutil e que usa uma arma de aparência extremamente inofensiva: a palavra, acrescida, no caso da televisão, de imagens. Mas uma batalha nem por isso menos importante do ponto de vista político e social, o que justifica e explica as imensas verbas canalizadas por governos, partidos, empresários e entidades diversas para o que se convencionou chamar veículos de comunicação de massa. (ROSSI, 2006, p.5-6).

Para José Marques de Melo o Jornalismo é

[...] uma atividade singular da indústria cultural, assumindo a feição de um processo contínuo, transparente e veloz, determinado pela atualidade. Tanto assim que estudiosos europeus como Roger Clause não hesitam chamar o Jornalismo de processo de informação da atualidade. A sua especificidade está justamente na captação dos acontecimentos que ocorrem, bem como na sua transmissão incontinent, imediata, a cidadãos sequiosos e curiosos por conhecer as novidades. (MELO, 1992, p. 23).

Já Luiz Beltrão considera que “[...] jornalismo é informação de fatos correntes, devidamente interpretados e transmitidos periodicamente à sociedade, com o objetivo de difundir conhecimento e orientar a opinião pública no sentido de promover o bem comum” (BELTRÃO, 2006, p.30).

No campo do jornalismo, não há definições que fujam de forma radical às apresentadas acima. Jornalismo é atualidade e, para a comunicação, assumimos a definição de Prado (2013, p.104) para quem trata-se de um “dispositivo cognitivo de mapeamento do mundo e identificação de atores”. Em concordância com as três formas de definir o que é jornalismo, este pesquisador afirma ser esta uma prática que, necessariamente, oferece referências para o público que recebe as notícias. Os jornalistas, tecnólogos do discurso que são, muitas vezes com os “olhos fechados” para o grande sistema de produção de capital no qual estão inseridos, são, ainda assim, batalhadores na busca para conseguir a informação e compartilhá-la com o público. Há um tanto de vaidade e um tanto de sentimento de dever cumprido para com a coletividade na maior parte dos profissionais do jornalismo. Essa não é uma informação embasada por dados, mas pela experiência de campo, pela convivência com colegas de labuta.

O exercício do jornalismo passou por quatro fases, na concepção de Marcondes Filho (2000): a primeira, a partir da revolução francesa até meados do século XIX, em que os jornalistas contribuíram para a circulação de saberes que antes estavam restritos à igreja e à universidade; a segunda é constituída pela utilização de maquinários que desenvolvem a produção e possibilitam a formação de públicos amplos; a terceira, mais fortemente na primeira metade do século XX, a prática jornalística é afetada pela criação da indústria da publicidade e, finalmente, a quarta, em que, a partir dos anos 1970,

[...] o jornalismo se configura com a tecnologia da cibercultura e da época pós-moderna e se amplia para além do noticiar, transformando-se em um dos tipos de convocação disponíveis para divulgar não somente notícias, mas pacotes identitários, de autoajuda, baseados em novos programas criados pela psicologia positiva e pela administração neoliberal das consciências. (PRADO, 2013, p. 30).

Nesse contexto, o telejornalismo ganha relevância em função do dinamismo com que apresenta simultaneamente imagens, sons e informação. O telejornal é um produto que convoca as audiências e oferece narrativas audiovisuais com emoção, informação e imagens de fatos que se assemelham ao real ocorrido ou que esteja ocorrendo no momento da transmissão. Este conteúdo é apresentado com base em linhas editoriais que sustentam a construção das narrativas jornalísticas e, por consequência, da informação. Esses produtos jornalísticos, no caso do Brasil, têm o objetivo de emitir mensagens universais capazes de acessar diferentes classes sociais e grupos de interesse, por isso, se consolidaram no horário nobre

[...] assumindo novos contornos para além da função objetiva de informar, ocupando um lugar estrategicamente construído como defensores dos direitos do público diante da fragilidade da sociedade civil, amparando e promovendo denúncias populares. (BECKER, 2016, p.37).

Na atualidade, a televisão continua a ser um meio de comunicação extremamente popular entre os brasileiros, como mostra a Pesquisa Brasileira de Mídia de 2016, realizada pela Secom (governo federal): em média, os brasileiros passam 4 horas em frente a um televisor de segunda à sexta-feira; 73% mantém o hábito de ligar diariamente o aparelho. Nesse sentido, para Bucci e Kehl (2004, p.12) no Brasil “a TV dá a primeira e a última palavra e, mais do que isso, a primeira e a última imagem sobre o assunto”. A conclusão dos autores expressa a relevância da televisão no Brasil, entretanto, nos dias atuais a TV já não tem o monopólio sobre a palavra e as imagens em função da concorrência das novas tecnologias na internet, como será demonstrado no item a seguir.

Em paralelo ao que é ou ao que deveria ser o jornalismo, dá-se a discussão sobre a influência dos interesses comerciais na produção dos noticiários. Em se tratando de

telejornalismo, o debate acadêmico tem se concentrado na aproximação cada vez mais forte entre jornalismo e entretenimento. Itânia Gomes (2011), Beatriz Becker (2005) e outros têm se dedicado a compreender como jornalismo e a dramaturgia estão se tornando elementos das mesmas notícias.

1.3 O mundo no qual o telejornalismo e a crise política brasileira se inserem

Este item apresenta uma breve radiografia da contemporaneidade e do sistema estrutural que afeta o funcionamento dos *media*. O sistema vigente é o capitalismo comunicacional globalizado que se caracteriza pela busca incessante do capital em criar novas formas e possibilidades de consumo, como descreve Prado:

Ele ouve compreensivamente seus públicos, adapta-se rapidamente, aprende a dialogar com eles, torna-se propositivo, adianta-se às necessidades, recua, estuda novamente o ambiente, assim por diante. Qualquer sinal de diferença emitido na mais remota aldeia do planeta é rapidamente captado por um caçador semiótico e transformado em *input* de um sistema cognitivo, que apreende o caos semiótico e o transforma em tendência de moda, de vivência, de busca de futuro (PRADO, 2013. p. 12).

Ao analisar a forma como os *media* servem a esse sistema como ferramentas convocadoras para o consumo, Prado argumenta que os meios de comunicação formam um subsistema hegemônico mídia-publicidade (2013, p.36). Essa utilidade que os meios tecnológicos recebem no capitalismo comunicacional é importante para esta pesquisa porque o *Jornal Nacional* sempre esteve estrategicamente posicionado no horário nobre, ou seja, na faixa da grade de programação mais assistida pelos telespectadores e de maior valor comercial. Por ir ao ar entre telenovelas, o JN tem como característica ser um folhetim da vida real que busca narrar de uma forma dramática e afetiva fatos que ocorrem no Brasil.

Essa construção narrativa vem sendo transformada e moldada com o passar dos anos de acordo com o entendimento do que é de maior preferência entre os telespectadores. Apesar do conteúdo formatado pelo enunciador, as audiências não apreendem a mensagem desses produtos jornalísticos da forma como o JN apresenta, conforme argumenta Prado ao dizer que os espectadores não são ingênuos e que “as capturas nunca são totais, sempre falham em menor ou maior grau, pois as leituras são variegadas”. O autor detalha as razões pelas quais as capturas não são totais:

[...] compreender um texto localmente consiste em recusar certos sentidos construídos pelo enunciador global, mesmo que consideremos *global* como relativo a uma perspectiva segmentada, ou seja, não somente os textos dirigidos a bilhões de pessoas em vários países, mas também aqueles dirigidos a milhões no mesmo país, como no *Jornal Nacional*, ou mesmo os textos de revistas mensais para públicos dirigidos. O texto elaborado pelo enunciador globalizado suprime sentidos demasiado locais, que são, positiva ou negativamente, recusados pelos enunciadores locais, sem que outros sentidos do mesmo texto precisem necessariamente ser dispensados. (PRADO, 2013, p.35).

Esse telespectador integra um mundo que se transformou entre as décadas de 1950 e 1960 e provocou alterações estruturais.

O modernismo também se preocupava compulsivamente com o novo e tentava captar sua emergência (e para isso inventou mecanismos de registro e impressão semelhantes a uma foto de baixa velocidade histórica); o pós-moderno, entretanto, buscava rupturas, eventos em vez de novos mundos, buscava o instante revelador depois do qual nada mais foi o mesmo, buscava um “quanto-tudo-mudou” [...], ou melhor, buscava os deslocamentos e mudanças irrevogáveis na *representação* dos objetos e do modo como eles mudam. Os modernos estavam interessados no que poderia acontecer depois de tais mudanças e nas suas tendências gerais: pensavam no objeto em si mesmo, substantivamente, de modo essencialista ou utópico. Nesse sentido, o pós-modernismo é mais formal, e mais “distraído”, como poderia dizer Benjamin; apenas cronometra as variações e sabe, bem demais, que os conteúdos são somente outras imagens. No modernismo [...] ainda subsistem algumas zonas residuais da “natureza”, ou do “ser”, do velho, do mais velho, do arcaico; a cultura ainda pode fazer alguma coisa com tal natureza e trabalhar para reformar esse “referente”. O pós-modernismo é o que se tem quando o processo de modernização está completado e a natureza se foi para sempre. É um mundo mais completamente humano do que o anterior, mas é um mundo no qual a “cultura” se tornou uma verdadeira “segunda natureza”. (JAMESON, 1996, p.13 *apud* PRADO, 2013, p. 14).

Esse tipo de mudança transforma os indivíduos que buscam ser cada vez mais flexíveis, como Prado descreve ao utilizar como exemplo o livro *A corrosão do caráter*, de Sennett (2002). Na obra, o autor detalha a diferença entre gerações, que encaram de maneiras totalmente diferentes as relações trabalhistas. Os mais novos são obrigados a estar em constante renovação em função das longas carreiras num mesmo emprego deixarem de existir. De acordo com Prado, trata-se de uma tendência “líquida” que Bauman descreve como “aquietância à desorientação, imunidade à vertigem, adaptação ao estado de tontura, tolerância com falta de itinerário e direção, e com duração indefinida de viagem” (BAUMAN, 2007, p.11 *apud* PRADO, 2013, p.16). Ao analisar a forma como os *media* operam as convocações biopolíticas dos dispositivos comunicacionais, Prado investiga o comportamento do indivíduo no capitalismo globalizado e, tomando Bauman como referência, aponta que os indivíduos da era “líquida” são atormentados por problemas de identidade.

Os dispositivos comunicacionais, como o *Jornal Nacional*, têm enunciadores que convocam para programas específicos que tem como base interesses mercadológicos. Estes, por sua vez, buscam moldar o público para determinadas formas de comportamento. No caso do

JN, trata-se de convocar o público a ser um bom cidadão consumidor, que tem uma série de exigências e não pode compactuar com determinadas formas de atuação dentro da coletividade, formas que são apresentadas como ilegais, imorais ou erradas. Essas características serão especificadas no capítulo 3. Entretanto, cabe explicar o conceito de convocações biopolíticas estabelecido por Prado. Tais convocações se dão através dos discursos modalizadores dos *media*, que oferecem receitas de comportamento através de analistas simbólicos como os jornalistas; elas são, portanto, um impulso para que os consumidores façam parte do sistema de comunicação. Com base nos conceitos de poder de Foucault, Prado assume que na contemporaneidade o poder age sobre o corpo individual e, posteriormente, sobre o corpo populacional (2013):

A velha potência de morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida. Desenvolvimento rápido, no decorrer da época clássica, das disciplinas diversas – escolas, colégios, casernas, ateliês; aparecimento, também, no terreno das práticas políticas e observações econômicas, dos problemas de natalidade, longevidade, saúde pública, habitação e migração; explosão, portanto, de técnicas diversas e numerosas para obterem a sujeição dos corpos e o controle das populações. Abre-se, assim, a era de um biopoder. (FOUCAULT, 2003, p.131 *apud* PRADO 2013, p. 28).

Neste cenário da contemporaneidade, o sistema capitalista busca “reduzir a experiência ao consumo nos textos audioverbais do subsistema hegemônico mídia-publicidade” (PRADO, 2013, p. 36). Sistema do qual telejornais como o *Jornal Nacional* fazem parte e, portanto, são produtos que têm o interesse de manter essa lógica hegemônica na qual, de acordo com Prado, o mercado é motivado por um consumidor bombardeado por convocações e que é convidado a gozar sem limites.

O contexto mediático explicitado até aqui é no qual se dá a crise política brasileira que transformou o país com a derrubada de um governo e a ascensão de um conservadorismo fundamentalista defensor de um projeto econômico neoliberal. Há ainda uma alteração fundamental que vem fortalecendo a hegemonia deste sistema e transformando cenários políticos e relações sociais. Trata-se das tecnologias cibernéticas que vêm sendo transformadas em meios e estão superando, ou assumindo a mesma importância que os meios de comunicação de massa na circulação de informações e, consequentemente, na produção de sentidos e significados. As tecnologias mencionadas operam graças à internet, mas são acessadas através de computadores, telefones celulares, *smartphones*, *smart TVs* e outros. Falamos aqui de redes sociais *online* e outras ferramentas de comunicação rápida, o que Fausto Neto chama de “novos mecanismos de circulação de sentido” (2018, p.11) que afetam “de modo intenso e complexo, todas as práticas sociais. É uma troca de período” (p.11). O autor aponta que os *media* estão se

misturando com todos os aspectos do funcionamento social, o que ele chama de midiatização. A consequência é que a sociedade em midiatização criou uma nova forma de comunicar. As mídias estão tornando-se “intermediárias incontornáveis da gestão do social” (VERÓN, 2004, p.278 *apud* FAUSTO NETO, 2018, p.11-12). A teoria aponta para uma transformação no conceito de circulação. Antes da popularização dessas novas tecnologias a circulação era basicamente uma “zona de passagem” e transformou-se em um “local permanente”. Na prática, o autor defende que tenha ocorrido uma mudança no modelo de transmissão-recepção de sentidos.

Antes da mencionada mudança de período a circulação era compreendida como “a diferença de uma atividade de contato entre produtores e receptores de mensagens” (FAUSTO NETO, 2018, p.15). A partir do que é chamado de “nova ambiência” elenca-se uma série de fatores novos:

O crescimento de meios operando através de um novo dispositivo técnico-comunicacional, [que] tipicamente produz efeitos radiais, em todas as direções, afetando de diferentes formas e com diferentes intensidades todo os níveis da sociedade” [...]. 2) O caráter radial e transversal dos efeitos produzidos é resultado de sua natureza sistêmica, implicando em uma enorme rede de relações de retroalimentação [...]. 3) Da aceleração do tempo histórico [causada pelas duas questões anteriores], resulta que nos (...) últimos dez anos a internet alterou a condição de acesso ao conhecimento científico, dado, instituições e pessoas [...]. (VERÓN, 2014, p. 16-17 *apud* FAUSTO NETO, 2018, p. 26-27).

Estas características fazem surgir novas formas de produção de sentido e afetam a organização social, de acordo com o autor. Para ele, a internet “além de provocar a revolução do acesso, faz com que a circulação imponha à organização social um novo desenho de interação, fundado na exasperação de “contatos entre muitos”, segundo temporalidades diversas (FAUSTO NETO, 2018, p.27).

Apesar desta pesquisa analisar especificamente um telejornal da TV Globo, a menção à forma como a internet vem alterando as práticas sociais de produção de sentidos e significados é importante porque os conteúdos produzidos pelo *Jornal Nacional* e outros enunciadores jornalísticos circulam através da internet e, a partir de 2013 esta circulação tornou-se mais intensa e alterou a forma como o debate político se dá uma vez que até mesmo campanhas eleitorais passaram a utilizar a internet para atingir o público. Além disso, até mesmo protestos e movimentos passaram a ser organizados através das redes sociais *online* conforme veremos no próximo item que relembra o trajeto da crise política brasileira.

1.4 De 2013 até o impeachment (golpe) de 2016

O Domingo, 17 de abril de 2016, foi “um dia histórico” nas palavras dos apresentadores e repórteres do *Jornal Nacional*. A expressão foi utilizada mais de uma vez em edições que foram exibidas antes e depois da votação na Câmara que determinou a abertura do processo de impeachment contra a então presidenta, Dilma Rousseff. A data foi chamada de “dia histórico”, porque marcou a divisão política e social entre os que eram a favor e contra a destituição da então presidenta da República. A insatisfação social que vinha sendo manifestada desde 2013 serviu para que uma parcela da classe política colocasse o processo de impeachment em curso – o que no entendimento deste analista do discurso, foi um golpe de Estado, classificado em diversas publicações como “golpe suave”. Os fatos que marcaram esses três anos serão rememorados através da forma como foram apresentados em telejornais da TV Globo e ainda com o apoio do noticiário publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo* para complementar algumas informações, apenas para que sejam expostos todos os fatores que constituíram a crise política que atingiu o Brasil e provocou uma polarização social. Esta pesquisa não tem como objetivo analisar todo o período, mas dificilmente seria possível realizar a análise discursiva da crise em 2016 – o que está feito no capítulo 2 -, sem que essa estrutura seja construída.

O primeiro passo é apresentar uma definição de polarização para este período. Fabrício Brugnago e Vera Chaia (2014) defendem que o Brasil viveu uma polarização assimétrica na qual

[...] a polarização tem que acontecer com o agrupamento entre polos de direita e de esquerda. Em segundo lugar, é preciso que as forças não tenham a mesma intensidade de radicalização. Nossa gráfico (Figura 1) apresenta exatamente essa característica: houve polarização da esquerda, porém sem se extremar. A polarização da direita aconteceu com a mesma intensidade de polarização, porém com maior intensidade de radicalização. (BRUGNANO; CHAIA, 2014, p. 109).

De fato, a polarização se estabeleceu em uma estrutura que pode ser representada desta forma, mas é questionável a afirmação de que havia uma disputa entre grupos de esquerda e grupos de direita. Como veremos, a polarização se deu muito mais em torno do apoio às políticas promovidas pelos governos do PT de um lado e a discordância e o ódio a esses mesmos programas e ao partido. Para que esta perspectiva seja compreendida serão demonstradas as etapas que formam a estrutura da crise política.

A imagem abaixo, extraída de reportagem sobre a votação do impeachment na Câmara dos deputados, mostra concretamente como o jornalismo da emissora se autoproclama isento e imparcial. O repórter aparece entre as palavras “sim” e “não” que naquele momento

representavam os dois campos da polarização. Porém como mencionado no item anterior, o *Jornal Nacional* faz parte do “subsistema hegemônico mídia-publicidade” e embora o seu produto seja a informação e, supostamente, a informação de maior qualidade, por essa lógica o telejornal não pode ir contra o sistema ao qual pertence e pelo qual é alimentado e em função do qual ocupa posição de poder. Como veremos, nessa disputa política estavam em jogo os interesses do mercado: um governo neoliberal voltado para a maximização dos lucros ou um governo focado na expansão do poder estatal.



Imagen 1: Polarização e o JN

Fonte: Jornal Nacional, exibido em 18 abr. 2016b.

A imagem 1 foi extraída da reportagem exibida em 18 de abril de 2016a no *Jornal Nacional* um dia após a sessão que determinou a abertura do impeachment. O texto se inicia com essa imagem e o analista do discurso-repórter diz que os brasileiros se posicionaram pelo “sim” ou pelo “não” frente ao impeachment, mas “pelo menos em um ponto eu acho que **todo mundo concorda**, que esse foi um domingo **histórico**”. A reportagem faz referência ao amadurecimento da democracia brasileira, que é a forma como o jornalismo da TV Globo tentou identificar todo o processo que o Brasil vivera de 2013 até ali, com as manifestações de grupos opositores e as disputas nas ruas. Esse sentido dado para a destituição de Dilma Rousseff será destrinchado no capítulo 2.

Em 2013, protestos que questionavam a eficiência do Estado (NOBRE, 2013; PRADO, 2019) e a forma de se fazer política no Brasil ocuparam as ruas da maior parte das capitais brasileiras. A insatisfação popular tida como a “faísca” iniciadora das chamadas *Jornadas de junho de 2013* constituiu-se em relação ao transporte coletivo. O Movimento Passe Livre, o

MPL, baseado na cidade de São Paulo, organizou protestos contra o aumento de R\$ 0,20 no preço das passagens que havia sido anunciado pela prefeitura.

À época, o prefeito da cidade era Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores, mesma agremiação da então presidente Dilma Rousseff e do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Neste período, a política nacional era polarizada entre dois grupos políticos: o Partido dos Trabalhadores (PT), mais à esquerda, e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), mais à direita, que governava o estado de São Paulo. De 1994 até 2014 as duas agremiações polarizaram a política nacional disputando a presidência da República no segundo turno de todas as eleições. Entretanto, faz-se necessário pontuar que até 2013 não havia no país uma participação política efetiva da maior parte do tecido social (BRUGNAGO; CHAIA, 2014, p. 101).

Antes das Jornadas de Junho de 2013 o Brasil passou por alguns eventos significativos que evidenciaram divisões entre grupos sociais. Fora o julgamento do “mensalão” – que condenou importantes integrantes do Partido dos Trabalhadores e ex-integrantes do governo Lula por corrupção – realizado em dezembro de 2012 e que teve recursos apresentados em março de 2013, houve uma série de protestos e invasões promovidas por povos indígenas entre março e junho. No período ainda foi promulgada a legislação que criou direitos trabalhistas para empregados domésticos – um marco nos direitos trabalhistas e motivo de revolta da classe média alta em 2014 – no início de abril, foram realizados protestos contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que tinha o objetivo de impedir que o Ministério Público conduzisse investigações – pauta que ressurgiria a partir da manifestações de junho –. Houve também protestos a favor e contra o deputado evangélico Pastor Marco Feliciano que presidia a Comissão de Direitos Humanos da Câmara e tinha o objetivo de implementar entendimentos baseados no fundamentalismo religioso cristão. Entre os meses de maio e abril ocorreram protestos contra o aumento do preço das passagens do transporte público em Natal, capital do Rio Grande do Norte, Goiânia, capital de Goiás e Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Todas as manifestações terminaram em confronto com a polícia e destruição de prédios e veículos. Além destes, o conservadorismo mostrou força e mobilização quando aproximadamente 40 mil pessoas participaram de uma manifestação contra a legalização do aborto e da união homoafetiva, em 5 de junho. No *Jornal Nacional*, os dirigentes do protesto, personagens como Silas Malafaia, puderam dizer ao microfone da *TV Globo* que não aceitariam a concessão de privilégios para a comunidade homossexual e nem o assassinato de inocentes. O conteúdo da declaração é parte do discurso conservador que passaria a ser majoritário nas ruas quando os protestos foram dominados pelos grupos de “patriotas” (ALONSO, 2017).

A onda de manifestações que batizou as Jornadas de Junho de 2013 eclodiu no dia 6 de junho daquele ano e foi classificada por Ângela Alonso como *ciclo mosaico (junho de 2013)*.

A eclosão do protesto (6 de junho), liderada pelo Movimento Passe Livre, obstruiu o trânsito, demandando tarifa zero. O estilo de ativismo autonomista, aprendido por membros do Movimento Passe Livre (mpl) no Fórum Social Mundial de Porto Alegre (2012), marcou os atos: deliberação por consenso, negação de lideranças e hierarquia de gênero, performances cênicas (fanfarras, artes plásticas), jograis, estética punk (vestuário preto), violência simbólica (queima de catracas) e física (tática black bloc), sobrepondo expressão artística e política. Autoridades políticas habituadas a protestos socialistas patinaram ante o novo estilo. (ALONSO, 2017, p.51).

As reportagens sobre os primeiros protestos tentaram proteger o sistema hegemônico e minar qualquer legitimidade que os protestos poderiam ter. No dia 6 de junho, manifestantes entraram em confronto com a polícia militar em SP. De acordo com o repórter do JN, os manifestantes fecharam a avenida Paulista, o trânsito parou, a polícia chegou e jogou bombas de gás. Isso fez com que os manifestantes dispersassem, mas atearam fogo em lixeiras – o detalhamento tinha como objetivo apresentar quem protestava como vândalos –. O analista simbólico informou que duas mil pessoas participaram do ato. Sete de junho foi o segundo dia de protestos contra o aumento do preço da passagem em São Paulo. O *Jornal Nacional* mostrou a manifestação ao vivo. Foi exibido um confronto de policiais com manifestantes e uma reportagem sobre o protesto do dia anterior. A notícia apresentou os manifestantes como vândalos. Para isso, foram utilizadas imagens de vidros de lojas quebrados, de bancas de jornais depredadas e de pichações em ônibus e fachadas de estabelecimentos comerciais. Nenhum manifestante foi ouvido, não se falou nada sobre o que o aumento no preço da passagem significava na vida de qualquer usuário do sistema público de transporte. Dessa maneira, o enunciador fez com que parecesse que os protestos não fossem pela reivindicação de direitos dos cidadãos, e sim, contra a sociedade. Trabalhadores apareceram na reportagem dizendo que se assustaram com a violência dos manifestantes. O repórter destacou que “durante o protesto contra o reajuste de três Reais para três e vinte nas passagens de ônibus e do metrô, começou a violência”. Ele ainda mencionou os valores dos prejuízos causados.

A capa da *Folha de S. Paulo* do dia 8 de junho não tratou os protestos como o maior destaque. A manchete principal foi “Obama defende vigiar usuários de internet e ligações”. Na metade debaixo da capa aparecia uma foto dos manifestantes passando ao lado de um trem. A manchete sobre a manifestação foi “manifestantes causam medo, param marginal e picham ônibus”. No interior do jornal, na capa do caderno Cotidiano a manchete utilizada foi “Novo ato contra tarifa faz até colégio fechar mais cedo”.

No dia 10 de junho a *Folha de S. Paulo* mostrou que as redes sociais passavam a se tornar fonte para a imprensa e local de mobilização e debate popular, mas mostrou também como já havia presente no tecido social o ódio contra a esquerda. A *Folha* reproduziu a publicação de um promotor que incitou a violência contra os manifestantes: "Estou há duas horas tentando voltar para casa, mas tem um bando de bugios revoltados parando a Faria Lima e a Marginal Pinheiros. Por favor alguém pode avisar a Tropa de Choque que essa região faz parte do meu Tribunal do Júri e que se eles matarem esses filhos da puta eu arquivarei o inquérito policial". A reportagem informou que depois o promotor apagou a postagem e se retratou.

Na mesma edição, outra notícia tratava de um vídeo publicado pelo Movimento Passe Livre em sua página no Facebook que denunciava a violência dos PMs. O jornal informou que a polícia investigaria as acusações. O noticiário mostra como o processo de circulação (FAUSTO NETO, 2018) passou a ter novos fatores, temas relevantes e já debatidos nas redes sociais *online*, que passaram a ser considerados importantes pela imprensa tradicional que estava produzindo novos produtos que seriam rediscutidos em plataformas como Facebook e Twitter. É um processo que afeta a produção de sentidos e as práticas sociais, estabelecendo novas formas de agir e de se relacionar com o Outro (PRADO, 2013).

A realização de manifestações se espalhou pelo Brasil. Essa reação em cadeia se deu por dois meios: A mobilização potencializada através das redes sociais *online* e pela cobertura mediática que deu destaque à violência policial contra os manifestantes. Não existiu um movimento nacional organizado ao redor de uma pauta, o que ocorreu foi a solidariedade com a insatisfação do Outro. Ou seja, os insatisfeitos se agruparam. A partir do dia 11 de junho, teve início uma disputa pela liderança dos protestos. A pauta já estava indo além dos vinte centavos (ALONSO, 2017, p.51). A insatisfação social era com relação à forma como a política estava estruturada conforme definem Nobre (2013) e Prado (2019). A circulação das imagens da juventude protestando contra o aumento da taxa cobrada para ir e vir e contra a baixa qualidade dos serviços públicos atingiu a maior parte dos brasileiros. Afinal, diminuía a renda do trabalhador e aumentava os custos de patrões.

No dia 10 ocorreu um protesto contra o aumento do preço da passagem na cidade do Rio de Janeiro. O sentido dado ao protesto pelo principal telejornal da *TV Globo* ainda era negativo. No *Jornal Nacional*, a apresentadora chamou o repórter ao vivo num helicóptero com o seguinte texto: "Um protesto contra o aumento da passagem de ônibus está provocando tumulto no centro do Rio de Janeiro". O analista simbólico que acompanhava do alto, por sua vez, informou que os manifestantes atiraram objetos em direção às lojas que foram obrigadas a

fechar as portas. Ele ainda disse que a Polícia Militar utilizou bombas de efeito moral e que 31 pessoas foram presas.

Dia 11 de junho de 2013 ocorreu uma nova manifestação contra o aumento da passagem na cidade de São Paulo com mais cenas de confronto e destruição. Os analistas simbólicos da *Globo*, apresentadores e repórteres, desqualificavam a ação dos revoltados e diziam que “nada justifica depredar o patrimônio público que é de todo mundo”. Já a *Folha de S. Paulo* foi mais taxativa: “Contra tarifa, manifestantes vandalizam centro e Paulista”. O *Jornal Nacional* do dia 12 exibiu reportagem apresentando os manifestantes como vândalos. O texto se concentrou nos prejuízos ao patrimônio público e a comércios. O repórter afirmou que “em menos de uma semana, foi o terceiro e mais violento protesto do Movimento Passe Livre”. Ou seja, toda a violência ocorrida foi colocada como responsabilidade do movimento. O governador de SP, o prefeito da cidade e o presidente da OAB aparecem dizendo que os protestos passaram do limite. Ou seja, tanto os *media* quanto o sistema político estavam alinhados com relação ao que ocorria, mas

[...] o sistema político ‘não entendeu, nem podia entender, o que acontecia. Ao longo de vinte anos esse sistema cuidou tão bem de se blindar contra a força das ruas que não podia mesmo entender como as ruas o tinham invadido com tanta sem cerimônia. (NOBRE, 2016, 44/751 *apud* PRADO, 2019, p.3).

No dia 13 de junho, a perspectiva da *Globo* sobre os protestos e a ação policial começou a mudar. Foram realizados novos protestos em São Paulo e no Rio de Janeiro. A repórter do JN que relatava em tempo real o que estava ocorrendo no Rio informou que os manifestantes provocavam a polícia a todo momento e que os policiais foram obrigados a reagir. Enquanto ela falava, apareciam imagens de policiais batendo em manifestantes com cassetetes. Apesar do cenário apresentado na participação em tempo real, a mesma edição do telejornal informou em uma notícia de 20 segundos que a Anistia Internacional havia manifestado preocupação com o aumento da violência na repressão aos protestos nas duas capitais. Outra reportagem detalhou quem eram os 21 manifestantes presos na cidade de São Paulo após os protestos. As imagens mostraram 8 policiais batendo em um dos presos quando ele já estava cercado. Uma ativista entrevistada declarou que o movimento não apoiava atos violentos e que as depredações começaram após a polícia militar agir com violência contra os manifestantes. Ainda ocorreram protestos em Porto Alegre, contra a possibilidade de aumento no preço das passagens, e jovens se manifestaram em Natal e Curitiba com reivindicações semelhantes.

A mudança na perspectiva do sistema hegemônico dos *media* se altera, de fato, no dia 14 de junho. O jornal matinal da *TV Globo*, o *Bom dia Brasil* informou que São Paulo teve seis

horas de protesto que “transformou as ruas da maior cidade do país num cenário de guerra”. “Dessa vez, a Polícia endureceu a repressão, agiu com violência. Duzentas pessoas foram detidas e dezenas ficaram feridas”, complementou o apresentador que utilizou a palavra “repressão” para se referir à ação da polícia. Outro apresentador relatou, “cenas de uma guerra urbana e a população foi a principal vítima. No 4º dia de protestos contra o aumento da tarifa de ônibus a repressão policial foi mais intensa”. Nota-se que o texto jornalístico coloca a polícia de um lado, manifestantes do outro e a “população” no meio da confusão. Essa estrutura vai se alterar ao longo do tempo, até chegar no impeachment quando o JN disse que a sociedade estava dividida entre dois lados, conforme foi mencionado no início deste item.

A reportagem do *Bom dia Brasil* mostra que os policiais atiraram bombas e balas de borracha no meio da população. Um repórter da emissora ficou preso em um posto de gasolina e apareceu com as mãos levantadas tentando pedir calma aos PMs. Uma jornalista da *Folha de S. Paulo* foi atingida no olho por uma bala de borracha. Outros seis profissionais de imprensa ficaram feridos. A narrativa passou a ser de que a polícia foi violenta demais: “Nós estamos agora na Av. Dr. Arnaldo. Outra importante avenida da capital paulista. Uma região de muitos hospitais como o Hospital do Coração, Hospital Emílio Ribas. Tem gente voltando do trabalho, tropa de choque, manifestantes. É uma cena impressionante”, o repórter narrava assustado em meio aos estampidos de explosões de bombas e tiros. Um policial militar apareceu dizendo que “a Polícia Militar tem o dever legal de agir e nós estamos agindo e vamos agir sempre que se fizer necessário”. O telejornal anunciou que a ação da PM seria investigada pela corregedoria por determinação do secretário de Segurança Pública. As imagens da repressão se sobrepueram às de “atos de vandalismo” como os protestos vinham sendo tratados até ali. “O episódio virou a opinião pública, com imagens multiplicadas nas redes sociais e nos media (incluída a Globo), que, ante jornalistas feridos, trocou de lado” (ALONSO, 2017, p.52).

O jornal *Folha de S. Paulo* publicou reportagem apresentando um levantamento feito pelo *Instituto Datafolha* que constatou uma divisão entre os paulistanos com relação à realização dos protestos. De acordo com o instituto, 55% dos moradores da cidade apoiavam os atos e 41% se diziam contrários. Para 78%, os manifestantes “foram mais violentos do que deveriam”. A notícia também mencionou que o apoio às manifestações estava crescendo entre os entrevistados com renda acima de 10 salários mínimos, atingindo 67%. Por último, o texto afirmou que 51% dos apoiadores declarou que não usa transporte público. O apoio de quem não utilizava o serviço público indica que havia solidariedade com a revolta contra o Estado em geral.

A insatisfação com a política e a solidariedade com a revolta foram potencializadas ainda por outros fatores: ao mesmo tempo em que as chamadas “jornadas de junho” estavam ganhando força e se espalhando pelo Brasil, ocorriam no país outras brigas políticas que giravam ao redor de valores, como mencionado antes com a realização de passeatas em Brasília contra o aborto e o casamento homossexual, mas também pela terra. Povos indígenas estavam realizando uma série de ocupações no país, começando pela Usina de Belo Monte que teve a obra paralisada temporariamente e fazendas no Mato Grosso do Sul e no Paraná. Um indígena da etnia Terena foi morto durante uma operação de reintegração de posse. A questão indígena ganhou mais amplitude porque o governo federal entrou nas negociações entre fazendeiros e indígenas. Enquanto isso, ocorriam novos protestos de povos indígenas no Rio Grande do Sul solicitando demarcações de terra. No dia 14 de junho, produtores rurais realizaram protestos em diversos estados do país: Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso Mato Grosso do Sul (estado em que 66 fazendas estavam “invadidas” por povos indígenas), Pará e Roraima. O objetivo dos protestos era reivindicar que a decisão sobre a demarcação de terras passasse do poder Executivo para o Legislativo. Aqui, mencionamos mais dois grupos de interesse que estavam demonstrando insatisfação com a condução política e que anos depois formaram poderosas bancadas no Congresso Nacional: da bala, da bíblia e do boi. Eles apoiaram o impeachment em 2016 e a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência da República em 2018.

No dia 13 ocorreram protestos em Manaus (AM), Natal (RN), Sorocaba (SP), Maceió (AL), em Curitiba (PR) e em Porto Alegre (RS). Em quase todos os locais houve confronto entre manifestantes e policiais e prédios e veículos foram depredados. A comissão de Direitos Humanos da OAB divulgou nota declarando ser inaceitável a truculência usada pelas PMs para coibir atos em todo o país. A entidade também condenou o vandalismo nas manifestações. A violência fez com que os protestos se tornassem assunto no Congresso Nacional, no Ministério da Justiça e em jornais estrangeiros.

No dia 14, aparece a primeira insatisfação com relação à realização da Copa do Mundo no Brasil. Segundo notícia veiculada pelo *Jornal Nacional*, um grupo de sem tetos protestou em Brasília (não informa o número de manifestantes presentes), no Eixo Monumental, “contra o dinheiro que foi usado na construção estádio”. Atos semelhantes ocorreram em Porto Alegre (cerca de 200 pessoas) e em São Paulo (não menciona o tamanho do protesto). A apresentadora afirmou que os manifestantes reclamaram que 200 mil pessoas foram despejadas em todo o país para a construção de estádios.

1.4.1 A tensão social aumentava

Para além das manifestações, o cenário político ainda tinha outros ingredientes importantes. Dilma Rousseff sofria queda de popularidade e estava sendo criticada pela condução da política econômica, em função dos conflitos com grupos indígenas e porque espalharam-se boatos com relação ao fim do programa Bolsa Família (*fake news*). No Congresso, o então senador Romero Jucá apresentava um projeto que tipificava o crime de terrorismo. Quando o projeto ainda estava em discussão, foi dito que havia uma brecha que poderia enquadrar protestos de movimentos sociais como atos terroristas. O senador negou categoricamente, declarou que seria tomado cuidado com relação a isso, mas a informação já circulava. Em um período de tantas manifestações e tensões, o projeto soube como uma intenção de reprimir os movimentos. Jucá pertencia à base do governo e foi mais um ponto negativo sobre Dilma Rousseff.

1.4.2 PT e PSDB se dividem com relação à conjuntura

No dia 15 de março, a *Folha de S. Paulo* publicou a reportagem “confronto agora é entre tucanos e petistas”. Enquanto o então governador Geraldo Alckmin defendeu a PM declarando ter “a melhor polícia do Brasil”. Do outro lado, José Eduardo Cardozo que era ministro da Justiça e possível candidato ao governo do estado de São Paulo afirmou que houve “extrema violência policial”. O prefeito da cidade no seu primeiro ano de mandato, Fernando Haddad, também criticou a polícia em tom mais ameno. Essa discussão se alastrou para outros embates entre os dois partidos e se arrastou até as eleições de 2014, como veremos mais à frente.

Ainda no dia 15, houve protesto contra o aumento do preço das passagens em Belo Horizonte. Em Brasília, onde a seleção brasileira de futebol estreava na Copa das Confederações houve protesto em frente ao estádio. O objetivo era criticar os gastos empenhados na construção dos estádios de futebol e para a realização da Copa. Nas imagens, foi possível visualizar bandeiras do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, o PSTU. As imagens não mostraram os cartazes dos manifestantes. Dilma Rousseff foi vaiada três vezes durante a cerimônia de abertura. Naquele momento o dólar estava em alta e a inflação também. A oposição liderada pelo senador Aécio Neves fazia críticas e dizia que a economia do país estava mal. Já o governo acusava os adversários de tentar vender o caos.

1.4.3 Explodem os protestos no Brasil

No domingo, 16 de março, brasileiros que moravam fora do país organizaram protestos que, de acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, eram em solidariedade às passeatas de São Paulo que estavam sendo reprimidas pela polícia. Apenas em Dublin, na Irlanda, duas mil pessoas participaram do protesto. Também ocorreram atos em Berlim (Alemanha), Nova York (EUA), Boston (EUA) e Montreal (Canadá). Os manifestantes também carregavam cartazes contra a realização da Copa do Mundo e da Olimpíada no Brasil. Uma participante do protesto em Nova York que concedeu entrevista à *TV Globo*, demonstrou a insatisfação com o Brasil de uma maneira geral, focando no governo: “é um dos países que mais paga imposto no mundo. O salário do trabalhador é péssimo, a educação é péssima, a saúde é péssima”. A cantora Preta Gil que fazia um show na cidade viu os cartazes na plateia e gritou “liberdade de expressão já! Acorda Brasil! Estou do lado de vocês.” A *Folha de S. Paulo* do dia 16 informava que naquela semana deveriam ocorrer 44 manifestações pelo Brasil. Trinta e nove delas pediam a redução do preço das passagens. A notícia afirma que todos os protestos estavam sendo organizados pelo Facebook.

A mobilização mudava de escala. No dia 16, as hashtags “#mudabrasil”, “#changebrazil” e “#giganteacordou” foram trending topics nacionais. No dia 13, 6,5 mil pessoas tinham ido à rua em São Paulo. No dia 17, diz o Datafolha, compareceram 65 mil. Grandes atos tomaram doze capitais. Foi a massificação. Novas bandeiras tremularam à esquerda: por mais e melhor educação, saúde, salários, habitação, direitos, contra a Copa do Mundo e a Rede Globo. Junto veio repúdio a autoridades políticas, partidos, polícia. No Brasil e no exterior, pulularam críticas à brutalidade policial. Ongs de direitos humanos, promotores e advogados se engajaram em prol dos “presos políticos”. (ALONSO, 2017, p.52).

Em 17 de março, manifestantes fecharam a rodovia BR-040 em Ribeirão das Neves, Minas Gerais. Eles reivindicavam melhores condições no transporte coletivo da cidade. Ocorreram grandes manifestações em várias capitais estaduais, inclusive em Brasília. Na capital federal, o protesto tinha como pauta o passe livre, a crítica aos gastos para a construção dos estádios da Copa e contra a PEC 37. Ainda ocorreram protestos em quase todas as outras capitais do país. Segundo o *Jornal Nacional*, em função do preço das passagens, “contra a violência e pela melhoria dos serviços públicos”. Houve manifestações em Belém, Vitória, Maceió, Salvador, Curitiba, Porto Alegre, Fortaleza e Belo Horizonte. No Rio de Janeiro, 100 mil pessoas participaram do protesto. Pelas imagens foi possível ver cartazes com a frase “vamos juntos escrever outra história!” e “Faz a hora não espera acontecer”.

O ódio à política também esteve presente nas ruas: os manifestantes gritavam “Sem bandeira de partido!” e “vem pra rua, vem!”. Um participante que concedeu entrevista deixou

claro pela sua fala como a insatisfação generalizada era um sentimento comum, “aumento da passagem pública sem melhoria no transporte é roubo e também não é só isso. É questão de investimento na saúde, em educação. A gente não tem nada”. Reportagem da *TV Globo* afirmou que o protesto era “contra o aumento das passagens de ônibus e do custo de vida”. A expressão “custo de vida” serviu para expressar o que era a insatisfação em erupção. A reportagem ainda ressaltou que “a maioria dos manifestantes se dizia sem partidos políticos”. Na cidade de São Paulo, aonde cerca de 65 mil pessoas protestaram, a ação contra os partidos se repetiu. Reportagem do *Jornal Nacional* mostrou o momento em que um grupo gritava repetidamente “sem partido!” para pessoas que carregavam bandeiras do PSTU.

Em um dos cartazes presentes nas manifestações era possível ler: “O que queremos: (X)Saúde (X)Educação (X)Transporte públicos e de qualidade”. O que demonstra como as manifestações ainda eram por mais e melhores serviços públicos, ou seja, mais Estado. No entanto, simultaneamente, havia insatisfação e revolta contra a coisa pública como um todo. Em outro cartaz lia-se a frase “vem pra rua!” que mais tarde tornou-se o slogan de um movimento de direita que convocou manifestações a favor do impeachment de Dilma Rousseff. Ângela Alonso trata da complexidade deste período:

Havia dominâncias de pauta em cada setor da mobilização. Autonomistas e socialistas se situaram à esquerda do governo do pt, com agenda reformista, mais e melhores políticas públicas e expansão de direitos. O setor patriota ia do liberalismo (a favor do Estado enxuto e eficiente “padrão Fifa”) ao conservadorismo (pró-ditadura militar), com foco no rechaço a instituições políticas, políticos e partidos, e na identificação do pt com a corrupção, via Mensalão (“Corruptos”). (ALONSO, 2017, p.52).

No dia 17, após reunião com o governador do Estado de São Paulo, os líderes do Movimento Passe Livre tentaram controlar a narrativa ao declararem que o objetivo das passeatas era um só, a revogação do aumento da tarifa. No entanto, a revolta geral estava presente e ganhava espaço nos *media*. Reportagem do JN mostrava a multidão gritando “o povo acordou”. E declarações seguidas de manifestantes: “a gente se encheu daquilo que o governo impõe pra gente. As taxas, os juros, os altos impostos, a corrupção. Vinte centavos, vamos lutar contra isso” e “a gente sofre ‘pra’ pegar ônibus, sofre ‘pra’ pegar metrô, sofre no trânsito, então está na hora de a gente dar um basta nisso. Pelo menos dizer aquilo que está engasgado há muito tempo”. O povo que antes “sofría” por causa da guerra entre manifestantes e polícia agora aparecia apoiando os atos, como é o caso de um engenheiro que estava preso no trânsito há horas: “complicado, mas, sinceramente, cara, eu morro de orgulho dessa molecada. Muito legal esse movimento, muito legal o que eles estão fazendo”. Também preso no trânsito, outro

engenheiro disse que se não houvesse quebra-quebra e destruição, que então era uma manifestação válida.

A *Folha de S. Paulo* de 18 de junho detectou a mudança nas pautas dos manifestantes. “Milhares vão às ruas ‘contra tudo’; grupos atingem palácios” foi a manchete que estampou a capa do jornal. A capa do caderno Cotidiano mostrava uma foto da manifestação que ocupava a página inteira e em frente a ela aparecia a palavra “contra”. O jornal decretou que tratava-se da maior mobilização no país depois do ‘fora, Color’.

1.4.4 A política institucional tenta responder

Dilma Rousseff discursou em um evento em Brasília enaltecedo a grandeza das manifestações, ela afirmou que “o Brasil acordou mais forte”. Ela disse ainda que “as vozes das ruas precisam ser ouvidas”, que se tratava de uma mensagem contra a corrupção e o uso indevido do dinheiro público. A pressão das manifestações fez com que prefeitos recuassem. Em Porto Alegre, Cuiabá, João Pessoa e Recife foi anunciado que os preços das tarifas de ônibus seriam reduzidos. O prefeito de São Paulo anunciou que estava sendo discutida a possibilidade de também voltar atrás no aumento.

1.4.5 A divisão nas ruas se aprofunda

No dia 18 ocorreram mais protestos. As manifestações tornaram-se mais violentas. Manifestantes acuaram guardas municipais na entrada do prédio da prefeitura de São Paulo, que precisaram se esconder dentro do edifício. Portas de vidro foram quebradas. Outros grupos de participantes do protesto gritavam “sem violência” e “sem vandalismo”.

No dia 20 de junho, a *Folha de S. Paulo* noticiou que, apesar da redução das tarifas, os 88 protestos programados pelo Brasil para aquele dia 20 seriam mantidos. Nesse dia, a *TV Globo* acompanhou a organização e chegada dos manifestantes aos protestos em diferentes locais do país. Repórteres diziam que “pessoas continuam a chegar ao horário marcado, ao local marcado”, em uma referência ao evento que havia sido organizado no Facebook. No *Jornal Nacional*, ao invés de tratar os atos como algo perigoso, as reportagens mostravam a reunião de brasileiros contra a política. Entretanto, houve violência, confrontos e vandalismo. A *Folha de S. Paulo* do dia seguinte estampava na capa: “Protestos violentos se espalham pelo país e

Dilma chama reunião”. O jornal anunciou que 1 milhão de pessoas participaram das manifestações em todo o país mesmo após a redução das tarifas. A reportagem “Hostilizados, petistas abandonam ato pós-redução da tarifa em SP” apresenta o início da manifestação do antipetismo. Antes, havia insatisfação com a qualidade dos serviços públicos e com a falta de retorno para o cidadão do dinheiro que era pago em impostos. A partir desse momento, aparece uma cisão que continua a se arrastar indefinidamente e que parece crescer. Militantes das agremiações Partido dos Trabalhadores, Partido Socialismo e Liberdade, Partido Socialista do Trabalhador Unificado e Partido da Causa Operária foram hostilizados por manifestantes que se diziam “antipartidários”. Depois de serem xingados de “oportunistas” e “mensaleiros”, de acordo com a *Folha de S. Paulo*, receberam a proteção de integrantes do MPL que se organizaram em um cordão humano para que os militantes partidários pudessem seguir na passeata. Em um determinado trecho, o grupo foi impedido de seguir e houve confronto. Bandeiras dos partidos foram rasgadas, militantes do PSOL foram obrigados a tirar as camisetas que vestiam. A fala de um manifestante em uma entrevista à *Folha de S. Paulo* resume bem como o motivo dos protestos mudou, “Estou aqui porque investiram na Copa, e não investiram em educação e saúde (...) para tirar Renan Calheiros [então presidente do Senado], abaixar os impostos e por mais saúde e educação.

Os telejornais da *TV Globo* enalteceram parte dos atos do dia 20, ou seja, somente o conteúdo com o qual a linha editorial da emissora concordava. No *Bom dia Brasil*, os apresentadores falaram que foi uma manifestação histórica que terminou com a ação de vândalos. Populares se diziam otimistas: “eu apoio quem participa. Sem quebrar, sem fazer bagunça, só manifesto mesmo” e “mobilização popular por um Brasil melhor, né”. A reportagem enalteceu algumas das características do protesto no Rio de Janeiro: manifestantes retirando bandeiras de partidos políticos das mãos de outros participantes dos atos e o som das pessoas gritando “sem partido!, Sem partido!”; as cores da bandeira brasileira estavam por todos os lados e eram acompanhadas por cartazes que diziam “O gigante acordou!” e os manifestantes gritando “eu já falei, vou repetir, é o povo que manda aqui!”. Enquanto a reportagem enaltecia a realização do protesto, pessoas apareceram dizendo que o objetivo do ato era lutar por um Brasil melhor, garantir os direitos hoje e de filhos e netos. Centenas de milhares participaram do protesto.

1.4.6 Desfecho dos protestos e clima no país

A *Folha de S. Paulo* do dia 21 noticiou que a economia passava por um momento difícil, “Real é a moeda que mais perde em dia tenso para os mercados globais”. A crise social e política deflagrada pelas manifestações que ocorriam em todo o país era um dos aspectos que pressionavam o governo federal. A economia também dava sinais de instabilidade e o aumento da inflação começava a ser assunto da imprensa. A mesma edição mostrou como o jornal adotou o viés antipetista em sua linha editorial. A reportagem “STF libera votação de projeto que beneficia Dilma em 2014”, tratava de um projeto de lei que inibia a criação de partidos políticos. O plenário do STF iria decidir se a proposta voltaria a tramitar no Congresso. O texto publicado no jornal dizia que uma das principais consequências da aprovação era o enfraquecimento de adversários de Dilma Rousseff nas eleições de 2014, como Marina Silva que tentava criar a Rede Sustentabilidade. A narrativa apresentada pelo texto jornalístico ignorou que o número de partidos no Brasil era grande demais e que isso atrapalhava o funcionamento do sistema político, justamente o que gerava a crise de representação que explodia naquele momento. Uma amostra de como a fragmentação é a regra e análises de conjunto são a total exceção na imprensa brasileira.

No dia 21 de junho, lideranças do Movimento Passe Livre anunciaram que não voltariam a organizar novos protestos. A explicação veiculada pelo JN foi de que com a revogação do aumento da tarifa o objetivo inicial das manifestações estava liquidado. A repórter, porém, questionou o integrante do Movimento, “mas e o restante das outras pautas, PEC 37, chega de corrupção” e a resposta foi que o Movimento Passe Livre nunca chamou manifestação por essas pautas, que a unificação de todos era a revogação do aumento. O representante dos organizadores das primeiras manifestações disse que repudiava a hostilização de militantes de partidos políticos nos protestos. O questionamento feito pela repórter mostra que existia interesse da *TV Globo* na continuidade dos protestos para que as outras pautas se mantivessem circulando. No mesmo dia, manifestantes foram às ruas para expressar indignação defendendo esses temas que antes eram tidos como paralelos. Se o problema relativo ao preço das passagens estava findado, a insatisfação contra o Estado e a política se mantinham firmes.

O tamanho monstro do protesto finalmente suscitou reação da presidente, que recebeu manifestantes e, no dia 21, propôs, em rede nacional, “cinco pactos” em torno de educação, saúde, transporte, responsabilidade fiscal e controle da inflação, e plebiscito visando constituinte específica para reforma política. O protesto arrefeceu, mas o fogo morto se revelaria brasa dormida. (ALONSO, 2017, p.53).

Essa brasa dormida a que se refere Alonso apareceu na sequência do pronunciamento feito por Dilma Rousseff. A oposição mostrou que tentaria manter o clima contra o governo. O senador Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira, declarou por meio de nota que Dilma acertou em convocar a reunião, mas errou no conteúdo. Para Neves, a presidente reproduziu o tipo de ação política que estava sendo condenada pelos movimentos. O presidente nacional do Democratas, senador José Agripino considerou que o pronunciamento não correspondeu à insatisfação demonstrada nas ruas. Agripino disse que no combate à corrupção, a presidente poderia ter demonstrado apoio à iniciativa do presidente do Supremo Tribunal Federal para acelerar o julgamento do Mensalão.

No sábado, 22 de junho, novos protestos aconteceram pelo Brasil. Em São Paulo, cerca de 30 mil pessoas, de acordo com o *Jornal Nacional*, protestaram entre outras reivindicações contra a PEC 37. A Proposta de Emenda Constitucional foi a motivação de outros protestos pelo país. Apesar do movimento contra o aumento das passagens ter chegado ao fim, eventos de insatisfação com o governo federal continuavam a ser demonstrados em protestos que ocorreram até o final deste mês. O que sobressai é que os *media* e, especialmente, a *TV Globo*, começaram a enaltecer as manifestações de rua e o seu conteúdo “patriótico”. Esse patriotismo fazia oposição ao governo vigente. Vale mencionar alguns detalhes de reportagens realizadas nesse período: Reportagem exibida no *Bom dia Brasil*, no dia 24 de junho de 2013, mostra pais com crianças em algumas manifestações pelo Brasil. A reportagem afirmava que os adultos estavam plantando sementes em seus filhos fazendo com que eles participassem dos protestos. As crianças apareciam dizendo que queriam um país com mais educação e saúde. O tom adotado no comentário de Alexandre Garcia foi de patriotismo:

[...] e as crianças estão dando aula de cidadania pra nós também. Imagina aquela menina no Rio de Janeiro exigindo honestidade. Isso deve cair assim como uma vergonha sobre as lideranças políticas. E é tudo um ótimo exemplo que os pais estão dando às crianças. O que começou com centavos de passagens de ônibus, agora chega aos milhões. O que começou com os jovens, agora chega às crianças e aos brasileiros de todas as idades. O que estava em São Paulo, agora está em todo o país, inclusive, nas cidades pequenas. O que estava nas ruas, agora está nas janelas, como se vê nas gravações feitas no Rio de Janeiro na noite de sexta-feira depois do pronunciamento da presidente. Saem de uma aparente indiferença para o exercício da cidadania que cobra, fiscaliza e exige. Infiltrados, vândalos se aproveitam para saques como já constatou a Polícia Civil de vários estados. Gente com ficha criminal. As manifestações pacíficas, imensa maioria, reagem a outro tipo de vândalos, os que vandalizaram a educação, a saúde, a segurança pública, as leis, a Justiça, o transporte público, as estradas, os portos, a lavoura, as obras públicas, os impostos. As crianças estão, sim, nos dando lição. Quem sabe elas sejam super-heróis de amanhã. (*BOM DIA BRASIL*, exibido dia 24 jun. 2013).

Em 25, 26, 27 e 28 de junho ocorreram mais manifestações pelo Brasil, no entanto, elas já eram em menor número e com menos participantes. A “brasa dormida” mencionada por Alonso apresentou as pautas que perdurariam até o impeachment:

[...] no dia 26, veio o primeiro “Fora Dilma!”. No 29: “Justiça! Queremos os mensaleiros na cadeia!” e “Procurando Lula!”. Esse estilo de ativismo atarraxou os laços fracos entre manifestantes avulsos, e o que até então era crítica genérica aos governos desabrochou em antipetismo. (ALONSO, 2017, p.53).

No dia 29, a *Folha de São Paulo* publicou levantamento feito pelo *Instituto Datafolha* sobre a popularidade de Dilma. Ela havia caído de 58% para 30% em apenas 3 semanas. O mesmo levantamento apurou que 8 em cada 10 brasileiros eram a favor dos protestos. Na primeira semana de julho, médicos protestaram em todo o país contra a contratação de profissionais da saúde estrangeiros e os caminhoneiros bloquearam rodovias em mais de dez estados. Essa paralização durou três dias. “Em junho de 2013, fenômeno desse tipo pôs o Brasil estupefato, com 470 manifestações, noventa delas na cidade de São Paulo” (ALONSO, 2017, p.51).

1.4.7 Eleições de 2014 e a polarização

A insatisfação que explodiu com protestos nas ruas em 2013 pode ser considerado como defende Prado (2019) um *acontecimento* na concepção do filósofo francês Alain Badiou (1996). Trata-se de um evento que cria um elemento novo nas relações sociais, elemento este que simplesmente não existia até então. Ainda de acordo com Prado (2019, p.3), “no pós-acontecimento, porém, deu-se a polarização, surgindo grupos à direita (MBL, Vem pra Rua) e à esquerda (Frente Brasil Popular, Frente Povo sem Medo) principalmente na internet, organizando os campos de disputa”.

Brugnago e Chaia, que analisaram a polarização nas eleições de 2014, defendem que enquanto a esquerda se fortificou, a direita se radicalizou. Políticos com ideias ultraconservadoras ganharam espaço na política nacional de uma forma que não tinham antes. Os pesquisadores também veem a internet como a grande arena de debate político:

A declarada esquerda se mobilizou contra o suposto projeto neoliberal do PSDB, e a direita conservadora desenvolveu sua ideologia em torno de um forte antipetismo declarado antipartidário, com discussões radicalizadas para os extremos dos valores considerados da direita. O radicalismo conservador da direita adquiriu elementos de ódio. A campanha das eleições de 2014 foi muito tensa, elevando as provocações entre partidários. Vários conflitos foram relatados em manifestações, principalmente

quando esquerda e direita se encontravam. A tensão que normalmente pertencia às torcidas de futebol em jogos clássicos acalorados passou para a política. A massa passou a discutir política em seu dia a dia, principalmente pela Internet. O Facebook se tornou então o principal meio para a proliferação das discussões políticas. Nele, os 59 milhões de usuários diários brasileiros se polarizaram em redes que proliferavam ideologia política. A liberdade de expressão e a homofilia natural gerada pelo ambiente das redes do Facebook desenvolveram grupos ideológicos com liberdade para se expressarem e se radicalizarem, conforme se sentiam seduzidos em seu poder de massa em redes. (BRUGNAGO; CHAIA, 2014, p.102).

Os quatros autores mencionados neste item convergem com relação ao antipetismo ter se tornado uma bandeira de todos os cidadãos que que discordavam das políticas aplicadas pelos governos do Partido dos Trabalhadores. Além disso, os autores apontam o medo do comunismo como uma característica comum nos grupos de direita. Outro fator é a luta contra a corrupção e a defesa do “partido da Justiça” como argumenta Prado (2019). Para uma enorme parcela do tecido social, o Partido dos Trabalhadores tornou-se o grande inimigo do Brasil,

Dizer esquerda passou a querer dizer, nos discursos à direita, corrupção, de um lado, ligada ao petismo, e de outro, esse mal-estar trazido pelas lutas identitárias, que Bolsonaro resumiu ao falar em “vitimismo”. Ao concentrar tudo isso na figura do petismo, em especial de Lula, operou a ideia de que por trás da multiplicidade de nossos infortúnios está uma causa concentrada dos nossos males, da mesma forma que o complô judaico foi o ponto nodal do nazismo. Nessa versão do mal-petalha perdeu-se os sentidos da história e desconectou-se das mazelas do pemedebismo, ao qual, aliás, o PT se juntou para governar segundo a política da conciliação com a direita pemedebista, e acabou por ver despejada sobre si toda a culpa da corrupção. (PRADO, 2019, p.6).

Sobre essa visão que os grupos de direita têm da esquerda e dos grupos identitários, Brugnago e Chaia afirmam que

Eles foram o principal alvo do ódio da direita depois da perda das eleições. Eles roubam os impostos dessa população orgânica conservadora que se julga trabalhadora. Estão em uma situação cômoda por não precisar trabalhar e vivem só de fazer filhos para se beneficiar, da maneira mais ampla possível, do Bolsa Família. Eles são a grande massa de propagação da alterideologia imaginada para o PT. (BRUGNAGO; CHAIA, 2014, p.115).

A vitória de Dilma Rousseff sobre o então senador Aécio Neves nas eleições de 2014 fez com que os grupos da nova direita e o próprio senador demonstrassem enorme insatisfação com o resultado e passassem a querer desestabilizar o governo,

Seis dias após a reeleição de Dilma, reagiram: “Fomos roubados nas urnas”. No aniversário da República, o estilo patriota se firmou, carregando símbolos nacionais, artistas e 10 mil pessoas para a Paulista, embalados por novo escândalo, o Petrolão. O Reagonaria, autoapresentado como “o maior portal conservador do Brasil”, listou “gritos de ordem contra a corrupção, o PT, a inflação, defesa do juiz federal Sérgio Moro, pelas investigações do Petrolão e a favor da pm”. Uma tônica era o conservadorismo moral, com ataque a minorias e proposição de políticas autoritárias, via intervenção militar ou judicial. Outra era a corrupção (“Lula, pai do Mensalão.

Dilma, mãe do Petrolão”). Nas faixas, a crítica se afunilou no impeachment de Dilma e emergiu líder alternativo à política profissional: “Somos todos Sérgio Moro” (ALONSO, 2017, p.54).

Como as ruas foram ocupadas majoritariamente por estes grupos de direita, Alonso intitulou o período de *ciclo patriota*

O MBL ganhou protagonismo nas ruas, e o Vem pra Rua se conectou com o sistema político, via PSDB. Juntos, os grupos do setor patriota se juntaram na Aliança Nacional dos Movimentos Democráticos. Em 20 de agosto, protestos em todos os estados clamaram contra Dilma e a corrupção, com 135 mil aderentes em São Paulo. A reação do setor socialista, quatro dias depois, foi muito menor: 37 mil participantes. A popularidade da presidente bateu no chão: 71% a reprovaram. (ALONSO, 2017, p.55).

Este contexto dá início ao que Alonso chamou de *ciclo do impeachment*, que, de acordo com a autora, se inicia em dezembro de 2015 e vai até março de 2016, mês em que a análise realizada no capítulo 2 se inicia.

CAPÍTULO 2 – DOS DISCURSOS ANTAGONISTAS NO JN

O antagonismo em Laclau e Mouffe é o limite de toda objetividade em termos de formações discursivas. À luz desse conceito foi realizada a investigação que motiva esta dissertação. Em 2016, ano em que o Brasil passou pelo processo político-jurídico do impeachment da presidente Dilma Rousseff, a população ficou dividida entre aqueles que eram favoráveis à destituição do governo e os que eram contrários. O processo durou cerca de nove meses, mas a disputa entre discursos antagonistas começou de fato em 2014, durante a eleição presidencial, tal como já foi indicado no capítulo 1 e será revisitado neste. Milhões foram às ruas, tensões e paixões afetaram os indivíduos e o término de qualquer possibilidade de negociação entre as partes marcou o acirramento da polarização política. Essa relação trouxe à tona disputas entre valores, crenças e ideologias políticas que já existiam no país, mas que conviviam até então. A animosidade gerada após as eleições de 2014 e, em especial, durante o processo de impeachment, deu visibilidade a esses antagonismos que, de acordo com Laclau e Mouffe (2015, p.198), “constituem os limites da sociedade, a impossibilidade última desta última se constituir plenamente”. A imagem 2 é a que pode melhor representar essa relação é a que apresenta a disposição do espaço para o público acompanhar a sessão de instauração do impeachment que ocorreria na Câmara no dia 17 de abril de 2016.



Imagen 2: Antagonismo

Fonte: Jornal Nacional exibido em 11 abr. 2016c.

A área reservada ao grupo “a favor” se refere aos que eram pró-impeachment, e que eram identificados como “anticorrupção”. Esse discurso tornou-se sinônimo de muitas posições de sujeito, a maior parte formada por grupos conservadores. O impeachment era a ferramenta possível para derrubar o governo e tirar o poder do PT. Do outro lado, a área reservada para o grupo “contra” o impeachment fazia referência ao discurso “em defesa da democracia”. Essa formação discursiva era sinônimo da luta de grupos progressistas para os quais a democracia significava também a sua própria existência. O impeachment da presidente era um golpe na democracia. Por fim, o espaço identificado como “área de segurança” marca o limite da linguagem. Essa área materializa a impossibilidade de diálogo entre as posições que se opunham.

Para que a sistematização da relação mencionada fique clara, lançaremos mão do arcabouço conceitual da teoria discursiva laclauiana. O ponto de partida é o entendimento de que nada existe fora da linguagem. As práticas linguísticas correspondem às práticas sociais. Fora da linguagem, não há sentido. Laclau e Mouffe (2015) explicam:

O fato de que todo objeto é constituído como objeto de discurso não tem nada a ver com a existência de um mundo externo ao pensamento, nem com a oposição realismo/idealismo. Um terremoto ou a queda de um tijolo é um evento que certamente existe, no sentido de que ocorre aqui e agora, independente da minha vontade. Mas se sua especificidade como objetos será constituída seja em termos de um “fenômeno cultural” ou como “expressão da ira de Deus”, vai depender da estruturação de um campo discursivo. O que se nega não é que tais objetos existam externamente ao pensamento, mas antes a afirmação bastante diferente de que eles próprios possam se constituir como objetos fora de qualquer condição discursiva de emergência. (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.181).

A concepção linguística de Laclau e Mouffe tem como base a proposta de Ludwig Wittgenstein em *Investigações Filosóficas*, em que nega a existência de unidade e uma essência da linguagem. Ao contrário, Wittgenstein conclui que existe uma “família de estruturas relativamente aparentadas entre si” (WITTGENSTEIN, 2001, p. 1011), e “essa multiplicidade não é nada estável nem é dada de uma vez por todas, mas que novos tipos de linguagem nascem, poderíamos dizer, ao passo que outros envelhecem e caem no esquecimento” (WITTGENSTEIN, 2001, p.1012). Laclau e Mouffe citam o filósofo austríaco para justificar a não existência de “um campo objetivo constituído fora de qualquer intervenção discursiva, e um campo que consiste na pura expressão do pensamento” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 181) e para explicitar o conceito de discurso. Neste último, “os elementos linguísticos e não-linguísticos não são meramente justapostos, mas constituem um sistema diferencial e estruturado de posições” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.182).

A teoria do discurso de Laclau e Mouffe é um modelo de análise social baseado em uma “[...] configuração conceitual crítica da racionalidade ocidental e sua metafísica da presença, que se estrutura em torno da crítica de todo essencialismo, o caráter incompleto e contingente do social [...]” (GIACAGLIA, 2006, p.100). A citação retirada do artigo da autora argentina faz referência, entre outros, à base fenomenológica da teoria laclauiana que tem origem na crítica de Martin Heidegger à metafísica da presença, na qual o autor alemão aponta a existência de um abismo (*abgrund*) entre o ôntico e o ontológico. Heidegger defende a existência de fundamentos parciais, mas nunca de fundamentos imóveis e essenciais (MENDONÇA; LINHARES; BARROS, 2016). A “diferença ontológica” heideggeriana entre ser e ente (LACLAU; MOUFFE, 2015) é uma das bases do pensamento desconstrutivista de Jacques Derrida, como argumenta Daniel Mendonça no artigo *O Fundamento como “fundamento ausente” nas ciências sociais: Heidegger, Derrida e Laclau.* (2016) Em *Hegemonia e Estratégia Socialista*, Laclau e Mouffe (2015) argumentam que o pós-estruturalismo é o terreno em que se encontra a principal fonte da sua reflexão teórica com destaque para a desconstrução e a teoria lacaniana. A obra de Derrida fundamenta a noção de contingência em Laclau. Em sua crítica ao essencialismo estruturalista, o filósofo francês defende a impossibilidade de que qualquer estrutura tenha fundamentos transcendentais:

O conceito de estrutura centrada é com efeito o conceito de um jogo fundado, constituído a partir de uma imobilidade fundadora e de uma certeza tranqüilizadora, ela própria subtraída ao jogo. A partir desta certeza, a angústia pode ser dominada, a qual nasce sempre de uma certa maneira de estar implicado no jogo, de ser apanhado no jogo, de ser como ser logo de início no jogo. (DERRIDA *apud* (MENDONÇA; LINHARES; BARROS, 2016, p.176).

A angústia a que Derrida se refere e que para ele precisa fazer parte da estrutura, serve à teoria laclauiana para construir a ideia da contingência de toda hegemonia, conceito fundamental em Laclau (LACLAU; MOUFFE, 2015) e ao qual retornaremos no item seguinte. Portanto, a filosofia analítica e o pós-estruturalismo formam as bases do que Laclau e Mouffe chamam *discurso*. Como já mencionado, a teoria lacaniana também é fundamental para a teoria do discurso, mas será abordada adiante.

2.1 Discurso

Laclau e Mouffe classificam estrutura discursiva como sendo uma prática articulatória que constitui e organiza as relações sociais. Ou seja, não se trata de uma entidade meramente

“cognitiva” (LACLAU; MOUFFE, 2015). Necessariamente, a articulação deve alterar a identidade dos elementos que estão inseridos na prática relacional. A totalidade resultante é o discurso. “As posições diferenciais, na medida em que apareçam articuladas no interior de um discurso, chamaremos *momentos*. Por contraste, chamaremos *elemento* toda diferença não discursivamente articulada.” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 178).

Para os autores, o que interessa é o discurso enquanto fenômeno social e, portanto, faz-se necessário identificar qual é a compreensão que a teoria do discurso laclauiana tem do social. Essa perspectiva em Laclau e Mouffe é baseada no conceito de sobredeterminação fundado pela psicanálise freudiana e que só existe no campo do simbólico. Trata-se de uma fusão que envolve uma dimensão simbólica e uma pluralidade de significados. Em *Hegemonia e Estratégia Socialista*, os autores desconstroem a forma como Althusser utiliza o conceito, determinando que o social constitui-se como ordem simbólica (LACLAU; MOUFFE, 2015). Nesse processo, Laclau considera incompleta a forma como Althusser utiliza o conceito. O filósofo francês propõe que exista uma determinação em última instância pelo econômico, que daria sentido ao social. Entretanto, na perspectiva laclauiana não existe “última instância”, ou seja, não há uma condição necessária e exterior que defina o social. Para Laclau e Mouffe, o social é contingente porque é determinado pelas condições existenciais e de historicidade. “Uma concepção que qualquer abordagem essencialista das relações sociais também deve afirmar o caráter precário de toda identidade e a impossibilidade de fixar o sentido dos “elementos” em qualquer literalidade última” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.167).

Essa noção sobre a precariedade de qualquer identidade é fundamental para que se compreenda que, na teoria do discurso de Laclau e Mouffe, toda totalidade é precária. Ou seja, não existe possibilidade de uma sutura última. Da mesma forma, as relações entre os elementos que se dividem em posições diferenciais são contingentes. “[...] se a contingência e a articulação são possíveis, é porque nenhuma formação discursiva é uma totalidade suturada, e a transformação dos elementos em momentos nunca é completa” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.180). Essa característica faz com que a teoria do discurso aqui trabalhada se concentre no campo da articulação e como resultado,

[...] a lógica relacional será incompleta e penetrada pela contingência. A transição dos “elementos” para os “momentos” nunca é inteiramente completa. Surge uma terra-de-ninguém que torna possível a prática articulatória. Neste caso, não há identidade social plenamente protegida de um exterior discursivo que a deforme e impeça que ela se torne plenamente suturada. (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.185).

A contingência evidenciada na citação acima permite compreender que todo discurso se constitui como uma tentativa de dominar o campo da discursividade, ou seja, dar sentido ao

social. Como já mencionado, a teoria do discurso laclauiana entende a estrutura de significação como Jacques Derrida, que não aceita a existência de um centro transcendental à estrutura. Porém, ambos entendem que existem fundamentos parciais. Laclau e Mouffe vão chamar os pontos de fixação parcial da cadeia significante de *pontos nodais*. O termo faz referência ao conceito de *points de capiton* estabelecido por Jacques Lacan e que trata de “significantes privilegiados que fixam o sentido de uma cadeia significante” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 187).

A articulação que possibilita a emergência de um ponto nodal provém da busca de todo discurso por uma totalidade hegemônica, lembrando que toda totalidade é precária e nunca ocorre a sutura final, ou seja, toda hegemonia é contingente. Para Laclau, a universalidade específica inerente à hegemonia decorre da dialética entre lógica da diferença e lógica da equivalência. Os atores sociais ocupam posições diferenciais nos discursos que constituem o tecido social. Nesse sentido, eles são particularidades. Frente a forças opressoras, um conjunto de particularidades estabelece relações de equivalência entre si, provenientes de um diálogo que atenua as diferenças. É necessário representar a totalidade da cadeia para além dos meros particularismos diferenciais ligados por laços de equivalência. É nessas condições que se dá uma relação hegemônica: quando uma particularidade assume a representação de uma universalidade que lhe é inteiramente incomensurável. Essa abordagem concebe a universalidade como universalidade política e, neste sentido, dependente de fronteiras internas à sociedade: os antagonismos.

Os conceitos apresentados até aqui serão nossa base para identificar os discursos antagonistas que estavam em disputa no Brasil durante o período de intensificação da polarização política que ocorreu após as eleições de 2014 e especialmente durante o processo de impeachment. As ferramentas oferecidas por Laclau e Mouffe nos ajudarão a decifrar os elementos de cada um dos discursos e a entender como o *Jornal Nacional* da TV Globo tratou ambos os pólos e como colaborou para que um deles se estabelecesse como hegemônico. Antes de prosseguir nessa análise, será apontado como o jornalismo também atua na construção da realidade.

2.2 O telejornalismo constrói/reconstrói a realidade

A vida na sociedade contemporânea é moldada pela comunicação e cercada“ por dispositivos capturadores de atenção e convocadores para práticas de consumo-cultural”

(PRADO, 2017). Portanto, os discursos se estabelecem primordialmente a partir de informações que atravessam os *media*. Ao analisar a formação de discursos no capitalismo globalizado, Prado aponta como foi alterada a função social dos *media* ao longo da evolução do capitalismo:

Na medida em que os espaços de confinamento das sociedades disciplinares, cujo significante maior era o Pai (a função paterna), começaram a ter suas fronteiras abertas, os *media* passaram a assumir parte do antigo papel de estabelecer e fazer circular discursos de estabilização dos saberes, de fixação das identidades e de andamento das instituições. As palavras de ordem que antes circulavam através da escola, da família e da empresa passam a ter efeito ampliado e mais distribuídos com os *media*: primeiro o rádio, depois a televisão, finalmente a internet. Nesse sentido, os *media* organizam a agenda do público [...]. (PRADO, 2013; p. 107)

No Brasil, a televisão se consolidou como o meio de comunicação mais popular durante décadas e fez com que a TV e o telejornalismo se tornassem “os principais lugares da construção da história cotidiana” como afirma Beatriz Becker (2016) na obra *Televisão e Telejornalismo: Transições* em que ela analisa a linguagem do telejornalismo e o gênero telejornal. Em trabalho anterior, nomeado *A Linguagem do Telejornal*, Becker afirma que “a gestão da experiência cotidiana contemporânea está diretamente ligada ao poder da mídia como instrumento regulador da experiência pública e privada” (2005, p. 12). Junior e Correia, na busca por uma epistemologia do telejornalismo consideram que “o telejornalismo representa um lugar de referência para os brasileiros muito semelhante ao da família, dos amigos, da escola, da religião e do consumo” (PEREIRA JUNIOR; CORREIA, 2011, p. 1). A introdução do artigo de Vizeu e Correia utiliza dados publicados em uma reportagem do jornal *O Globo* para ressaltar a importância do telejornalismo.

Os brasileiros acreditam mais na mídia que no Governo. A informação, resultado de um pesquisa da agência de notícias Reuters, da Rede Britânica BBC e dos Media Centre Poll da Globescan realizada em dez países mostra a centralidade e importância da televisão na sociedade brasileira. Dentro desse contexto, o campo do telejornalismo ocupa um lugar de destaque como a principal fonte de informação para 56% dos entrevistados é a televisão. (BRASIL, 2006, p. 31 *apud* PEREIRA JUNIOR; CORREIA, 2011, p.1).

Há que se considerar o baixo nível educacional de grande parcela dos brasileiros para compreender a preponderância da televisão enquanto meio de comunicação e informação mais popular e os telejornais como os meios de informação de maior referência para a população. Essa é também a perspectiva apresentada por Ana Carolina Rocha Pessoa Temer em sua análise da função do telejornalismo:

No Brasil o telejornalismo tem uma responsabilidade social e política imensa, já que o baixo acesso à educação formal e a tradição da cultura oral levaram uma relação extremada entre público e a televisão, o que levou o telejornalismo à condição de uma

importante – em alguns casos, a única – via de acesso às notícias para grande parte da população. (TEMER, 2010, p. 109).

Aliado ao papel social do telejornalismo, como indicado na citação de Temer, está a construção histórica do significado do *Jornal Nacional*, o mais antigo telejornal da televisão brasileira e o primeiro programa a ser transmitido em rede nacional a partir de 1969. O JN foi criado para ser muito mais do que um simples telejornal, a estratégia para transformá-lo em instrumento de integração nacional passou também pela escolha da posição que ele ocuparia na grade horária da TV Globo, tal como Eugênio Bucci descreve ao analisar o papel da televisão para a cultura brasileira.

Aqui, quando o Jornal Nacional estreou, em 1969, estava firmada uma receita que resultaria no formato global da televisão brasileira: “ensanduichar” o telejornal em meio às novelas. O que significa pegar uma carona no hábito do público com a ficção e, nessa carona, entrar com o jornalismo (que, na época, precisava ser um jornalismo governista, de integração nacional). Foi assim que o telejornalismo se tornou um hábito: não como uma estrela de luz própria, mas como um entretenimento a mais na rotina do público. (BUCCI, 1997, p. 30)

Ao tratar da relevância do gênero telejornal, Beatriz Becker (2016) ressalta a importância do *Jornal Nacional*, da Rede Globo. O programa noticioso, em 2015, tinha o potencial de atingir 198.071.611 telespectadores, de acordo com o *Ibope Media Workstation*. No campo dos estudos culturais, Itania Gomes, que também estabelece uma metodologia de análise de telejornais, identifica o Jornal Nacional como um telejornal-referência (GOMES, 2005) para todos os outros programas do gênero no Brasil, tamanha sua importância histórica, política e social. Ao analisar as formas e práticas comunicativas do *Jornal Nacional*, Gomes considera que uma das marcas do telejornal é o “recorte” dos fatos que são considerados pelo jornalismo da TV Globo como os mais importantes do cotidiano do país.

As considerações mencionadas neste item demonstram que a programação dos telejornais e, em especial, a do *Jornal Nacional* tem grande poder de influência sobre o tecido social e, por consequência, na produção de sentidos e significados, o que torna relevante a análise de como os discursos antagonistas atravessaram o principal programa noticioso da TV Globo durante os períodos decisivos do processo impeachment de 2016, ou o golpe de 2016.

2.3 Análise dos discursos antagonistas no Jornal Nacional

A contextualização feita no capítulo 1 demonstrou o processo de formação da polarização política no Brasil. Nesse item é analisada a disputa entre os discursos antagonistas

que constituíram a polarização e qual a visibilidade dada a esses discursos no Jornal Nacional (JN). Nas reportagens exibidas no JN entre 1º de março e 30 de abril e 1º de agosto e 30 de setembro de 2016, os discursos antagonistas foram identificados pelo telejornal como “grupos pró-impeachment” e “apoiadores de Lula e Dilma”. Esses discursos começaram a ganhar projeção a partir de 2014, no rastro das disputas discursivas do período pós “jornadas de junho de 2013” movimento provocador de um interregno (PRADO, 2019, p.101) social e político que abalou os significados que estavam vigentes até então. Esse interregno, que inaugurou uma nova disputa pelos sentidos da política nacional, ainda está em curso e envolveu o Brasil na polarização discursiva potencializada após as eleições presidenciais de 2014, quando a disputa entre Dilma Rousseff e Aécio Neves, PT x PSDB fez com que o país se visse dividido quase que ao meio. A diferença de votos entre os dois, no 2º turno, foi de aproximadamente 3 milhões de votos. José Luiz Aidar Prado, em artigo (2019) que analisa as razões pelas quais a democracia tem sofrido abalos no Brasil e no mundo, considera que junho foi um movimento de lutas democráticas que se formou contra o modelo partidário e contra a governabilidade das grandes obras que transformou a construção de estádios de futebol em investimentos prioritários para o país Prado (2019). Esses movimentos de 2013 podem ser divididos em três “repertórios de confronto” (ALONSO, 2017): os socialistas e os autonomistas, que encampavam as lutas democráticas, como menciona Prado, e os “patriotas” que defendiam “do liberalismo ao conservadorismo, com foco no rechaço a instituições políticas, políticos e partidos, e na identificação do PT com a corrupção” (ALONSO, 2017). O interregno aberto reuniu, em sua origem, grupos extremamente heterogêneos que se uniram ao redor de sentimentos de enorme insatisfação com todas as instâncias do Estado. Estas insatisfações se reuniram muito pontualmente – nos termos de Laclau e Mouffe – ao redor do mesmo ponto nodal: “mudar o Brasil” – expressão que aparecia constantemente em cartazes levados por manifestantes.

Junho de 2013 é considerado por Prado um *acontecimento*, tal como definido por Badiou (1996), porque “ele embaralhou as coordenadas políticas do *status quo* anterior, caracterizando-se pela emergência de uma intensidade que rompe com modos de ser, sentir e viver” (PRADO, 2019, p.106). O autor explica que a insatisfação generalizada organizou-se contra as limitações da democracia representativa:

As Jornadas de junho constituíram o que Badiou (1996) chama de *acontecimento*, que se caracterizou sobretudo em seu início por uma grita geral, misturando esquerdas e direitas, contra o modelo partidário e de governo da democracia representativa. Nas ruas tomadas pela multidão os manifestantes queriam algo além da democracia representativa, pois as eleições têm muito pouco poder de mudança na vida das

pessoas, em função de um sistema político corrompido e amarrado a fortes interesses e lobbies. (PRADO, 2019, p.102)

Se levado em conta o contexto que já estava implementado antes das jornadas de junho de 2013, pode-se dizer que os diferentes grupos que vinham demonstrando insatisfação em protestos e confrontos com o governo, tais como indígenas, fazendeiros, evangélicos, estudantes, movimentos sociais organizados e outros, passaram a ocupar posições diferenciais desse discurso que identificava o Estado como empecilho para que seus variados interesses fossem alcançados. A partir dessa lógica surgiu o movimento que reivindicava mudança no país que, durante alguns dias, foi a grande luta de quem estava nas ruas.

No dia 16, as hashtags “#mudabrasil”, “#changebrazil” e “#giganteacordou” foram trending topics nacionais. No dia 13, 6,5 mil pessoas tinham ido à rua em São Paulo. No dia 17, diz o Datafolha, compareceram 65 mil. Grandes atos tomaram doze capitais. Foi a *massificação*. Novas bandeiras tremularam à esquerda: por mais e melhor educação, saúde, salários, habitação, direitos, contra a Copa do Mundo e a Rede Globo. Junto veio repúdio a autoridades políticas, partidos, polícia. No Brasil e no exterior, pulularam críticas à brutalidade policial. Ongs de direitos humanos, promotores e advogados se engajaram em prol dos “presos políticos”. A opinião pública tomou o lado dos manifestantes: o apoio pulou 22 pontos em cinco dias e chegou a 77%. (ALONSO, 2017, p.52).

A unidade estabelecida ao redor do ponto nodal “mudar o Brasil”, logo fragmentou-se diante do excesso de sentidos que constituía este discurso que, por um curto espaço de tempo incluiu os grupos patriotas, autonomistas e socialistas. Essa fragmentação ocorreu no período que Prado chama de *pós-acontecimento*, em que surgem grupos de direita como MBL e Vem Pra Rua, e os grupos de esquerda como Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo. Esses grupos polarizam o debate político principalmente na internet (PRADO, 2019). Nos dois próximos itens indicaremos os elementos objetivos que constituíram a relação de antagonismo entre os grupos de esquerda e de direita, na qual um não pode ser plenamente em função da presença do outro (LACLAU; MOUFFE, 2015) e ambos tornam-se presenças negativas com relação ao outro polo.

2.3.1 O discurso anticorrupção

Ângela Alonso trata da polarização a partir do final de 2015, no “ciclo do impeachment (dezembro de 2015 a março de 2016)”, no qual a autora identifica que existiam duas campanhas disputando as ruas: “Fora Dilma” e “não vai ter golpe”. O discurso patriota tinha traços claros:

Solidificou-se aí a retórica moralizadora, como moralização pública (anticorrupção) e como moralismo (pátria, religião, família, valores da sociedade tradicional). A manifestação visou “políticos em geral”, com o governador Geraldo Alckmin e o presidente do PSDB, Aécio Neves, corridos da rua. Mas os slogans tinham fulcro cirúrgico: anti-pt. Lula virou o Pixuleco, boneco gigante inflado, com roupa de prisioneiro e o número do partido mais o do estelionato no código criminal (13.171). E Moro personificou a moralidade pública. (ALONSO, 2017, p.56)

Essa carga antipetista do discurso anticorrupção também é apontada por Prado, que vai além:

A polarização se firmou em um discurso em torno do ponto nodal “corrupção” e das movimentações da Operação Lava Jato, que pautou diariamente as mídias hegemônicas, levando muitos a falarem em um “partido da Justiça”. Em linhas gerais foi construído um discurso antipolítica, antipetismo, que reuniu os sentidos de corrupção, unificando o inimigo — colocado nessa posição de ponto nodal — contra o qual devemos lutar para limpar o país. (PRADO, 2019, p.106)

O resultado da construção desta cadeia sistêmica de sentidos é a emergência de uma relação antagonista tal como definida por Laclau e Mouffe e mencionada no final do item anterior. Para os sujeitos identificados com o discurso anticorrupção, “[...] os petistas roubaram a possibilidade de felicidade com sua corrupção, nos ameaçaram de comunismo, de virarmos uma Venezuela, de cairmos na tentação da revolta contra os gêneros tradicionais [...]” (PRADO, 2019, p.106). Portanto,

Dizer esquerda passou a querer dizer, nos discursos à direita, corrupção, de um lado, ligada ao petismo, e de outro, esse mal-estar trazido pelas lutas identitárias (...) Ao concentrar tudo isso na figura do petismo, em especial de Lula, operou a ideia de que por trás da multiplicidade de nossos infortúnios está uma causa concentrada dos nossos males, da mesma forma que o complô judaico foi o ponto nodal do nazismo. (PRADO, 2019, p.107)

A luta ensejada pelo discurso anticorrupção consistia em combater o mal personificado pelo governo do Partido dos Trabalhadores. A agremiação era identificada nesta cadeia de sentidos como sob o controle de Luiz Inácio Lula da Silva, o causador de todo mal e representante também da política que devia ser combatida na visão dos grupos direitistas “patriotas”.

2.3.2 O discurso em defesa da democracia

O discurso em defesa da democracia se articulou somente quando o ex-presidente Lula foi alvo de uma condução coercitiva, em março de 2016. Os setores identificados com a esquerda não saíram em defesa do governo Dilma de imediato porque não estavam de acordo

com a política de ajuste fiscal (ALONSO, 2017). Somente em março de 2016 que as esquerdas, os movimentos sociais e os grupos autonomistas mobilizaram-se contra o impeachment e em defesa do governo Dilma. A partir desse instante o discurso em defesa da democracia se estabeleceu, mais especificamente, quando o ex-presidente Lula esteve na berlinda ao ser convidado para assumir um ministério no governo. “O STF impugnou a nomeação dois dias depois. Neste dia 18, multidão vermelha, em todos os estados, fez por Lula o que não fizera por Dilma” (ALONSO, 2017, p.56).

Na Paulista, foram 95 mil pessoas (segundo o Datafolha), levadas por CUT e as duas frentes. Lula subiu ao palanque. O eixo foi a defesa do Estado de direito: “não vai ter golpe”. Slogans do setor socialista dominaram: direitos sociais, redistributivismo e contra o oligopólio dos meios de comunicação (“o povo não é bobo, abaixou a Rede Globo”). Vieram, secundários agora, grupos autonomistas, com cartazes em torno de identidades e estilos de vida (adesivos roxos com o rosto de Frida Kahlo). Ajuntavam-se contra o inimigo comum: os protestos pró-impeachment e o ajuste fiscal. (ALONSO, 2017, p.56).

O discurso de defesa da democracia estava atrelado à Constituição de 1988, fiadora dos direitos iguais para todos os cidadãos e que abraça também as lutas identitárias e de classes, em função das leis que estabelece. Os direitos previstos na Constituição deveriam ser garantidos pelo Estado. A Carta Magna determina a proteção dos indivíduos em posições sociais mais frágeis e estabelece que a nação deve se basear no coletivismo. Na perspectiva democrática e progressista, o impeachment e o processo contra Lula representavam quebras das regras constitucionais, o que, consequentemente, resultaria em uma política de retirada de direitos. Em 9 de abril de 2016, o *Jornal Nacional* exibiu reportagem sobre uma manifestação em São Paulo e selecionou um trecho da fala feita pelo ex-presidente Lula na qual ele diferenciava os discursos polarizados apresentando a si e aos seus com “anti” à cadeia de sentido dos grupos patriotas:

Não irão transformar esse povo maravilhoso que tem orgulho de andar de vermelho, num povo raivoso, num povo que não gosta. Nós não consideramos aqueles que botam uma camisa amarela e vão pra avenida Paulista fazer protesto, nossos inimigos. Eles apenas são desinformados. Eles apenas não gostam de política. Eles apenas negam a política. Eu vejo a diferença do que eles fazem e a diferença do movimento que nós fazemos. Nós temos orgulho de gostar de política, nós temos orgulho de fazer política. Nós temos orgulho de dizer que fora da política não acontecerá nada na História desse país. (JORNAL NACIONAL, exibido em 09 abr. 2016d).

Como já mencionado no item 2.2, o jornalismo reconstrói a realidade de forma interessada, de acordo com os princípios e regras de cada veículo de comunicação. Em função desse padrão afirmamos que a representação dos grupos polarizados foi feita de forma interessada, a depender do entendimento que cada empresa de jornalismo tinha da conjuntura. Essa análise será demonstrada a partir do item subsequente deste capítulo.

2.3.3 Discursos antagonistas e o Jornal Nacional

Os discursos antagonistas “contra a corrupção” e “em defesa da democracia” disputaram a hegemonia sobre o sentido do que é a democracia, se era a vontade popular submetida à Constituição ou, simplesmente, o poder do povo à revelia do Estado de direito que seria desrespeitado com a derrubada de um governo através de um processo de impeachment sem que houvesse as prerrogativas necessárias para a sua instauração. Ou seja, quem defendia o impeachment deixava de lado as regras estabelecidas pela Constituição. Estava instaurada uma disputa discursiva que trazia subjacente o desarranjo das regras que determinam o certo e o errado perante a lei e a possibilidade de extinção dos ideais traçados para a nação em 1988. Independentemente das diferentes reivindicações dos grupos de direita, de alguma forma suas demandas iam contra a Constituição. Se protestavam contra a afirmação que vinha sendo conquistada pelos movimentos identitários, então, esse grupo de direita pretendia passar por cima da determinação de que todos são iguais perante a lei e o Estado. Se protestavam por mais segurança, reivindicando o encarceramento indiscriminado dos que chamavam de “marginais”, então queriam atropelar a presunção de inocência. Todas as reivindicações das direitas ensejavam mudanças constitucionais, a alteração das leis que sempre tiveram o objetivo de diminuir as desigualdades sociais, mas que não costumavam ser cumpridas. Essa disputa por hegemonia atravessou o Jornal Nacional, mas não de forma equânime. O conteúdo do telejornal constrói o noticiário totalizando a partir de pontos nodais. Os momentos da cadeia de sentidos do discurso “contra a corrupção” foram privilegiados pelo telejornal que lhes concedeu credibilidade e os tratou como se fossem reivindicações legítimas. Simultaneamente, o JN esvaziou a credibilidade dos momentos e do ponto nodal que davam sentido ao discurso “em defesa da democracia”. Esse processo se deu na forma como o telejornal trabalhou as notícias ligadas à Operação Lava Jato, às manifestações de rua e à disputa entre governo e oposição ao redor do processo de impeachment. O poder Judiciário e os órgãos de fiscalização (Ministério Público Federal e Polícia Federal) eram enunciados, durante os períodos analisados, como os detentores da verdade. Nesse período, havia consenso entre os ministros da Suprema Corte sobre o apoio à Operação Lava Jato e ao processo de impeachment.

No primeiro período analisado, entre março e abril de 2016, o tema da corrupção e as discussões sobre o processo de impeachment tiveram no noticiário muito mais espaço e impacto. Nesses dois meses ocorreram revelações de fatos novos relativos a escândalos de corrupção que possibilitaram o prosseguimento do processo de impeachment e sua votação na Câmara dos deputados, que ficou internacionalmente conhecida pelo baixo nível das

intervenções dos parlamentares que diziam, um a um, votar em nome de suas famílias, do Brasil, contra a corrupção e até mesmo em homenagem à torturadores do período da ditadura militar.

No segundo período, entre agosto e setembro do mesmo ano, o volume de reportagens sobre corrupção ou sobre o processo de impeachment foi muito menor, bem como o destaque que foi dado a elas. Dilma Rousseff, presidenta eleita já havia sido afastada e, embora o processo continuasse a ser discutido, ele já era tratado como decidido e os argumentos da defesa da presidente eram construídos pelo enunciador-JN como “tese do golpe”, ou seja, algo que não era na realidade. No entanto, a acusação feita pelo MPF de que o ex-presidente Lula seria o grande chefe de uma quadrilha que tinha como objetivo “a perpetuação deste grupo político no poder”, foi apresentada como um fato histórico. A votação do impeachment de Dilma Rousseff no Senado, que era o julgamento de fato - enquanto a Câmara votava apenas para decidir pela abertura do processo ou não - foi tratada pelo JN como uma etapa burocrática do processo. O trâmite do impeachment no Senado não foi construído como um evento histórico que deveria ser acompanhado por todo o Brasil, não recebeu uma cobertura especial e foi anunciado como uma telenovela ou um grande evento que seria transmitido ao vivo na “tela da Globo”. A seguir serão detalhadas as análises de cada um desses pontos.

Corrupção

O mês de março de 2016 é o período no qual mais emergiram “fatos novos” relacionados à corrupção e que afetaram os discursos antagonistas. Foram 133 reportagens relacionadas ao tema. Durante esse período o telejornal tornou-se porta-voz da Operação Lava Jato, que já gozava de alta credibilidade junto ao tecido social, e em suas reportagens deu sentido às teorias acusatórias contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Partido dos Trabalhadores e o governo Dilma Rousseff. O que ocorreu antes mesmo que qualquer sentença fosse estabelecida. Ademais, o tempo e o destaque reservado pelo telejornal para as suspeitas sempre foi maior do que o espaço concedido para argumentos da defesa. A tabela 3 apresenta fatos noticiados e o sentido construído nas reportagens:

Tabela 3 – Reportagens sobre corrupção – março 2016.

Notícia	Sentido construído na reportagem
Troca do ministro da Justiça Data: 01/03/2016	Suspeita de que pudesse haver interferência do governo na Lava Jato
Vazamento de trechos da delação do senador Delcídio do Amaral (líder do governo) Data: 03/03/2016	Lula, Dilma Rousseff e o ministro da Justiça conspiraram para obstruir a Lava Jato, sabiam do esquema do “petróleo” e foram beneficiados
Pedalinhos do sítio de Atibaia comprados pelo segurança da Presidência da República Data: 01/03/2016	Lula suspeito de ser o verdadeiro dono do imóvel e de ter recebido vantagens ilícitas oriundas do esquema do “petrolão”
Palácio do Planalto critica “vazamentos” seletivos e afirma que Delcídio do Amaral mentiu Data: 03/03/2016	Governo do PT se opõe à Operação Lava Jato
Foto do ex-presidente Lula dentro do tríplex do Guarujá Data: 03/03/2016	Lula suspeito de ser o verdadeiro dono do imóvel e de ter recebido vantagens ilícitas oriundas do esquema do “petrolão”
Lula é alvo de condução coercitiva Data: 04/03/2016	Lula suspeito de corrupção com “base em provas”
Dilma Rousseff demonstra solidariedade ao ex-presidente Lula e repudia tratamento dispensado a ele pela PF Data: 04/03/2016	Dilma Rousseff se opõe à Lava Jato
Lava Jato faz buscas no sítio de Atibaia Data: 04/03/2016	Lula é suspeito de ser o verdadeiro dono do imóvel, de lavagem de dinheiro e corrupção
Lula participa de reuniões em Brasília Data: 09/03/2016	Governo em crise tenta trazer Lula para reequilibrar forças
Ministério Públco estadual de São Paulo pede prisão preventiva de Lula Data: 10/03/2016	Lula é suspeito de ser o verdadeiro dono de imóvel no Guarujá. Com destaque para o fato de ser um tríplex, o que seria símbolo de riqueza e luxo.
Lula próximo de ser nomeado para o cargo de ministro chefe da Casa-civil Data: 15/03/2016	Lula escaparia de ser julgado pelo juiz Sérgio Moro em Curitiba e seu processo passaria para o STF
Lula é nomeado ministro Data: 16/03/2016	A real intenção da nomeação pode ser salvar Lula de Sérgio Moro
Sérgio Moro divulga conversas entre Lula e Dilma Rousseff Data: 17/03/2016	Lula conspirava com Dilma para escapar de Sérgio Moro e da prisão ao ser nomeado ministro
Outras conversas “grampeadas” do ex-presidente Lula são divulgadas Data: 16, 17, 18 e 19/03/2016	Lula fez vários contatos para tentar interferir no curso da Operação Lava Jato
Lava Jato divulga novos documentos sobre o sítio de Atibaia Data: 17/03/2016	Lula é suspeito de ser o verdadeiro dono do imóvel e de ter recebido propina em forma de reformas no sítio
Posse de Lula é cancelada por ordem judicial Data: 18 e 19/03/2016	Posse de Lula é cancelada por ordem judicial
Vaza suposta lista de propinas paga pela Odebrecht a partidos políticos Data: 22 e 23/03/2016	A política é corrupta: integrantes de 24 partidos políticos são suspeitos de terem recebido propina.

Continuação da Tabela 3: Reportagens sobre corrupção – março 2016.

Notícia	Sentido construído na reportagem
Dilma Rousseff denuncia que o processo de impeachment do qual é alvo constitui um golpe de Estado Data: 22 e 23/03/2016	Processo de impeachment é um mecanismo constitucional e democrático
Vazam trechos da delação do ex-deputado Pedro Corrêa, ex-presidente do PP Data: 25/03/2016	Ex-presidente Lula era protagonista do esquema de corrupção na Petrobrás

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações disponíveis no site Globo.com

Esse sentido de suspeição sobre Lula e o governo foi construído a partir de imagens que destacavam as acusações feitas pelo Ministério Público ou trechos de delações premiadas, mas também pela utilização da imagem do então juiz Sérgio Moro junto das acusações – como fiador das suspeitas levantadas -, e pela aparição da imagem dos acusados envolvidos em dinheiro sujo de corrupção. A estratégia do telejornal corroborava com a perspectiva de que a política havia sido corrompida pelo PT:

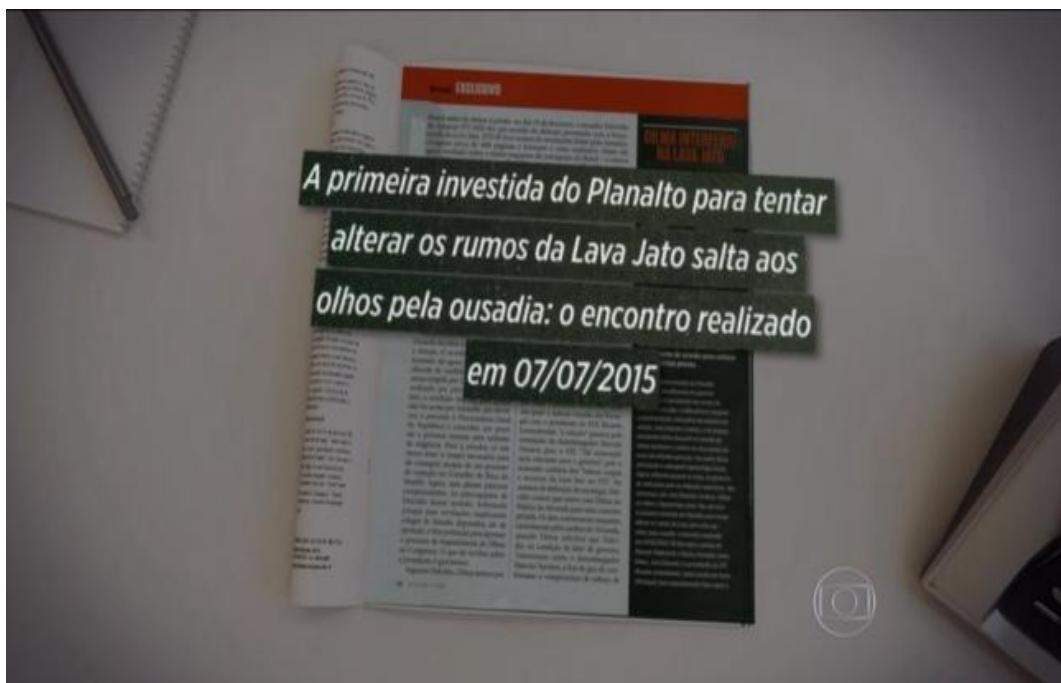


Imagen 3: Construção da suspeição de Lula e do governo ¹

Fonte: Jornal Nacional, exibido em 11 abr. 2016c

¹ Trecho da delação do ex-senador Delcídio do Amaral retirado da revista Veja no qual ele acusou Dilma Rousseff de tentar obstruir a Operação Lava Jato. A reportagem do JN não destacou a necessidade de apresentação de provas sobre as acusações. Essa necessidade apareceu apenas como argumento dos governistas.



Imagen 4: Construção da suspeição de Lula e do governo 2²
Fonte: Jornal Nacional, exibido em 4 mar. 2016d.



Imagen 5: Construção da suspeição de Lula e do governo 3³
Fonte: Jornal Nacional, exibido em 4 mar. 2016e.

Os apresentadores e repórteres do JN expuseram as teses acusatórias tecidas por Ministério Público e Polícia Federal como se fossem revelações de fatos que estavam escondidos. No entanto, teorias de acusação precisam passar pelo crivo da Justiça para

² Destaque de trecho de documento emitido por Sérgio Moro em que ele justificou a condução coercitiva do ex-presidente Lula. O “dinheiro sujo” simboliza o motivo pelo qual Lula era suspeito.

³ A apresentadora do telejornal tornou-se porta-voz dos acusadores que integravam a força-tarefa da Operação Lava Jato.

tornarem-se fatos e este detalhe foi totalmente ignorado pelo jornalismo da TV Globo que transformou seus jornalistas em meros porta-vozes dos órgãos de investigação. A apresentadora anunciara a reportagem com o seguinte texto: “Os investigadores disseram que as suspeitas contra o ex-presidente Lula são baseadas em provas e depoimentos. O Ministério Público e a Polícia Federal investigam o papel dele no esquema criminoso da Petrobrás” (JORNAL NACIONAL, exibido em 04 mar. 2016e). A informação narrada pela apresentadora de forma objetiva atendia à narrativa da tese acusatória apontando que havia um esquema criminoso e que o ex-mandatário tinha alguma função nele. O texto não apresentava qualquer forma de questionamento ao que diziam os investigadores, permitindo que fosse construído um significado de suspeição sobre o indivíduo Lula sem demonstração de provas claras. É como se o jornalismo do *Jornal Nacional* estivesse atestando que existiam provas contra Lula e que não havia necessidade de apresentá-las. Além disso, a síntese feita pela reportagem ignorava qualquer contra-argumento do acusado. O levantamento de suspeitas contra Lula foi algo constante conforme será demonstrado a seguir. É necessário apontar, entretanto, que a reportagem mencionada foi exibida em março de 2016 e a acusação do MPF contra Lula seria apresentada somente no final da primeira quinzena de setembro daquele ano. Ou seja, seis meses antes, o JN já informava a todo o Brasil que as suspeitas contra Luiz Inácio Lula da Silva eram críveis.



Imagen 6: Construção da suspeição de Lula e do governo⁴
Fonte: Jornal Nacional, exibido em 4 mar. 2016f.

⁴ Alvo de busca e apreensão, o Instituto Lula também apareceu rodeado pelos dutos enferrujados da Petrobrás pelos quais jorrava “dinheiro de corrupção”.

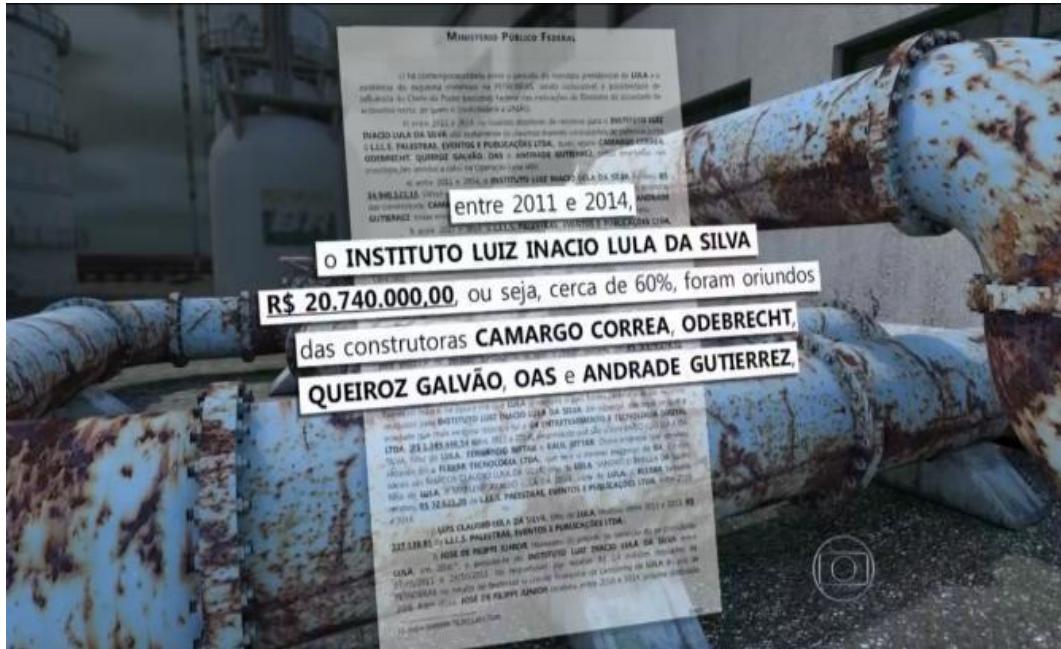


Imagen 7: Construção da suspeição de Lula e do governo 5⁵
Fonte: Jornal Nacional, exibido em 4 mar. 2016f.

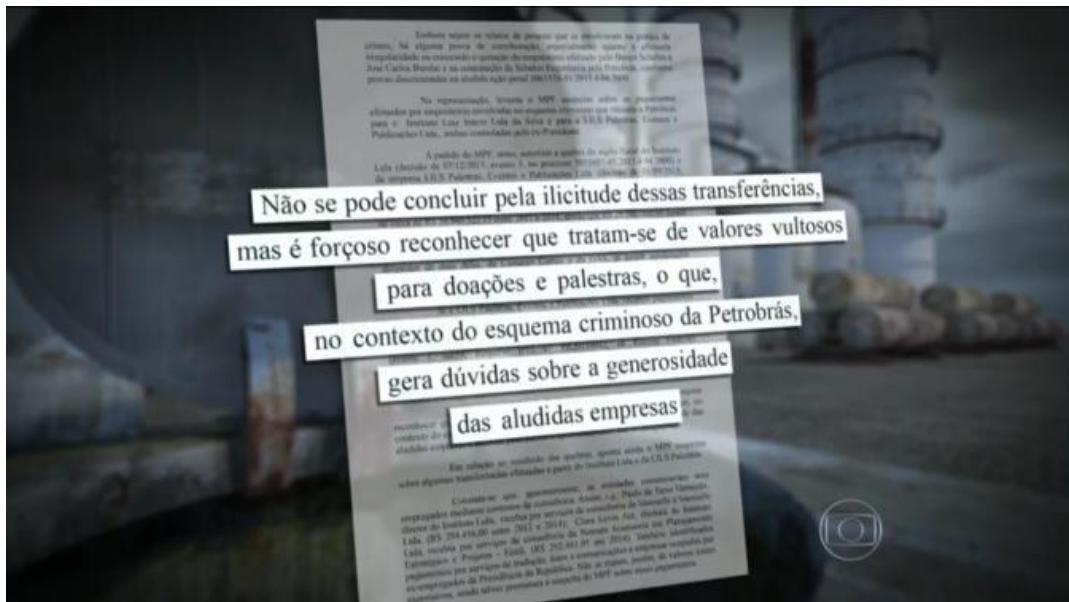


Imagen 8: Construção da suspeição de Lula e do governo 6⁶
Fonte: Jornal Nacional, exibido em 4 mar. 2016f.

A repórter do *Jornal Nacional* destacou que se tratava dos argumentos de Sérgio Moro e narrou o trecho destacado na imagem 8. A Operação Lava Jato começara em 2014 e já havia

⁵ As suspeitas levantadas pelo Ministério Públco Federal eram expostas com o nome do Instituto Lula rodeado pela corrupção

⁶ O trecho destacado é a argumentação do então juiz Sérgio Moro que era narrada pelos jornalistas.

colocado na prisão grandes empresários brasileiros, figuras que pertenciam à elite financeira do país e que não costumavam ser presas no Brasil, portanto, Moro já era uma figura respeitada e alguém apontado como uma espécie de “herói nacional” por combater a corrupção. Exemplo desse sentido conferido ao magistrado é que a reportagem o apresentara nominalmente mesmo sendo apenas um juiz de 1^a instância, figura menor dentro do poder judiciário e que, em geral, não costuma ser dotada de grande poder. A menção ao seu nome significa que o texto jornalístico teve o objetivo de dar credibilidade à suspeita levantada. No acórdão, ele apenas colocava as doações recebidas pelo Instituto em dúvida, mas por ser Moro quem sugeria a existência de corrupção, já era suficiente para que o JN conferisse validade e veracidade. O enunciador-JN o fez ao veicular a notícia. Não existe volta atrás quando se nomeia alguém como suspeito, principalmente, quando tais possibilidades são descritas cercadas por imagens de dinheiro “sujo”, imagens que mostram notas de R\$ 100,00 jorrando de dutos da Petrobrás.



Imagen 9: Construção da suspeição de Lula e do governo ⁷

Fonte: Jornal Nacional, exibido em 4 mar. 2016g.

A reportagem referente à imagem 9 foi iniciada com o repórter dizendo que “os investigadores da força-tarefa da Lava Jato não têm dúvidas, o ex-presidente Lula é o verdadeiro dono do sítio em Atibaia” (JORNAL NACIONAL, exibido em 4 mar. 2016g). A construção do texto utilizou da descrição “objetiva e isenta” que o JN alega fazer para assim acusar o ex-presidente. A afirmação feita pelo repórter construiu, mais uma vez, a imagem de que Lula era corrupto, já que ele estaria mentindo sobre não ser o dono do imóvel e que sobre

⁷ Mostra trecho da reportagem sobre a acusação contra Lula relacionada ao sítio de Atibaia.

estar envolvido com o esquema de corrupção na Petrobrás. A suspeita de que Lula podia ser corrupto, era construída didaticamente como mostra a imagem 10, retirada de uma reportagem sobre a acusação que o Ministério Público Estadual de São Paulo apresentara contra o ex-presidente e seus familiares. A notícia também tratava da possibilidade de o inquérito ser encaminhado para a força-tarefa da Lava Jato, em Curitiba. Na figura seguinte, Sérgio Moro apareceu como fiador das suspeitas levantadas contra Lula e adicionou que havia conexão com o esquema da Petrobrás. As investigações nas diferentes esferas ocorriam simultaneamente, mas provas não eram apresentadas e, mesmo assim, o JN construía a suspeição. Não havia provas sobre a verdade, o que existia no *Jornal Nacional* era a potencialização de figuras que tinham credibilidade recente em função do combate à corrupção e que acusavam o ex-presidente e o Partido dos Trabalhadores.

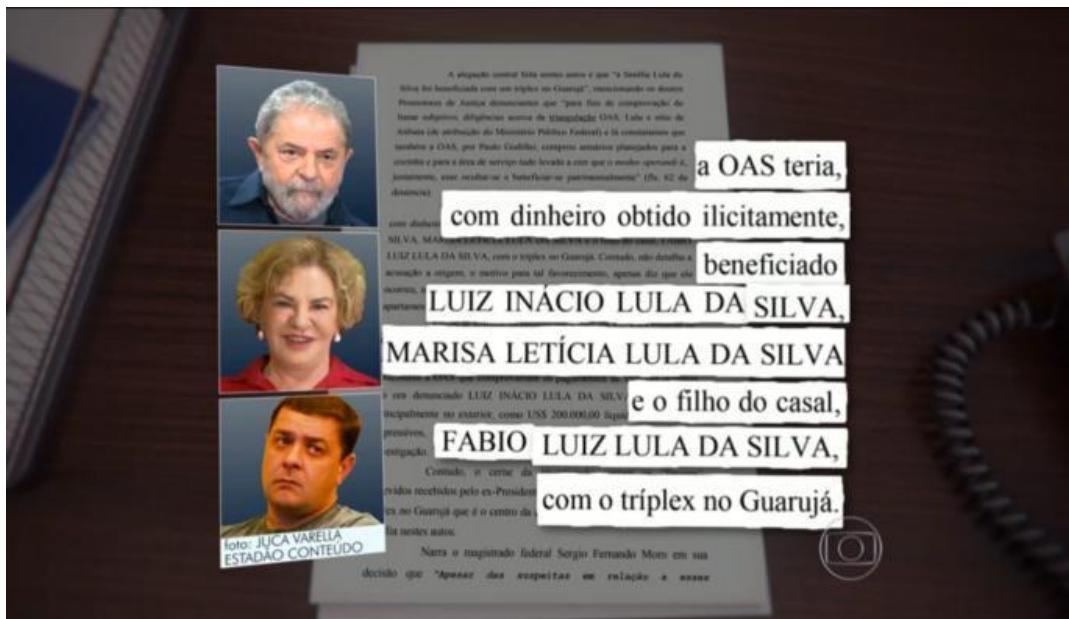


Imagen 10: Construção da suspeição de Lula e do governo ⁸

Fonte: Jornal Nacional, exibido em 10 mar. 2016h.

⁸ Trecho da reportagem sobre as acusações contra a família de Lula em função do tríplex do Guarujá

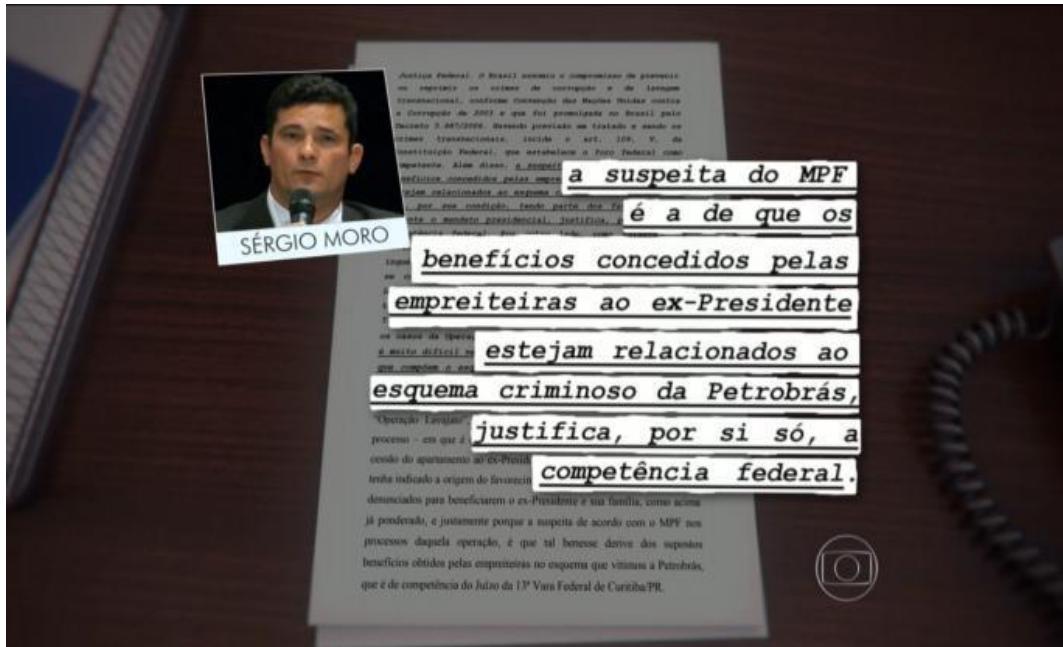


Imagen 11: Construção da suspeição de Lula e do governo 9⁹
Fonte: Jornal Nacional, exibido em 10 mar. 2016h.

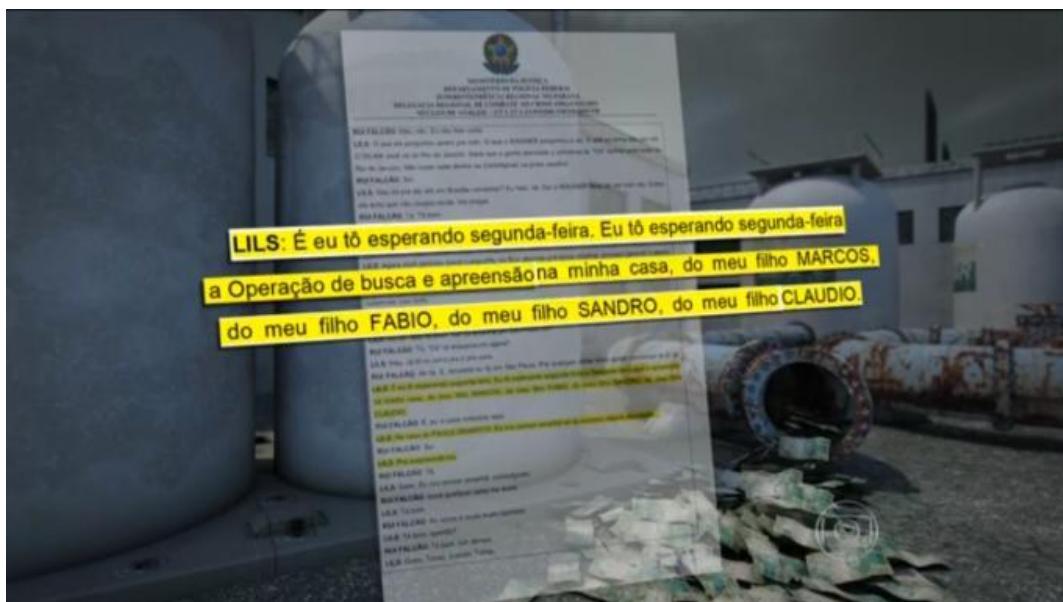


Imagen 12: Construção da suspeição de Lula e do governo 10¹⁰
Fonte: Jornal Nacional, exibido em 17 mar. 2016i.

A conversa transcrita (imagem 12) aparece cercada de “dinheiro sujo” desviado da Petrobrás em esquema de corrupção. Essa imagem construída com recursos digitais tem algumas variações, mas sempre aparece com o destaque para o dinheiro vazando dos dutos da empresa estatal. Como já mencionado, a acusação feita pelo Ministério Público Federal contra

⁹ A foto do então juiz Sérgio Moro ao lado de trecho que aponta as suspeitas do Ministério Pùblico Federal contra o ex-presidente

¹⁰ Em 16 de março, a revelação de uma das conversas do ex-presidente Lula que fora interceptada pela Lava Jato

o ex-presidente Lula foi apresentada à Justiça somente em setembro, porém, em março, os nomes de Lula, seus familiares e aliados já apareciam cercados de “dinheiro sujo”. A imagem é significativa porque desde 2014 era público e notório que existiam fraudes com o dinheiro da Petrobrás e essas falcatruas se tornaram um escândalo nacional. A força-tarefa da Lava Jato em Curitiba, nas seguidas fases da operação buscava espalhar a ideia de que o ex-presidente tinha envolvimento no esquema de corrupção, mas isso era feito afirmado – como demonstrado nas imagens anteriores – que havia indícios, suspeitas e provas que não apareciam. Essa argumentação variava entre possibilidades e certezas e o *Jornal Nacional* se transformou em propagador destes argumentos. O enunciador afirmou no texto da reportagem que Lula tinha informações privilegiadas sobre a operação que o levou para depor coercitivamente e, por isso, havia a suspeita de que ele teria conseguido se precaver e sumir com evidências. A afirmação era uma forma de justificar porque a Operação que contou com forte aparato policial não encontrou nada. Definitivamente, levantar esse tipo de suspeita não deveria ser função de veículos de jornalismo, ainda mais um que afirma fazer jornalismo com “objetividade e isenção”. O enunciador-JN informava que os promotores suspeitavam que Lula já soubesse que a operação seria realizada. Por outro lado, nem Lula nem sua defesa foram questionados sobre essa suspeita dos investigadores.

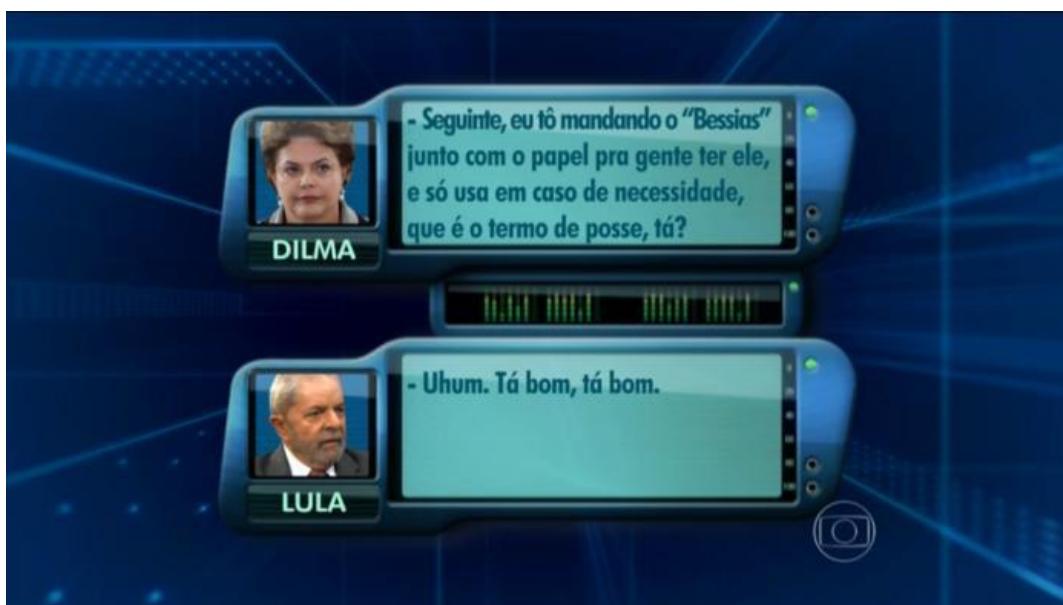


Imagen 13: Construção da suspeição de Lula e do governo 11¹¹
Fonte: Jornal Nacional, exibido em 16 mar. 2016j.

¹¹ A conversa “grampeada” entre Lula e Dilma Rousseff não tem ao fundo o dinheiro sujo jorrando de dutos da Petrobrás, mas o diálogo é usado com o objetivo de informar que existia uma conspiração para salvar Lula “das mãos” de Sérgio Moro. Esta foi a primeira vez que o diálogo apareceu.

O diálogo entre Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff foi veiculado, pela primeira vez, em reportagem exibida no dia 16 de março de 2016. A apresentadora do JN anunciou que se tratava do “auge da crise política” e que “integrantes da Operação Lava Jato afirmaram que há indícios de uma ação para atrapalhar as investigações”. O enunciado constrói a verdade a partir do entendimento dos investigadores e somente desta maneira. O contradito apareceu sempre da mesma forma: os argumentos dos políticos acusados eram notas oficiais lidas pelos apresentadores após as reportagens e sempre com o mesmo tom. Ou seja, é como se o JN e os investigadores fossem uma unidade que estivesse informando ao público sobre segredos que estavam sendo revelados e que desmascaravam os políticos corruptos. Estes, por sua vez, apareciam como alteridades fantasmas, como o Outro que não pode se posicionar como os investigadores. O enunciador dizia a sua audiência que os políticos alvo da Operação Lava Jato eram todos corruptos, de modo homogêneo, pois, inclusive, usavam os mesmos argumentos em suas defesas. Coincidemente, todos pertenciam ao grupo político que sustentava o Partido dos Trabalhadores, mas essa visão mais geral sobre os alvos da Lava Jato não tinha importância para o enunciador, até porque, como mencionado, o enunciador JN era porta-voz dos investigadores. Os apresentadores são a personalidade do telejornal, tema que será abordado no capítulo 3. Jornalistas, eles são os fiadores da credibilidade daquele conteúdo que é apresentado no programa. Portanto, nada pode lhes escapar. Esses analistas simbólicos transferiram sua credibilidade para a Lava Jato e para os documentos que eram apresentados nos enunciados exibidos pelo JN.

A Operação Lava Jato foi alçada à uma condição que supera a de simples formuladora de provas e teorias acusatórias que dependem da decisão de diferentes instâncias judiciais para, enfim, ser portadora da verdade. No “auge da crise política”, a leitura feita por integrantes da força-tarefa tem o peso de um fato consumado para o telejornal, o interessante é que os investigadores não decretavam que o acusado – o ex-presidente Lula é o mais nominado durante 2016 – fosse culpado, eles apenas diziam que tratava-se de um suspeito e que haveria “fortes indícios sobre sua participação em esquemas de corrupção”. Portanto, a suspeita baseada em provas se transformava em uma verdade, mesmo que as evidências nunca fossem apresentadas. Para completar, o contraditório nunca aparecia com a mesma potência que a acusação. Os indícios foram justificados no enunciado pelo diálogo entre Lula e Rui Falcão (presidente do PT na época) que aparece na *imagem 12*. O repórter afirmou que “investigadores dizem que essa conversa e outras que foram interceptadas, indicam que Lula pode ter ficado sabendo da operação contra ele e tentado atrapalhar os trabalhos da Lava Jato”. Ou seja, novamente, as

análises dos investigadores eram dignas de enorme confiança enquanto fonte de informação e foram usadas para esvaziar a potência de verdade da fala de Lula e de seus defensores. O jornalista mencionou que além da conversa que aparece na *imagem 12* ainda existiam outras que colaboravam para alimentar a suspeita de que Lula tivesse ficado sabendo da operação contra ele. A reportagem trabalhou com a ideia de que o ex-presidente era uma figura superpoderosa, um “superbandido” com capacidade de influenciar ministros do Supremo Tribunal Federal e integrantes do Ministério Público Federal.

A mesma reportagem informou que Luiz Inácio Lula da Silva conversou com a então presidente Dilma Rousseff a respeito de um processo que estava no STF sobre qual instância deveria investigá-lo. O repórter destacou o que Lula disse: “Eu acho que eles quiseram antecipar o pedido nosso que ‘tá’ na Suprema Corte, que ‘tá’ na mão da Rosa Weber”. Porém, o texto não exibiu a resposta de Dilma Rousseff e, muito menos, a continuidade da conversa. O diálogo reproduzido não apresentava qualquer negociação ou pedido, a reprodução apenas utilizava um trecho em que Lula mencionou o nome de uma ministra do STF. A partir dessa citação foi apresentada a interpretação dos investigadores da força-tarefa da Lava Jato, como já dito, os reveladores da verdade. Estes davam a entender que Lula e Dilma eram conspiradores e essa construção era reforçada pela imagem de dinheiro “sujo” da corrupção jorrando de dutos da Petrobrás que aparecia no fundo.

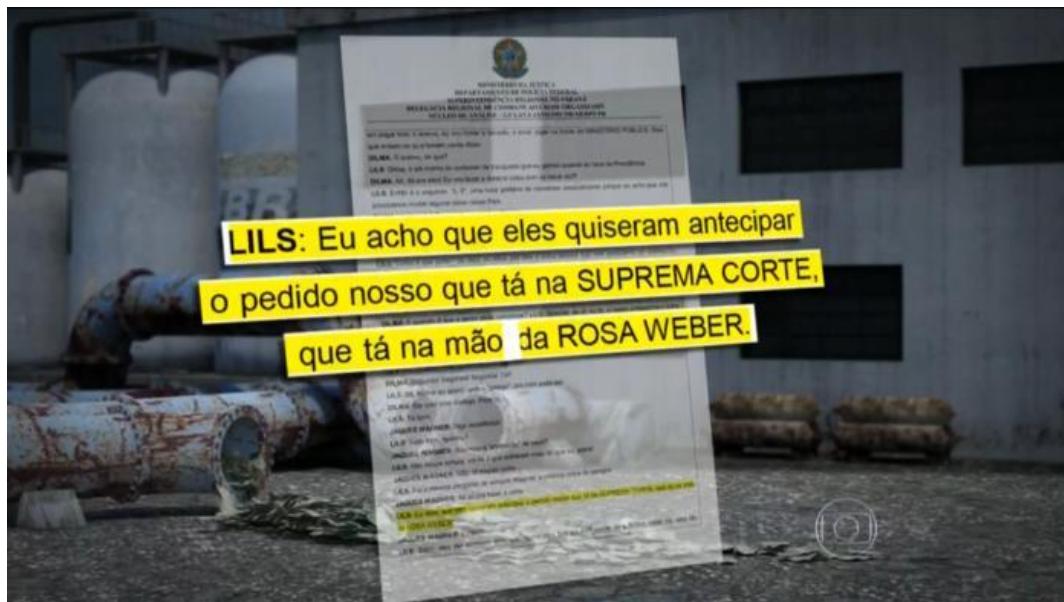


Imagen 14: Construção da suspeição de Lula e do governo 12¹²
Fonte: Jornal Nacional, exibido em 16 mar. 2016j.

¹² Trecho da reportagem do JN sobre as conversas de Lula que foram grampeadas pela Justiça.

Essa mesma representação pejorativa foi utilizada para trazer conversas de Lula com outros interlocutores, tal como aparece na imagem 15, em que o ex-presidente conversava com “um homem identificado como Roberto Carlos”, sobre o qual a reportagem não apresentou qualquer informação. O repórter afirmou que o diálogo tratava da possibilidade de Lula assumir um ministério e que essa seria a saída para que ele conseguisse escapar de ser julgado por Sérgio Moro – juiz que era representado como um “caçador de corruptos”.

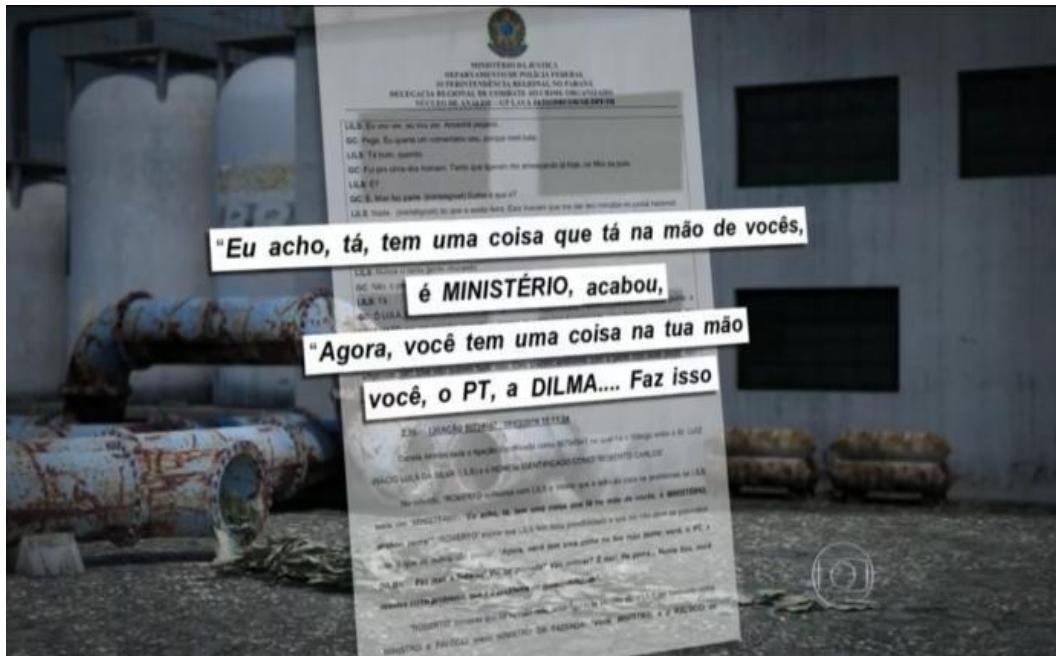


Imagen 15: Construção da suspeição de Lula e do governo 13¹³

Fonte: Jornal Nacional, exibido em 16 mar. 2016j.

Os indícios de conspiração identificados pela força-tarefa de Curitiba eram complementados não apenas pelo dinheiro “sujo” que cercava os diálogos do ex-presidente Lula. A justificativa apresentada pelo então juiz Sério Moro tratou o ex-mandatário e a então presidente como conspiradores que agiam com a intenção de interferir no combate da corrupção. O enunciador-JN, maior comunicador do Brasil, até então, tinha apenas a Lava Jato como fonte de enunciação da verdade e era incapaz de questionar o fato de a presidenta da República ter tido uma conversa “grampeada”. O telejornal, funcionando como uma linha auxiliar da Operação Lava Jato, exibiu na voz e na imagem de uma de suas repórteres a explicação de Moro sobre a publicação das conversas (imagem 16), fazendo da Lava Jato a única fonte de credibilidade e de verdade. Através da analista simbólica (repórter), Sérgio Moro afirmou ao público: “A democracia em uma sociedade livre, exige que os governados saibam

¹³ Conversa com homem não identificado que tratava da possibilidade de Lula se tornar ministro do governo Dilma.

o que fazem os governantes mesmo quando esses buscam agir protegidos pelas sombras”. A repórter disse que Moro ainda afirmou que existia uma “aparente tentativa de obstrução à Justiça”. Ou seja, o juiz de primeira instância apareceu como uma entidade isenta e protetora da democracia brasileira. O enunciador não levou em consideração qualquer possibilidade de que Moro tivesse interesses políticos.



Imagen 16: Construção da suspeição de Lula e do governo 14¹⁴

Fonte: Jornal Nacional, exibido em 14 mar. 2016k.

No dia 17 de março, o telejornal reexibiu as mesmas conversas gravadas de Lula. A imagem de dinheiro “sujo” jorrando de dutos da Petrobrás apareceu em todas elas, inclusive, no diálogo com a então presidenta da República, como mostra a imagem 17. Na mesma condição, também em conversas interceptadas, figuraram outros integrantes do governo e parlamentares do PT: Nelson Barbosa, ministro da Fazenda, Jacques Wagner, ministro-chefe da Casa Civil, Lindbergh Farias, senador, Sigmaria Seixas, ex-deputado, Jorge Viana, senador e Rui Falcão, presidente do Partido dos Trabalhadores.

¹⁴ No dia 16 de março, repórter do Jornal Nacional narrou a explicação de Sérgio Moro sobre ter tornado públicas as conversas telefônicas de Lula que haviam sido “grampeadas”.

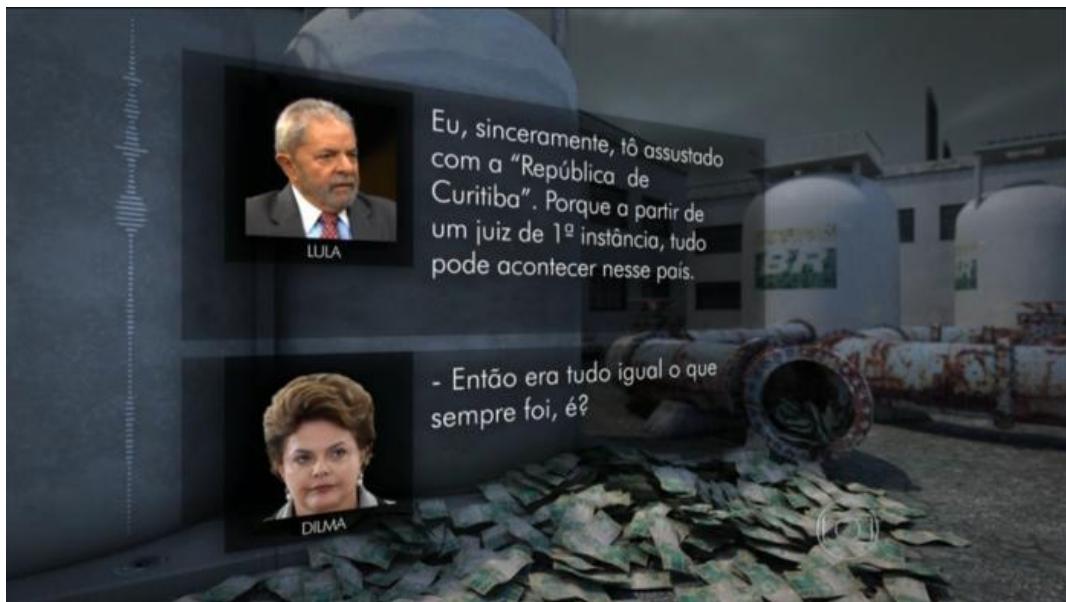


Imagen 17: Construção da suspeição de Lula e do governo 15¹⁵

Fonte: Jornal Nacional, exibido em 17 mar. 2016i.

O sentido que o JN conferiu para as conversas era semelhante ao da teoria dos acusadores e da interpretação apresentada por Sérgio Moro. Novamente, vê-se que os procuradores da República, os policiais federais e o então juiz recebiam do enunciador toda a credibilidade para que fosse possível construir a ideia de que eram a fonte única de verdade. Os integrantes e o chefe do combate à corrupção eram para o JN figuras imaculadas, heróis que estavam lutando contra a corrupção chefiada por Luiz Inácio Lula da Silva e seus “asseclas”. Não por acaso, essas perspectivas, por sua vez, estavam inseridas na cadeia de sentidos do discurso anticorrupção, assim como a ideia de que havia uma conspiração contra a Operação Lava Jato, que foi permanentemente tratada como uma possibilidade pelo telejornal. Em oposição à imagem dos integrantes do governo, do ex-presidente e de parlamentares do partido governista “enlameados” pelo dinheiro sujo, apareceu em destaque a justificativa de Sérgio Moro (imagem 18). Mais uma vez, o então juiz figurava como um defensor da democracia e como detentor do significado desta já que representava a legalidade na construção feita pelo enunciador JN.

¹⁵ O Jornal Nacional mostrou os dois presidentes de governos do Partido dos Trabalhadores rodeados de dinheiro oriundo de corrupção.

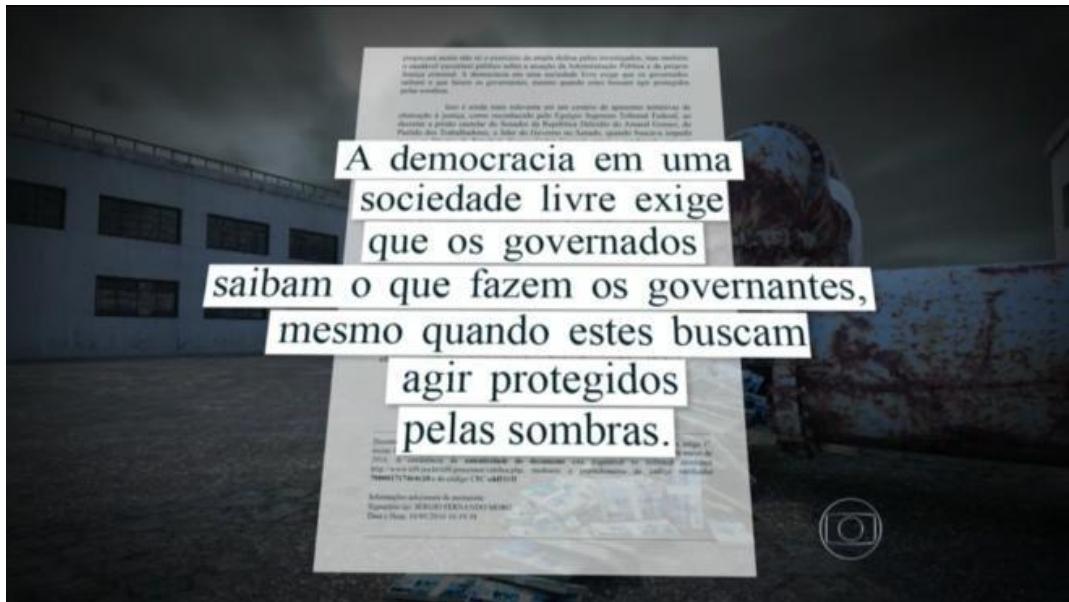


Imagen 18: Construção da suspeição de Lula e do governo 16¹⁶

Fonte: Jornal Nacional exibido em 17 mar. 2016l.

O dinheiro “sujo” cercava tudo o que fosse ligado ao ex-presidente, inclusive seus familiares e amigos. Na imagem 19, outra suspeita do MPF inseriu um dos filhos de Lula e um sócio no meio da corrupção. Em compensação, três anos depois, em 2019, ano em que essa dissertação foi confeccionada, não havia qualquer acusação contra os dois com relação ao caso do Sítio de Atibaia que era o motivo da reportagem.



Imagen 19: Construção da suspeição de Lula e do governo 17¹⁷

Fonte: Jornal Nacional exibido em 18 mar. 2016m..

¹⁶ Justificativa de Sérgio Moro sobre a divulgação das conversas.

¹⁷ Filho de Lula e filho de Jacó Bittar (amigo do Lula) em reportagem sobre o sítio de Atibaia.

Em abril, mês da votação do impeachment na Câmara dos deputados, diminuiu o número de reportagens sobre corrupção e suspeitas contra o ex-presidente Lula: foram 42. As principais notícias eram mais voltadas contra o Partido dos Trabalhadores:

Tabela 4: Reportagens sobre corrupção/abril

Notícias	Sentido construído na reportagem
Nova fase da Lava Jato mira investigados no “Mensalão”	O Partido dos Trabalhadores manteve operações corruptas mesmo após o escândalo do “mensalão”
Data: 01/04/2016	
Empresário financiou campanha de Dilma com dinheiro de propina	A então presidente também estava envolvida e havia sido beneficiada pela corrupção
Data: 07/04/2016	
CPI dos Fundos aponta ex-tesoureiro do PT como suspeito	O Partido dos Trabalhadores tinha envolvimento com diferentes esquemas de corrupção
Data: 14/04/2016	
PGR diz que corrupção na Petrobrás é continuação do “Mensalão”	O Partido dos Trabalhadores manteve operações corruptas mesmo após o escândalo do “mensalão”
Data: 22/04/2016	
MPF denuncia marqueteiros das campanhas eleitorais do PT	A corrupção financiou as campanhas eleitorais de Lula e Dilma
Data: 28/04/2016	

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações disponíveis no site Globo.com

O PT e o governo vigente foram alvo da denúncia de ex-diretores de uma empreiteira que afirmaram ter pago propina ao PT e financiado a campanha de Dilma Rousseff nas eleições de 2014 em troca de contratos com a Petrobrás. Essas informações foram veiculadas pelo enunciador-JN apesar de terem sido “vazadas” ilegalmente e de não poderem ser checadas; no entanto, foram tratadas como suspeitas verdadeiras porque tinham como fonte as investigações da Operação Lava Jato. Posteriormente, a denúncia feita pelo empresário da Andrade Gutierrez foi considerada falsa.



Imagen 20: Construção da suspeição de Lula e do governo 18¹⁸

Fonte: Jornal Nacional exibido em 7 abr. 2016n.

No final de abril, quando João Santana – ex-marqueteiro do PT – foi condenado por Sérgio Moro, o *Jornal Nacional* detalhou a sentença. O Partido dos Trabalhadores teria utilizado desvios na Petrobrás para pagar Santana.



Imagen 21: Construção da suspeição de Lula e do governo 19¹⁹

Fonte: Jornal Nacional exibido em 7 abr. 2016n.

¹⁸ Recurso gráfico utilizado para detalhar alegações feitas por ex-diretores da empreiteira OAS.

¹⁹ Trecho de reportagem veiculada em 28 de abril no Jornal Nacional.

Em agosto, o número de reportagens sobre corrupção foi ainda menor: 31. Nesse mês foram realizados os Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro e o JN tratava basicamente de Olimpíadas, a corrupção já não era mais uma agenda prioritária no país. Durante o julgamento de Dilma Rousseff no senado, Lula foi indiciado pela Polícia Federal.

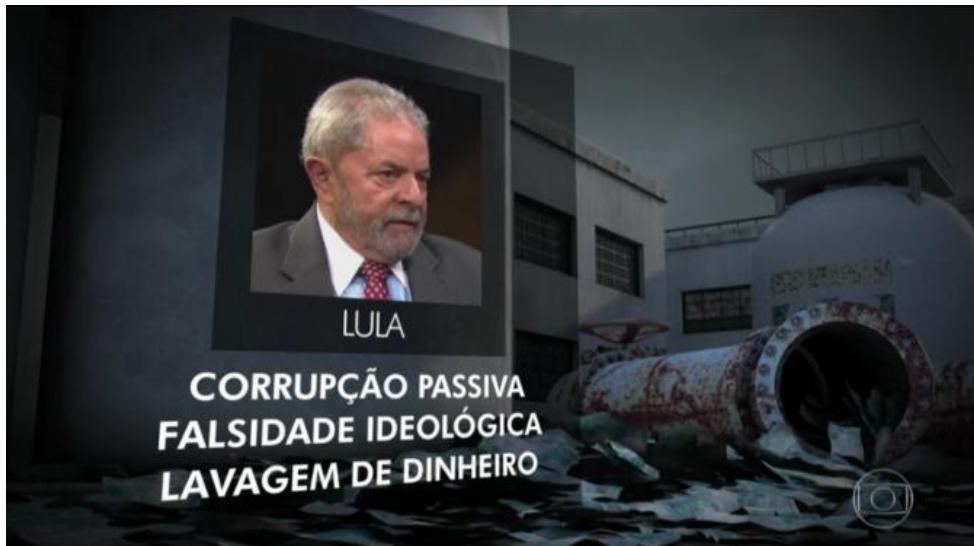


Imagen 22: Construção da suspeição de Lula e do governo 20²⁰

Fonte: Jornal Nacional exibido em 26 ago. 2016o.

Em setembro, foram 51 notícias sobre corrupção. Na metade do mês, a acusação feita pelo Ministério Público Federal sobre a participação do ex-presidente Lula no esquema de corrupção foi detalhada pelo JN em uma única tela:



Imagen 23: Construção da suspeição de Lula e do governo 21²¹

Fonte: Jornal Nacional 14 set. 2016p.

²⁰ Representação das investigações das quais Lula era alvo. Ainda não havia qualquer condenação judicial.

²¹ Tela exibida no Jornal Nacional do dia 14 de setembro detalhando as acusações contra Lula por participação em esquema de corrupção.

As reportagens mencionadas fizeram uma espécie de conclusão de todas as suspeitas que já haviam sido levantadas contra o ex-presidente Lula. Como de praxe, a Operação Lava Jato tinha espaço no JN e seus integrantes, os agentes da lei que detinham e revelavam a verdade. De acordo com os investigadores, Luiz Inácio Lula da Silva utilizara da corrupção para desviar dinheiro da construção de hospitais, de escolas e do funcionamento dos serviços públicos para perpetuar a si e ao seu grupo político no poder. A grande questão é que a Lava Jato passou a ter tanta credibilidade no JN que as “suspeitas” não eram questionadas pelo telejornal. Na disputa entre os discursos antagonistas, as notícias tinham sentidos diferentes. O discurso “em defesa da democracia” acusava a TV Globo e a Lava Jato de conluio em uma grande perseguição contra Lula e o PT. Já o discurso antagonista enxergava nas mesmas informações a revelação de segredos obscuros e a “verdade” sobre Lula e o PT. Essa disputa de sentido é injusta, já que o discurso “em defesa da democracia” não tinha espaço no telejornal e nem era digno de credibilidade para o enunciador.

Soma-se a isso o fato de que não foram feitos desenhos ou utilizados recursos gráficos para esclarecer os argumentos da defesa de Lula ou de outros acusados. Se as suspeitas de corrupção contra Lula, o governo e o Partido dos Trabalhadores eram uma dúvida, o Jornal Nacional tratou de costurar os elementos diferenciais tecendo as costuras necessárias para hegemonizar esse sentido.

Protestos nas ruas

Simultaneamente à construção da imagem da força-tarefa da Lava Jato e do então juiz Sérgio Moro, pelo Jornal Nacional, de forma eufórica em contraposição à imagem disfórica de Lula, do Partido dos Trabalhadores e do governo Dilma Rousseff, as ruas foram tomadas por manifestantes que eram afetados pelo noticiário e expressavam nos protestos suas paixões com relação à política brasileira e ao contexto que o país vivia. O telejornal realizou cobertura extensa das manifestações que ocorreram majoritariamente no período entre março e abril de 2016, mas não dissecou quais parcelas da sociedade estavam mobilizadas, nem qual a porcentagem da população que se mobilizou politicamente. O JN simplificou as pautas dos grupos mobilizados em “a favor” e “contra o impeachment” e, no momento decisivo, decretou que o povo brasileiro estava dividido entre um e outro. A abordagem superficial foi a escolha do JN que selecionou apenas algumas características de cada um dos movimentos, como mostra a tabela 5:

Tabela 5: Características dos grupos de manifestantes apresentadas pelo Jornal Nacional.

Grupos "patriotas"	Grupos à esquerda
Vestimentas e adereços nas cores verde e amarelo	Vestimentas e adereços de cor vermelha
Entoam o hino nacional	Gritam palavras de ordem contra o golpe de Estado
Exigem o fim da corrupção	Exibem bandeiras de sindicatos e de centrais sindicais
Portam cartazes contra Lula, Dilma e o PT	Gritam palavras de ordem contra a TV Globo
Acusam Lula de ser corrupto	Apoiam Lula e o governo Dilma Rousseff
Enaltecem Sergio Moro e a força-tarefa da Operação Lava Jato	
Representa a maior parte dos brasileiros	Não representa a maior parte dos brasileiros

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações disponíveis no site Globo.com

Os signos de identificação dos grupos polarizados eram costumeiramente mencionados nas reportagens do Jornal Nacional que tratavam das manifestações antes da votação do impeachment na Câmara, realizada em 17 de abril de 2016. O hino nacional, as bandeiras do Brasil e os símbolos anticorrupção sempre foram destacados para descrever manifestações dos grupos “patriotas” (ALONSO, 2017) – que nunca foram mencionados com este termo, mas que eram favoráveis à Lava Jato. Já os grupos que se nomeavam defensores da democracia contra o golpe de Estado eram constantemente associados a movimentos organizados da sociedade civil, tais como sindicatos, entidades estudantis e partidos de esquerda que eram depreciados pelo enunciador ao serem tratados somente como “aliados de Lula e Dilma”. Nas reportagens analisadas, os participantes das manifestações organizadas por grupos “patriotas” eram apresentados como “pessoas”, senão, como “manifestantes”. Já os participantes das manifestações organizadas pelos grupos de esquerda costumavam ser apresentados como “militantes” ou “apoiadores de Lula e Dilma”. O telejornal humanizava os “patriotas” e ideologizava os “socialistas”. As formas diferenciadas de construção de identidade se davam em um contexto de equivalência. Ambos constituíam a luta política, embora a luta não fosse a mesma. Do lado da direita, lutar significa livrar o país da corrupção do PT. Do lado da esquerda, significava manter os direitos e a democracia. O telejornal informava, porém, que a única causa em jogo era o impeachment e que os grupos eram contra ou a favor do processo. Questões como a defesa do Estado mínimo pelos grupos “patriotas” ou a denúncia dos grupos de esquerda de que seriam retirados direitos dos cidadãos, não estiveram no centro da cobertura jornalística. A denúncia dos socialistas até foi mencionada, mas sem credibilidade. Foi tratada como ideologia política.

No maior e mais longevo telejornal do Brasil nada costuma ser por acaso, ainda mais quando se repete em um formato padronizado como foi realizada a cobertura sobre os grupos que protestavam nas ruas. Portanto, o não aprofundamento na cobertura dos fatos faz parte da linha editorial do programa e da cultura política brasileira, já que a maneira de informar do JN não se alterou ao longo do processo. O enunciador *Jornal Nacional* anunciou que “manifestantes” foram às ruas “contra a corrupção”, “contra o governo Dilma”, “pedindo a prisão do ex-presidente Lula” e “a favor das investigações da Lava Jato e do juiz Sérgio Moro”. Já os “militantes”, “apoiadores de Lula e Dilma” se manifestavam “em defesa da democracia, do governo Dilma e do ex-presidente Lula” – que apareciam no JN cercados de dinheiro “sujo” -, “contra o golpe de Estado” e “contra a retirada de direitos”. Essa polarização, que se intensificou após a condução coercitiva do ex-presidente Lula, foi usada pelo enunciador para defender a existência de um lado certo e apontar que havia também um lado errado, o das esquerdas que apoiavam os corruptos – quando estes deveriam estar sendo combatidos, na perspectiva assumida pelo JN. Enquanto a função do jornalismo deveria ser levar para o debate público a pluralidade dos discursos sociais, as empresas do setor são interessadas e apenas permitem a construção de um simulacro de debate, como fez o enunciador-JN. O *Jornal Nacional* silenciou os manifestantes e passou a sintetizar as reivindicações dos milhões que protestavam em todo o Brasil.

Os manifestantes de verde e amarelo eram conectados a atitudes patrióticas e à valorosa luta contra a corrupção tal como mostra a imagem 24.



Imagen 24: Grupos “patriotas”²²
Fonte: Jornal Nacional exibido em 14 mar. 2016q.

²² Grupos “patriotas” cantando o hino nacional durante protesto no dia 13 de março.

A saudação aos atores políticos apresentados pelo telejornal como protagonistas da “cruzada contra a corrupção” e inimigos do Partido dos Trabalhadores, de Lula e do governo é detalhada nas reportagens como demonstrado nas imagens abaixo:



Imagen 25: Grupos “patriotas” 2²³

Fonte: Jornal Nacional exibido em 14 mar. 2016q.



Imagen 26: Grupos “patriotas” 3²⁴

Fonte: Jornal Nacional exibido em 14 mar. 2016q.

²³ Cartaz em apoio ao então juiz Sérgio Moro que foi erguido através de um guindaste no protesto realizado em 13 de março de 2016.

²⁴ Cartaz em apoio à Polícia Federal.

No dia em que o ex-presidente Lula foi nomeado para o cargo de ministro-chefe da Casa Civil, 16 de março, esses grupos voltaram para as ruas. A cobertura feita pelo telejornal buscou valorizar a insatisfação das “pessoas” com a indicação. Para isso, um repórter fez uma entrada ao vivo no JN no meio dos manifestantes (imagem 27), algo incomum na cobertura das manifestações. Ao repórter cabia a função de descrever o “clima” no protesto, quais eram as reivindicações, a quantidade de “pessoas” e que esta acontecia de forma pacífica – o que é um signo de credibilidade do protesto -. Além do repórter, os gritos de “Lula ladrão, seu lugar é na prisão” invadiam a transmissão, porém, era óbvio que no local em que ele estava posicionado isso ocorreria. Na prática, o enunciador operou para a hegemonia dos sentidos do discurso anticorrupção.



Imagen 27: Grupos “patriotas”⁴²⁵

Fonte: Jornal Nacional exibido em 16 mar. 2016r.

Portanto, através da mensagem do enunciador, o que se viu foram os grupos “patriotas” criticando e exigindo a prisão de políticos (Lula, Dilma e outros) e de um partido político que só apareciam no telejornal rodeados de dinheiro “sujo” de corrupção ou como suspeitos de conspirar contra a Operação Lava Jato e Sérgio Moro. Estes, por sua vez, figuravam no mesmo programa como detentores de princípios e valores dos quais o Brasil necessitava porque estavam em falta, na perspectiva do discurso anticorrupção. Ao contrário, os grupos de esquerda, defensores da democracia – em um sentido intimamente conectado à defesa da Constituição de 1988 -, foram tratados pelo enunciador como apoiadores dos responsáveis pela

²⁵ Repórter fez entrada ao vivo no meio de protesto contra indicação de Lula para o cargo de ministro-chefe da Casa Civil.

“corrupção sistemática”, pelo “petrolão” e pela “crise econômica” sobre a qual não havia controle – esse grupo de manifestantes sempre era anunciado como “apoiadores de Lula e Dilma”.

No dia 17 de março, data em que Lula tomou posse como ministro e em que a conversa telefônica entre Lula e Dilma foi tornada pública, houve manifestações contra e a favor de “Lula, Dilma e o PT em pelo menos 21 estados e no DF” (JORNAL NACIONAL, exibido em 17 mar. 2016s), de acordo com os apresentadores do telejornal. A reportagem identificou cerca de 4 mil “pessoas” que estiveram na avenida Paulista, em São Paulo, com “muitas bandeiras e camisas com as cores do Brasil”. Já o trecho da mesma reportagem sobre as manifestações favoráveis ao governo identificou os participantes pela classe trabalhadora à qual pertencem, o que remete à organização sindical, de esquerda. Ou seja, com “ideologia política”. O texto informava que

[...] professores e juristas fizeram o que chamaram de um manifesto pela legalidade e pela democracia. Eles lotaram, como vemos pelas imagens, os dois andares do auditório da faculdade, criticaram muito a operação Lava Jato, a condução coercitiva do ex-presidente Lula e também criticaram a quebra de sigilo do ex-presidente Lula e da presidente Dilma Rousseff. (JORNAL NACIONAL, exibido em 17 mar. 2016s).

No dia seguinte, quando ocorreram manifestações em defesa do governo em todos os estados e no DF, novamente, o enunciador conectou os protestos com uma determinada linha de pensamento político: “o ato em defesa da democracia, dos direitos sociais, contra o golpe e também pró-Lula foi organizado por mais de 60 entidades, entre elas, a CUT, MST, PT e UNE” (JORNAL NACIONAL, exibido em 18 mar. 2016t). Ao fim da frase, a edição selecionou um trecho em que os manifestantes enalteciam o ex-presidente, “olê, olê, olê, olá, Lula, Lula”. O repórter prosseguiu, “os manifestantes vestindo vermelho, trouxeram cartazes (não aparece nenhum), balões (nenhum é identificado), bandeiras do Brasil e do PT. Havia também uma enorme bandeira com o rosto da presidente Dilma”. A reação dos manifestantes diante de Lula foi destacada no texto, “subiu no carro de som e foi aplaudido”. Se for considerado quem eram os organizadores da manifestação, os aplausos seriam uma reação óbvia e, portanto, sem motivo para ser noticiada. Entretanto, ao dar visibilidade à deferência com que o ex-presidente foi tratado pela multidão, o enunciador deixou subjacente que Lula poderia (ou deveria) não receber esse tratamento. Ou seja, houve um questionamento se aquele movimento político agia de forma correta ou não.

Este tratamento dispensado às manifestações dos grupos que defendiam o governo é um padrão. Em 12 de abril, cinco dias antes da votação do impeachment na Câmara, a Polícia Militar do Distrito Federal prendeu um homem que estava no meio de uma manifestação do

Movimento dos Trabalhadores Sem Terra contra o impeachment. Ele carregava uma mochila contendo R\$ 16 mil. A reportagem levantou a suspeita de que o dinheiro poderia ser utilizado para pagar manifestantes, hipótese negada pelo detido que foi liberado com a quantia. O enunciador sugeriu que poderia haver corrupção até entre os “apoiadores de Lula e Dilma”.

Essa fragilidade com relação aos valores dos movimentos das esquerdas que o JN tentava construir, não era a única forma pela qual o discurso em defesa da democracia foi enfraquecido no telejornal. A comparação objetiva entre os tamanhos das manifestações dos grupos ligados aos discursos antagonistas teve o mesmo sentido. A maior manifestação realizada pelos grupos patriotas ocorreu no dia 13 de março. Foi considerada um marco, por ser apontada como o maior ato em São Paulo desde o comício das Diretas Já em 1984, e os protestos a favor do governo passaram a ser comparados com este, como mostra a imagem abaixo:



Imagen 28: Grupos “polarizados”¹²⁶
Fonte: Jornal Nacional exibido em 19 mar. 2016u.

Para fazer as comparações, repórteres ou apresentadores apresentavam o número de participantes da manifestação a favor do governo e faziam uma ponderação demonstrando que “o protesto tem número menor de participantes do que a manifestação realizada em 13 de março, a favor do impeachment, na qual mais de um milhão de pessoas estiveram na Av. Paulista”. A mesma comparação foi realizada em outras oportunidades pelos apresentadores do JN.

Por fim, sobre os movimentos de rua, às vésperas da votação do impeachment na Câmara, o Jornal Nacional mostrou os acampamentos dos dois grupos. O acampamento do

¹²⁶ A tela mostra que as manifestações contra a Dilma foram maiores. Ou seja, seria um movimento com mais força e representatividade.

movimento a favor do impeachment não tinha rosto, apenas a bandeira do Brasil. Já o movimento contra o impeachment tinha a bandeira do MST ao fundo, um dos movimentos visto como criminosos pelo discurso anticorrupção (imagens 29 e 30).



Imagen 29: Grupos “patriotas”²⁷
Fonte: Jornal Nacional exibido em 11 abr. 2016c.



Imagen 30: Grupo “socialista”²⁸
Fonte: Jornal Nacional exibido em 11 abr. 2016c.

²⁷ Imagem que serviu como referência do acampamento de manifestantes a favor do impeachment.

²⁸ Imagem que foi utilizada como referência do acampamento do movimento contra o impeachment.

Polarização no Congresso

A polarização entre os discursos antagonistas afetou a política institucional (ALONSO, 2017). Esse processo se deu após o vazamento de trechos da delação premiada do ex-senador e líder do Governo no Senado, Delcídio do Amaral. A partir de então, o enunciador passou a exibir nas reportagens sobre o Congresso dois regimes de verdade, um que dava conta da tese de que o impeachment era fundamental para o avanço do país e outro que tentava denunciar a ilegalidade do processo. Estes dois regimes acabaram sendo mediados por ministros do Supremo Tribunal Federal que, em entrevistas, apontaram o impeachment como “uma ferramenta democrática”. O JN utilizou as opiniões dos juízes para esvaziar a credibilidade da “tese” do golpe de Estado e reafirmar a legalidade de todo o processo que ocorria no país. Posteriormente, quando Dilma já havia sido afastada do cargo e o processo tramitava no Senado, o *Jornal Nacional* passou a classificar as alegações da defesa da presidente como a “teoria de que há um golpe em curso”, em compensação, a tese acusatória foi tratada como fato. Os jornalistas se remetiam às “pedaladas fiscais” – prática apontada como crime de responsabilidade -, como se estas tivessem de fato ocorrido, enquanto a defesa da ex-presidente alegava que tais manobras não constituíam ilegalidades e que não eram “pedaladas fiscais”.

O enunciador que convoca as audiências vendendo a ideia de que expõe os fatos de forma objetiva, como quem declara que não insere qualquer tipo de opinião ou ideologia na cobertura do cotidiano, mascara que os relatos objetivos são selecionados seguindo uma linha política. Tal diagnóstico se dá a partir da credibilidade que o enunciador confere aos “especialistas” que veem legalidade no processo de impeachment. Juristas e professores dotados de entendimento oposto não tiveram espaço e foram tratados como aliados de Lula e Dilma, o que por si só já os enquadrava como sendo alinhados a uma ideologia política e, portanto, enviesados.

CAPÍTULO 3 – O JORNAL NACIONAL

O *Jornal Nacional* é analisado aqui também pelos seus padrões telejornalísticos. No ar desde 1969, são inúmeras as pesquisas realizadas sobre este que é considerado por Itania Gomes (2005) como o sinônimo do gênero telejornalismo no Brasil, ou seja, o programa que serve como referência para quase todos os outros telejornais da televisão brasileira. Muitas foram as análises realizadas pela academia sobre os padrões estabelecidos pelo JN e, como o telejornal, vem sendo transformado diante dos novos recursos tecnológicos. Neste capítulo, tratamos do estilo de telejornal praticado no JN com base nos modelos de telejornal estabelecidos por Arlindo Machado (2011). Além disso, analisamos a linha editorial que conduz o conteúdo jornalístico do programa a partir da metodologia de análise televisual estabelecida por Beatriz Becker (2012), através da qual, foi possível analisar categorizações estabelecidas por outros autores como a construção da narrativa jornalística da política através do conflito e da dramaticidade, de como as informações são trabalhadas em uma linha dicotômica estabelecida por categorias como legal/illegal ou bom/ruim.

3.1 Gênero televisual: *Jornal Nacional* como um telejornal polifônico

A partir do conceito de gênero estabelecido por Mikhail Bakhtin e utilizado por Arlindo Machado (2011, p. 70) para classificar diferentes programas de televisão, entre eles os telejornais e suas diferentes formas, foi possível identificar o formato do *Jornal Nacional*. Machado afirma que embora “Bakhtin nunca tenha dirigido a sua análise para o audiovisual contemporâneo, ficando restrito, como os demais, ao exame dos fenômenos linguísticos e literários em suas formas impressas ou orais” considera ser a teoria do gênero mais adequada às obras da atualidade. Ainda de acordo com Machado,

[...] para o russo, gênero é uma força aglutinadora e estabilizadora dentro de uma determinada linguagem, um certo modo de organizar ideias, meios e recursos expressivos, suficientemente estratificado numa cultura, de modo a garantir a comunicabilidade dos produtos e a continuidade dessa forma junto às comunidades futuras. (MACHADO, 2011, p.68).

A partir dessa definição, o autor brasileiro considera que “é o gênero que orienta todo o uso da linguagem no âmbito de um determinado meio” (MACHADO, 2011, p.68). Dentre os gêneros televisuais estabelecidos por Machado está o telejornal, que difere do jornalismo

impresso porque a notícia é “construída de forma muito mais complexa, envolvendo vários enunciadores, diferentes entonações e múltiplos níveis de dramaticidade” (p. 103). Portanto,

O telejornal é uma montagem de vozes, muitas delas contraditórias, e sua estrutura narrativa não é suficientemente poderosa para ditar a qual voz nós devemos prestar mais atenção, ou qual delas deve ser usada como moldura para, através dela, entender o resto (FISKE *apud* MACHADO, 2011, p.104).

de fato, nem sempre a fala do apresentador chamando a reportagem é complementada pelo que os repórteres dizem na abertura das reportagens, por vezes há repetições ou sobreposições. É difícil estabelecer se há intencionalidade quando há repetição da informação ou não. Ao fazer a análise do telejornal sem se concentrar especificamente nos programas brasileiros, Arlindo Machado estabelece dois modelos: o *polifônico* e o *opinativo*. O segundo é categorizado pela figura do apresentador que exerce a função de *âncora*. De acordo com Machado, no formato *opinativo* “a voz *over* do apresentador costuma se sobrepor às matérias e às outras vozes do telejornal, emoldurando-se com o crivo de seu comentário” (MACHADO, 2011, p. 107). Logo, trata-se de um formato mais centralizador.

O formato *polifônico*, por sua vez, é caracterizado por ser descentralizado. De forma que

[...] o evento é reportado através das falas de seus protagonistas e/ou enviados especiais da própria televisão. A função do apresentador nessa estrutura consiste basicamente em ler as notícias e amarrar os vários enunciados, chamando os outros protagonistas, mas não lhe cabe tecer comentários ou extrair conclusões. (MACHADO, 2011, p.107).

Para diferenciar os dois formatos, Machado relata ser necessário observar “se o âncora tem poderes de decidir sobre as vozes que entram e saem, portanto delegar voz aos outros” (2011, p. 108). Nesse caso, o apresentador permanece a fonte principal de organização dos enunciados e, portanto, este será um telejornal *opinativo*. Caso fique constatado que o apresentador é um condutor impessoal que tem como função principal ler as notícias, então o modelo será o *polifônico*. Neste formato “tanto apresentadores quanto os repórteres evitam, sempre que possível, dizer o que pensam sobre a notícia”.

Diante das características expostas, a análise realizada nesta pesquisa permite classificar o *Jornal Nacional* como polifônico porque, primeiro, os apresentadores se concentram mais em ler as notícias e não tecem comentários sobre elas. Mesmo quando o JN é criticado, o posicionamento é do “jornalismo da emissora” tal como ocorreu em 12 de março de 2016. Os advogados do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva publicaram nota na qual denunciavam que não foram procurados para responder sobre acusações feitas contra Lula pelo Ministério Público do Estado de São Paulo. A apresentadora, ao ler trechos da nota, disse que

“Espantosamente, os advogados dizem que nem Lula nem sua assessoria foram procurados”. Em outro trecho, afirmou que “O Instituto Lula só respondeu nosso e-mail uma hora e quarenta e um minutos depois da solicitação”. Na conclusão da leitura, o apresentador faz a leitura do posicionamento da TV Globo: “A emissora não é parte nas investigações a que está sujeito o ex-presidente. Cumpre apenas a sua missão de informar o povo, respaldada pela Constituição continuará a fazê-lo com serenidade e sem nada temer”. Neste caso, quando se referem ao *Jornal Nacional*, os apresentadores se expressam no plural ou respaldados pela emissora, o que é uma das características do modelo polifônico: “o apresentador aparece como uma voz mais esparsa ou mais difusa de um corpo de redatores, quando o *staff* parece ter o mesmo peso e a mesma importância que ele na condução do relato” (MACHADO, 2011, p.108). Na descrição do modelo polifônico, Machado aponta um formato que é semelhante ao do JN: “o apresentador chama o repórter, que por sua vez chama o entrevistado e assim vamos encaixando uma voz dentro da outra” (2011, p.108). Outra característica desse modelo é a falta de clareza quanto ao seu viés e com relação a como interesses podem influenciar na produção do noticiário:

O modelo “polifônico” de telejornalismo pode ser acusado, não sem razão, de tentar mascarar o fato de que toda produção de linguagem emana de alguém, ou de um grupo, ou de uma empresa, portanto nunca é o resultado de um consenso coletivo, mas de uma postura interpretativa “interessada” diante dos fatos noticiados. (MACHADO, 2011, p. 109).

Como demonstra o trecho do telejornal JN mencionado anteriormente, os apresentadores enaltecem que o jornalismo praticado no JN e pela emissora como um todo é objetivo e isento, tentando eliminar qualquer possibilidade de que exista alguma influência interessada, um viés que não esteja declarado. Trata-se de uma marca do modelo *polifônico* estabelecido por Machado (2011). Há, no entanto, uma ressalva a se fazer com relação ao *Jornal Nacional* que o aproxima também do modelo *opinativo*. É cada vez mais comum que os apresentadores utilizem expressões faciais como forma de emitir posicionamento sobre os temas abordados em reportagens. No caso de matérias esportivas, de superação ou de histórias inspiradoras, os enunciadores costumam sorrir. Já quando se trata de crimes, de corrupção ou de problemas relacionados ao poder público, eles utilizam expressões fechadas e de desaprovação. A observação sobre esta forma de expressar opiniões com relação às notícias aparece também nos itens seguintes, relacionada às análises dos autores.

Beatriz Becker trata do gênero telejornalístico como uma “instituição soberana e quase intocável” (2005, p.20) dentro da programação da televisão brasileira e junto às audiências. Becker complementa afirmando que essa instituição é “carregada de múltiplos sentidos e constitui-se efetivamente, numa proposta reguladora das noções de realidade local e global”.

Para Becker, o telejornal “utiliza linguagem e discursos complexos, regularidades e estratégias enunciativas singulares, que devem ser reveladas para que possamos compreendê-lo como um gênero” (2005, p.20).

A fim de complementar essa análise do *Jornal Nacional* enquanto modelo e gênero telejornalístico, incluímos a perspectiva apresentada por Itania Maria Mota Gomes que, assim como Beatriz Becker, também desenvolveu uma metodologia de análise de programas televisuais. Gomes afirma que o JN “representa o conjunto mais bem-acabado de marcas que caracterizam um telejornal no Brasil” (GOMES, 2005, p.1) e complementa detalhando como o *Jornal Nacional* é determinante para a cultura brasileira e até mesmo para outras emissoras que produzem telejornais:

O modo como o JN apresenta seus mediadores, como organiza e distribui as notícias, os recursos técnicos que põe a serviço do jornalismo, os recursos da linguagem televisiva, os formatos de apresentação da notícia, sua relação com as fontes de informação, o texto verbal propõem à sociedade brasileira, ao mesmo tempo, um pacto sobre o papel do jornalismo e uma perspectiva sobre a identidade nacional. No primeiro caso, características que são do JN acabam por se confundir com elementos mesmo do gênero telejornal. No segundo, o Brasil e os brasileiros são construídos em discursos que trazem a marca do conservadorismo, do civismo e do dramático. (GOMES, 2005, p.1).

Portanto, as características do JN servem como referência de prática jornalística para todos os telejornais produzidos no Brasil, mas não por praticar um jornalismo de alta qualidade, e sim, pela relevância e “peso” do programa dentro da cultura brasileira.

3.2 O jornalismo político no JN

Como dito no início do capítulo, o JN é o telejornal mais duradouro do Brasil e o programa vem funcionando baseado em um formato de apresentação no qual sempre aparecem dois apresentadores, no tempo de duração das reportagens, no cenário preponderantemente azul e também na forma de apresentar o conteúdo. Destacaremos aqui alguns dos padrões de conteúdo. Primeiro, abordaremos a forma comum de construção do noticiário político, sempre baseado no *confílito*. Motta e Guazina (2010) analisa a cobertura realizada pelo *Jornal Nacional* sobre o “escândalo do Mensalão” para investigar se a narrativa do jornalismo político é construída a partir de uma metacategoria que seria o conflito. Para desenvolver essa proposta, Motta e Guazina tomam como base conceitos da ciência política, mais especificamente do politólogo espanhol Javier Del Rey Morato que além de apontar o conflito como essência da

política, ainda avança sobre a forma como o telejornalismo realiza a cobertura sobre os fatos políticos.

[...] no jornalismo, o conflito é uma categoria que informa menos a respeito dos inúmeros aconteceres que da categoria do conflito em si mesma. Isto é, a categoria conflito (enfrentamento, disputa) e seus derivados (adversário, oposto) mais que representam, fundam a realidade política no noticiário. A categoria se reproduz a si mesma, está nos jornais e telejornais de hoje e estará nos de amanhã, diz ele, assim como esteve no de ontem e no do mês passado, instituindo a política, a disputa, os sucessivos enfrentamentos.

Jornais e telejornais, continua o autor (pp. 162/3), estão sempre perseguindo a tensão, parecem estar a serviço do conflito enquanto categoria que busca incessantemente um referente convertido em notícia para sobreviver como conteúdo. Eles procuram e recolhem incessantemente conflitos de toda espécie nos referentes de conflitividade disponíveis. (MORATO *apud* MOTTA; GUAZINA, 2010, p. 134-135).

Motta e Guazina (2010) observam na narrativa jornalística a utilização de termos e expressões que são comuns na dramaturgia e outros que são militares, de guerra (conflito). Desta maneira, o autor consegue destrinchar

[...] de que maneira a narrativa se estrutura na medida em que prossegue dia a dia o noticiário político do telejornal, como os fios da política vão sendo gradualmente costurados. Buscamos particularmente a construção do “efeito narrativa”: encaixes que estimulam virtuais encadeamentos lógico-temporais e projetam possíveis desenlaces da história (a diegese). Movemo-nos, portanto, no domínio da sintaxe narrativa (organização e montagem de uma história coerente). (MOTTA; GUAZINA 2010, p. 136).

Na análise da narrativa, o autor aponta qual dos atores políticos é tratado pelo enunciador-JN como o protagonista do “escândalo do mensalão”. De acordo com o levantamento, o ex-deputado Roberto Jefferson responsável por denunciar o suposto esquema seria o protagonista principal e os integrantes do governo e do Partido dos Trabalhadores, tais como José Dirceu, José Genoíno e outros seriam os seus inimigos. Os autores demonstram como o texto jornalístico centra sua atenção nos desacordos entre os atores políticos e, simultaneamente, enaltece críticas que sejam feitas entre as partes. Para Motta e Guazina (2010), o jornalismo amplifica, ativa e demarca essas disputas entre os políticos porque isso torna o noticiário mais aquecido, passionizado, mais atraente para a audiência. “O conflito atrai atenção, é facilmente compreendido, tanto pelo jornalista quanto pela audiência” (MOTTA; GUAZINA, 2010, p. 136).

Em 2016, nos dois períodos analisados nesta pesquisa é possível constatar que tanto a linguagem da dramaturgia como os vocábulos de guerra estiveram presentes na construção da narrativa jornalística sobre a crise política. Além disso, pudemos encontrar outro léxico que também está conectado com a ideia de conflito: o da revolta, utilizado nos enunciados sobre os protestos contra o governo e a favor do impeachment de Dilma Rousseff.

No caso da crise política de 2016, o protagonista principal da narrativa do jornalismo político no *Jornal Nacional* não é uma pessoa e, sim, o “combate à corrupção” materializado pela Operação Lava Jato. O desejo popular de combate aos desmandos e à impunidade de políticos corruptos é matéria antiga no Brasil. Portanto, essa operação é o protagonista do enredo, o gerador das tensões e dos conflitos que se desencadearam na política brasileira. O simples uso da expressão “combate à corrupção já produz como sentido que exista um conflito em curso, uma guerra.

Em 1º de março, uma notícia sobre a substituição do Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo foi construída pelo enunciador JN não pela versão apresentada pelo próprio Cardozo que dizia estar saindo do cargo porque era “tempo de mudar”. O JN contrariou a declaração do ministro e construiu no enunciado a ideia de que a troca poderia servir para colocar um “freio” na Operação Lava Jato. A apresentadora do telejornal afirmou que o novo ministro tentou reforçar a ideia de que não iria “ceder a pressões políticas no comando da Polícia Federal.” Já o texto da reportagem reforçou logo de início que o governo não necessariamente dizia a verdade:

O ministro da Justiça e o substituto dele andam juntos desde ontem. Afinam o discurso para negar qualquer ingerência nas ações da Polícia Federal. José Eduardo Cardozo que deixa a Justiça para assumir a Advocacia Geral da União admitiu que sofreu, sim, desgaste, mas negou que a troca tenha sido por pressões políticas”. (JORNAL NACIONAL, exibido em 01 mar. 2016v).

Por mais que na sequência o ministro tenha negado qualquer pressão ou ingerência, a narrativa aprofundou o sentido que vinha sendo construído: “Mas aqui no Planalto, veladamente, o que está em jogo nessa troca de cadeiras é o *modus operandi* da Polícia Federal. A ordem é conter o que se considera excessos nas ações de agentes e delegados”. A repórter ainda sugeriu que haveria a possibilidade de que o diretor-geral da PF pudesse vir a ser substituído. Constata-se nestes trechos que a narrativa jornalística construía o sentido de que havia tensão entre a Operação Lava Jato e o governo federal, um conflito entre o protagonista que combatia a corrupção e o adversário, o governo federal, que tentava escapar das investigações porque, pela narrativa, provavelmente era corrupto.

Após alegar que o governo estaria tentando brecar a Operação Lava Jato, o telejornal mostrou um avanço das investigações sobre o ex-presidente Lula. A reportagem em questão mencionava a descoberta de que um segurança da presidência da República foi o responsável pela compra de “pedalinhos” que tinham gravados os nomes dos netos de Lula. A descoberta foi narrada mostrando que dinheiro público estava envolvido na aquisição em função de um servidor ter trabalhado em um assunto pessoal da família do ex-presidente. Tomando como base

os dois enunciados, constata-se que o conflito entre governo e Operação Lava Jato está na possibilidade de que os investigadores estivessem se aproximando de evidências sobre malfeitos do ex-mandatário e líder maior do Partido dos Trabalhadores. Entretanto, como explicitado no capítulo anterior, é preciso levar em conta que essa construção tinha como fonte única os investigadores que não apresentavam provas.

No dia 3 de março, o conflito entre governo federal e Operação Lava Jato deixou de ser tratado como uma possibilidade e tornou-se algo concreto. O então senador Delcídio do Amaral fechou com a Operação Lava Jato um acordo de delação premiada e trechos dos seus depoimentos foram “vazados” para a revista *Istoé*, que os publicou. O *Jornal Nacional*, sem conseguir confirmar se as denúncias podiam ser comprovadas, exibiu duas reportagens explicitando o conteúdo dos depoimentos. Foram 14 minutos expondo um material que havia sido recebido pela Lava Jato. Delcídio do Amaral “afirmou aos procuradores” que Lula e Dilma tentaram interferir na Operação Lava Jato. De acordo com o enunciador JN, “a política brasileira sofreu um terremoto com a revelação do conteúdo do depoimento”. A palavra terremoto faz parte da dramatização do noticiário político. As informações elencadas pelo telejornal davam conta de que Lula, Dilma e o PT trabalharam em diversas ocasiões para coibir o “combate à corrupção”.

Reportagem sobre a reação do Palácio do Planalto afirmou que Dilma Rousseff “convocou uma reunião de emergência” e que ela ordenou que os ministros “saíssem a campo para desqualificar o delator”. Novamente, a narrativa jornalística dá a entender que o governo operava para mascarar o que o “combate à corrupção” estaria tentando revelar. Ministros de governo apareceram negando as acusações feitas por Delcídio do Amaral. O presidente do Partido dos Trabalhadores também apareceu fazendo declarações sobre a falta de credibilidade do senador. O uso das expressões “terremoto na política brasileira” e “reunião de emergência” são usados, como argumenta Motta e Guazina (2010), para passionizar a narrativa, provocar o efeito de tensão e deixar o telejornal mais atraente.

A mesma edição do JN ainda exibiu reportagem sobre a repercussão no Congresso. Este é o enunciado em que o conflito na narrativa jornalística fica mais evidente. A repórter descreve as reações dos governistas e da oposição: “No Congresso a estratégia dos dois lados ficou muito clara. A oposição disse que o impacto da delação é grande”. Um parlamentar afirmou que a delação “traz a Lava Jato para dentro do Palácio do Planalto, para o colo da Dilma e também abraça indelevelmente o ex-presidente Lula”. Um deputado filiado ao PT questionou a credibilidade da delação. A reportagem ainda mencionou que as acusações seriam usadas para fazer o processo de impeachment avançar.

Ainda no dia 3 de março, o JN exibiu reportagem que apresentava uma foto do ex-presidente Lula dentro do “tríplex do Guarujá”. O apresentador descreveu as versões do Instituto Lula e do Ministério Público para a presença do ex-presidente no imóvel. A primeira era de que Lula estava apenas conhecendo o local, já a segunda dava conta que tratava-se de uma vistoria para a entrega das chaves. Mais uma vez, Lula e a Lava Jato estavam em lados opostos.

Em 4 de março, a Polícia Federal invadiu a casa do ex-presidente Lula com um mandado de busca e apreensão, além de detê-lo e conduzi-lo coercitivamente para depor aos investigadores da Lava Jato. O nome da operação já era, em si, conectado com a cultura da dramaturgia, mas a forma como foi narrado pelo enunciador-apresentador reforçou esse aspecto: “Ele foi o alvo central da 24^a fase da operação que recebeu o nome de Aleteia. Em grego, essa palavra significa a busca da verdade”. A dramaturgia da narrativa do JN iniciou o mês de março denunciando que havia um conflito na relação entre o governo federal e a Operação Lava Jato, que o governo estaria tramando contra o aprofundamento do combate à corrupção.

As informações fornecidas pela Operação Lava Jato eram reproduzidas pelo JN, que as conectava com o aumento da pressão sobre o governo. Ao telejornal interessava demonstrar que havia o conflito e que este colocava em risco a estabilidade do governo, tanto é que quando as denúncias feitas por Delcídio foram desmentidas, o *Jornal Nacional* não produziu reportagens longas para dizer às audiências que as tensões provocadas pelos depoimentos eram mentira. Além disso, toda essa narrativa formava uma trama atraente para o telespectador. A partir da condução coercitiva sofrida pelo ex-presidente Lula, o conflito que colocava em risco a estabilidade do governo passou a ser social também, com grupos que demonstravam apoio a Lula e outros que apoiavam a Operação Lava Jato e o impeachment de Dilma Rousseff. O telejornal mostrou as justificativas apresentadas por investigadores e pelo então juiz Sergio Moro, assim como também mostrou que a então presidente decidira se mostrar solidária a Lula e criticando o que chamou de “excessos” da Operação Lava Jato. Nesse período o conflito cresceu e atingiu diretamente a figura da presidenciada República.

Esse enredo perdurou por alguns dias com Luiz Inácio Lula da Silva no centro do noticiário político por ser suspeito de envolvimento em corrupção, mas também porque as suspeitas levantadas pela Lava Jato permitiram à oposição aumentar a pressão sobre o governo. Quanto mais tensão, melhor para o noticiário político do programa de televisão. Essa movimentação liderada pelo então senador Aécio Neves tinha destaque no JN. Neves não fazia parte do enredo em que a Lava Jato era protagonista, o senador era o personagem principal do

conflito político que gerava a polarização, como demonstrado no capítulo 2. Em 14 de março o telejornal repercutiu as manifestações ocorridas no dia anterior, um domingo, e que teriam levado 1 milhão de pessoas à Avenida Paulista em protesto reivindicando o avanço do processo de impeachment. O telejornal valorizou a revolta contra o governo e deu destaque às críticas relacionadas à corrupção. O sentido construído pelo JN era de que a maioria da população estava contra o governo. Em meio à pressão social contra o governo e contra o PT, o *Jornal Nacional* informou no dia 15 que existia a possibilidade de que Lula assumisse o Ministério da Casa Civil para tentar reaglutinar a base governista no Congresso Nacional – formadora da coalisão governamental - que estava se desfazendo. No entanto, no dia 16 de março, ao mesmo tempo em que Lula foi nomeado para o Ministério da Casa Civil porque, de acordo com a reportagem, “o governo Dilma não tinha outra saída”, Sergio Moro tornou públicas conversas telefônicas do ex-presidente, dando a entender que ele e Dilma Rousseff estavam tramando contra a Operação Lava Jato para que Lula não pudesse ser preso.

O *Jornal Nacional* mostrou que a nomeação de Lula provocou reações de grupos sociais que eram apresentados pelo telejornal como sendo majoritários. Milhares foram às ruas para protestar. A oposição, na pessoa de Aécio Neves – protagonista do conflito político - se pronunciou contrariamente à entrada do ex-presidente no governo. Mas o grande conflito foi revelado no dia 17. Os “grampos” das conversas de Lula foram dissecados pelo JN que apontou a forte possibilidade de haver um conflito de interesses na nomeação do ex-presidente. Do dia 18 em diante, a pauta foi o processo de impeachment, as negociações em busca de votos e como o governo estava pressionado. Como demonstrado em tabela localizada no capítulo anterior, o número de reportagens sobre corrupção cai vertiginosamente e ganham destaque as reportagens sobre o andamento do processo de impeachment e as disputas políticas entre governistas e parlamentares defensores do processo. Logo, a possibilidade ou não da destituição da então presidente da República passa a ser o conflito maior e todo o noticiário político se desenvolve baseado em conflitos ligados ao processo de impeachment. O que se percebe é que o conflito, de fato, é uma metacategoria do jornalismo político.

3.3 Padrões de conteúdo no *Jornal Nacional*

O jornalismo praticado pelo *Jornal Nacional* tem um significado cultural que serve como balizador para diferentes parcelas da sociedade brasileira. É comum em filmes nacionais que retratem a vida de cidadãos que integram camadas populares, que exista uma cena em que

o *Jornal Nacional* apareça. O filme brasileiro *Dois filhos de Francisco* é um exemplo. Quando o apresentador do telejornal dizia “boa noite” o pai dos protagonistas respondia “boa noite”. O personagem em questão é Francisco, um agricultor que tinha pouca escolaridade e, como demonstra a descrição da cena, não sabia lidar com o nível de realismo projetado pela imagem televisual. O “telejornalismo é uma forma cultural e uma instituição social, nos termos de Raymond Williams” (GOMES, 2011, p.18). A definição apontada pela autora Itânia Gomes embasa a linha de análise construída por ela que envolve jornalismo, televisão e a recepção televisiva. Ela une *cultural studies* com estudos da linguagem. Gomes entende a produção telejornalística de forma semelhante como foi apresentada no item 2.2 desta pesquisa:

É claro que, na nossa concepção, a notícia é uma construção e não uma representação “fiel” da realidade. As noções de objetividade e imparcialidade no jornalismo são mais apropriadas a uma concepção empiricista da realidade que está fora de enquadramento da nossa perspectiva teórica. É certo que a nossa objetividade é construída e tem uma hereditariedade comercial (SCHUDSON, 1978; DAYAN, 2005) entretanto, ambas as noções são úteis na análise porque enquadram o modo como o jornalismo é socialmente aceito, e regulam, pelo menos retoricamente, as ações profissionais e as expectativas do público. (GOMES, 2011, p.21).

No percurso do seu trabalho Gomes realizou diversas análises sobre o telejornalismo e o *Jornal Nacional*. Algumas são utilizadas nesta pesquisa para definir padrões de conteúdo no JN. Itânia Gomes (2011) considera que a notícia ganha muito da sua configuração das características do próprio meio no qual ela aparece e difere da notícia em alguns *media*: “a notícia televisiva difere da notícia do jornal na muito maior importância que a televisão dá ao espetáculo” (WEAVER, 1993, p.303 *apud* GOMES, 2011, p.25).

O *Jornal Nacional* é uma referência para todo o telejornalismo praticado no Brasil,

[...] representa o conjunto mais bem-acabado de marcas que caracterizam um telejornal no Brasil. O JN sofreu várias transformações ao longo dos anos: modernizou-se o cenário, inovaram-se as vinhetas, mudaram os apresentadores, polêmicas e crises de credibilidade aconteceram, mas ele permanece o telejornal de maior audiência do país e é o modelo de referência para o telejornalismo nacional. (GOMES, 2005, p. 1).

Para a autora, o JN tem a sua própria forma de construir uma identidade nacional: “o Brasil e os brasileiros são construídos em discursos que trazem a marca do conservadorismo, do civismo e do dramático” (GOMES, 2005, p.1). Ao analisar o modo de endereçamento do *Jornal Nacional*, Gomes (2005) buscava marcas e características que foram “naturalizadas” pela história da audiência do telejornal. Ela descreve como o programa televisivo se compõe:

O patrocinador se apresenta e os apresentadores, de imediato, anunciam as principais manchetes. De forma ágil e dinâmica – frases curtas se intercalam quase que instantaneamente - o casal se incumbe de prender a atenção do telespectador chamando a atenção para os destaques da noite. Eles miram a tela de forma fixa e nos convocam: veja agora, no Jornal Nacional. O texto evidencia uma estratégia de “aproximação” com o leitor. A escalada é seguida da conhecida vinheta, o emblemático anúncio das notícias do dia. (GOMES 2005, p. 6).

A autora também descreve o cenário que se transformou desde a publicação do artigo citado acima e prossegue estabelecendo a forma como o JN apresenta os diferentes atores sociais que aparecem relacionados nas reportagens,

A notícia “imparcial” e *in loco* é a marca privilegiada do JN. Uma das formas mais visíveis da construção da credibilidade no JN é através da elaboração, retórica, dos “dois lados da notícia”. O JN procura mostrar, nas matérias e reportagens, o lado de quem exerce a ação e de quem a sofre, os bandidos e as vítimas etc. Nas matérias que fazem denúncias de algum crime ocorrido no país, o lado negativo é mostrado em imagens de câmera escondida, enquanto as vítimas e as fontes oficiais aparecem nas sonoras, espaço reservado para as entrevistas. (GOMES, 2005, p.7).

Como mencionado no capítulo anterior e confirmando a suspeita de falta de clareza que cerca o modelo *polifônico* de telejornalismo (MACHADO, 2011), embora o JN apresente os “dois lados da notícia” a falta de contextualização, ou seja, a superficialidade da cobertura jornalística permite que a objetividade torne-se ferramenta para a distorção dos fatos. Um exemplo é a cobertura das suspeitas levantadas pela Operação Lava Jato: as teses acusatórias do MPF embora não apresentassem provas, eram “naturalizadas” pelo *Jornal Nacional* que utilizava recursos gráficos para materializar “dinheiro sujo” ao redor dos ex-presidentes Lula e Dilma bem como de outros políticos ligados ao governo da época.

Em suas análises, Itânia Gomes detectou o que o *Jornal Nacional* promete oferecer a sua audiência. Para a autora, o JN comprehende o papel do jornalismo como organizador do mundo e, por isso, oferece um resumo dos fatos com o objetivo de gerar conversação social.

No caso do JN, o principal pacto estabelecido com a audiência é em relação ao recorte dos fatos mais “importantes” do cotidiano do país (o país privilegiado pelo noticiário), com a valorização das notícias de maior repercussão na vida do brasileiro ou tragédias e denúncias. O telejornal funciona para alimentar a conversação cotidiana. E esse seria o pacto mais presente no Jornal Nacional: o de conversação social. O noticiário apresenta o grande resumo das principais notícias do dia. Um pouco de política, de economia, esportes, internacional, apenas o essencial de cada uma das editorias é suficiente para repor o estoque de informação para a conversa do próximo dia. (GOMES, 2005, p.8).

Essa promessa de conversação é entregue à audiência pelos apresentadores e repórteres que aparecem como representantes da sociedade porque fazem os questionamentos que o

cidadão gostaria de poder fazer. Também está ligada ao interesse da sociedade a ordem em que são exibidas as reportagens, sempre do tema mais “forte” para o mais “leve”. Gomes descreve o que foi constatado também pela análise desta pesquisa,

O JN costuma apresentar, no primeiro bloco, reportagens sobre os assuntos ou fatos ocorridos no Brasil que se destacam pelo caráter de impacto, como as tragédias, ou denúncia (microcâmeras), independentemente da editoria a que pertençam, para seduzir o telespectador. Por vezes, deixa um último VT para o final do programa, com as informações mais recentes sobre o fato em destaque. As reportagens da editoria de esportes e/ou as da área social de repercussão positiva sempre encerram o telejornal, ainda fiel ao padrão de aliviar as tensões do telespectador que acaba de ser bombardeado de notícias negativas (GOMES, 2005, p.9).

O telejornal mais longevo do país tem um “caráter nacional”, de acordo com Gomes. A imparcialidade está atrelada a esta característica mencionada pela autora. A única forma de um programa jornalístico representar o sentimento de uma nação é tentar adotar uma forma “neutra”, porém emotiva, passionizada, para apresentar e narrar as reportagens,

Os apresentadores do Jornal Nacional, apesar da aparente postura de neutralidade e objetividade – expressa no comportamento, no texto e no perfil editorial do Jornal – emitem juízos de valor através das expressões faciais. A credibilidade do Jornal Nacional, ao invés de estar marcada pelo distanciamento do fato, pela ilusão de transparência, está fundada na proximidade do fato, na atitude de viver os fatos, emocionar-se, indignar-se e alegrar-se com eles, ou tratá-los com a seriedade ou sobriedade que exigem. (GOMES, 2005, p.10).

Essas emoções aparentes nas expressões dos jornalistas se mesclam com brasileiros e brasileiras, cidadãos comuns que aparecem dando suas opiniões para o restante do país e assim se constrói a representação do sentimento da nação,

O programa se vale da exploração de tipos genuínos, do sentimento nacional e da diversidade regional. O indivíduo comum - o trabalhador, o caminhoneiro, a dona de casa, o empresário, o pai de família – é protagonista da maior parte das reportagens, através da estratégia da humanização do relato. No entanto, as narrativas colocam esses “sujeitos simbólicos” em determinadas posições sociais: o cidadão, o consumidor, o lutador, o trabalhador, o homem honesto etc. (GOMES, 2005, p.11).

A análise apresentada no capítulo 2 sobre a forma como o JN elegeu a Operação Lava Jato como o “bem” e o governo, a política e, principalmente, o Partido dos Trabalhadores como o “mal” é complementada pela constatação da autora sobre a forma como o telejornal reconstrói a realidade nacional: “Além do apelo ao civismo (“o ser cidadão”, o “saber sobre os seus direitos”), o discurso sobre a nação apresentado pelo JN é marcado por um forte nacionalismo, maniqueísmo e conservadorismo” (GOMES, 2005, p.12). Gomes ainda reforça: “O JN explora abundantemente o sentimento nacionalista do seu público: o crescimento

da economia, o triunfo dos atletas brasileiros no exterior, o leilão da “relíquia” (a camisa da seleção) de Pelé, o otimismo no setor da construção civil [...]” (p.12).

3.4 Análise Televisual aplicada ao *Jornal Nacional*

A metodologia da análise televisual foi construída por Beatriz Becker (2012), autora que analisa não apenas o telejornalismo, mas também a hibridização dos meios e a forma como as novas tecnologias afetam a produção jornalística. Apesar do avanço da circulação de informações pela internet, Becker considera que a televisão continua sendo um meio de comunicação extremamente poderoso, “a TV e os telejornais ainda são as principais fontes de informação sobre os acontecimentos sociais para a maioria da população no Brasil e em outros países” (2016, p. 197). Embora o poder de comunicação da TV continue relevante, a autora concluiu que o telejornal “tende a se expandir por distintos veículos e canais, distribuindo o mesmo conteúdo e formato em áudio e vídeo e/ou com pequenas adaptações editoriais” (BECKER, 2016, p. 164). Esta constatação teve como base uma pesquisa publicada por Becker em 2014 sobre a cobertura das mobilizações de junho de 2013 feita pelo *Jornal Nacional*. A autora se referia à disponibilização do conteúdo do telejornal no site G1 e para *smartphones* através de aplicativos. Ou seja, o *Jornal Nacional* e o jornalismo patrocinado pelas Organizações Globo vêm buscando formas de aumentar sua capacidade de se comunicar com suas audiências.

A metodologia utilizada para a referida pesquisa foi a *análise televisual* que consiste em um processo dividido em três etapas: a descrição do objeto, a análise televisual e a interpretação dos resultados. A descrição do objeto já é uma etapa realizada nesta dissertação, o que foi feito nos itens anteriores deste capítulo. A partir deste ponto será descrita a análise televisual que é constituída por uma análise quantitativa e uma qualitativa:

O estudo quantitativo corresponde à aplicação de seis categorias básicas: 1. Estrutura do texto, 2. Temática, 3. Enunciadores, 4. Visualidade, 5. Som, e 6. Edição. A *Estrutura do texto* corresponde a elementos que caracterizam os modos como os formatos e conteúdos audiovisuais são organizados na narrativa e ao contexto onde a obra é produzida e distribuída (...). A *Temática* revela as editorias que mais se destacam no estudo de um telejornal (...). Os *Enunciadores* oferecem a possibilidade de identificar os atores sociais que participam da narrativa, observando as diferentes vozes presentes e ausentes nos relatos, assim como é realizada a construção da credibilidade de âncoras e repórteres. A *Visualidade* permite considerar a maneira como são constituídos os cenários, os figurinos e os recursos gráficos e multimídia. O *Som* indica como os elementos sonoros estão relacionados aos elementos visuais e participam da construção da narrativa e dos sentidos do texto (...). A *Edição* é utilizada para compreender como as principais características das narrativas jornalísticas

audiovisuais, as combinações entre o texto verbal e a imagem produzem sentidos (BECKER, 2016, p.201-202).

A reunião destes dados fornece subsídios para a análise qualitativa que, de acordo com a autora, é realizada pela aplicação de três princípios de enunciação: Fragmentação; Dramatização e Definição de Identidades e Valores (BECKER, 2016, p.202). Estes princípios são explicados da seguinte forma:

Por *Fragmentação* entende-se o caráter condensado, enxuto, comum a toda programação televisiva. No jornalismo, a aplicação desse princípio resulta em percepções significativas, porque a curta duração de cada unidade informativa nem sempre permite que se compreenda o fato noticiado em toda a sua complexidade. As notícias são apresentadas como um mosaico, não oferecendo a oportunidade de realizar interligações indispensáveis para uma apreensão mais contextualizada de problemas sociais. O princípio da *Dramatização*, presente em outros gêneros televisivos, corresponde à natureza ficcional da narrativa, envolvendo emocionalmente o telespectador (...), para que o clímax seja aumentado e para conferir caráter dramático a um determinado acontecimento. Esse processo é acentuado pelo uso da técnica e de recursos audiovisuais empregados na construção do produto audiovisual, gerando um apagamento das fronteiras entre a realidade e a ficção (...). O princípio da *Definição de Identidades e Valores* permite conhecer as marcas enunciativas da narrativa audiovisual referentes aos valores atribuídos a conflitos locais e globais e aos modos como são julgados e qualificados. Possibilita ainda compreender como são eleitos e representados os tipos sociais de uma reportagem (BECKER, 2016, p. 202-203).

O objetivo desta metodologia é possibilitar que seja feita uma análise crítica da construção dos sentidos das notícias. Becker (2012) considera relevante a construção de uma metodologia como esta para que seja possível fortalecer interações críticas e criativas das audiências com os textos midiáticos (p.234). Somente o avanço das análises permitirá que a sociedade compreenda melhor o papel dos *media*. “A educação para leitura da mídia e para produção de outros conteúdos e formatos noticiosos audiovisuais implica, portanto, em um domínio relativo da linguagem audiovisual e da técnica televisiva” (p. 235). No mesmo artigo, publicado em 2012, sobre como mídia e jornalismo são formas de conhecimento, Becker já apontava que a credibilidade da notícia enfrentava um processo de desconfiança. No artigo citado, a autora apresenta a metodologia e discorre sobre alguns elementos do telejornalismo como, por exemplo, as imagens:

Ao contrário da linguagem verbal, as imagens não podem ser classificadas num dicionário. São constituídas como os comportamentos, as atitudes, e os gestos de certa fluidez, formas, cores e enquadramentos, o que as torna difíceis de descrever e interpretar. Se os discursos verbais geralmente desenrolam-se ao longo de uma linha temporal, as imagens são constituídas através do olhar em determinados espaços de representação visual, não seguem por isso uma linha de orientação lógica e cronológica. Permitem, assim, uma multiplicidade de pontos de vista, em função de escolhas singulares. Entretanto, ao mesmo tempo, é justamente a característica de representação da imagem em espaço e tempo determinados que a materializa entre uma infinidade de outras possíveis. (BECKER, 2016, p. 239).

A complexidade para a análise do sentido das imagens leva a outra conclusão sobre a compreensão dos produtos audiovisuais aos quais a autora se refere como “discurso”, “Ganhar alguma intimidade com o discurso audiovisual implica, portanto, na percepção do texto como um conjunto de enunciações verbais e outras enunciações não verbais e suas combinações” (BECKER, 2012, p. 239).

A metodologia construída por Beatriz Becker foi utilizada para analisar a cobertura jornalística feita sobre a conferência Rio+20 (BECKER, 2013). O encontro realizado no Rio de Janeiro reuniu representantes de várias nações para discutir como conciliar desenvolvimento econômico com inclusão social e conservação ambiental. Becker considerava que a análise dos relatos jornalísticos selecionados na investigação permitiu “uma radiografia do papel da mídia e das relações geopolíticas na atualidade, tecidas pelos discursos da imprensa” (BECKER, 2013, p.72-73). A partir da análise ela pôde concluir que as diferentes abordagens do acontecimento foram “constituídas como um caleidoscópio pela mídia, mas suas significações também dependem das leituras das imagens e palavras que representam a realidade” (p.73). Para realizar a pesquisa, a autora analisou produções audiovisuais de portais de informações originários de quatro continentes diferentes: BBC (Europa), CNN (América do Norte), G1 (América do Sul) e Al Jazeera (Ásia). Neste caso, Becker comparou as diferentes narrativas para o mesmo acontecimento. A autora aponta que a *Análise Televisual* também pode ser utilizada para estudar o sentido construído em produções jornalísticas audiovisuais (BECKER, 2012, p.243), tal como foi feito nesta dissertação de mestrado. Em 2014, Becker publicou novo artigo em que fez uso da metodologia, dessa vez para analisar a cobertura das manifestações de Junho de 2013 pelo *Jornal Nacional* e pelo *Mídia Ninja* (BECKER; MACHADO, 2014).

No artigo mencionado as autoras constatam que a convergência da televisão com a *web* afeta a linguagem telejornalística e altera também o processo de informação,

[...] a análise televisual das enunciações do Jornal Nacional e do Mídia Ninja sobre os Protestos de Junho de 2013 no Brasil revela que fatos que ocorrem fora dos canais de televisão convencionais, por meio do uso das ferramentas digitais impõem mudanças ainda mais expressivas ao modelo tradicional do telejornalismo, porque o conteúdo audiovisual já não está mais condicionado à tela do aparelho de televisão e pode ser acessado com a utilização de várias plataformas. (BECKER; MACHADO, 2014, p. 55).

3.4.1 Análise Televisual aplicada ao JN na crise política de 2016

Nesta pesquisa de mestrado foram analisadas 103 edições do *Jornal Nacional*.

Tabela 6: Edições do JN analisadas

Mês de 2016	Nº de edições do JN
Março	27
Abril	26
Agosto	27
Setembro	26

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações disponíveis no site Globo.com

A cobertura feita sobre os fatos que protagonizaram a crise política no Brasil foi muito mais intensa no mês de março, quando a Operação Lava Jato “revelou” que o grupo político que dirigia o Brasil estava conspirando contra o “combate à corrupção”.

Tabela 7: Tempo destinado ao tema “crise política” no JN

Mês	Tempo total de reportagens sobre a crise política	Principais fatos
Março	11h52m32s	Depoimento do senador Delcídio do Amaral; condução coercitiva do Lula; conspiração contra Lava Jato
Abril	9h18m53s	Discussão do impeachment na Câmara
Agosto	3h43m3s	Discussão do impeachment no Senado e Olimpíadas
Setembro	4h15m9s	Power point contra Lula; Desfecho do impeachment

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações disponíveis no site Globo.com

Essa cobertura política pode ser dividida em dois grandes temas, a corrupção e o processo de impeachment. Os protestos nas ruas se dividiram entre a revolta contra a corrupção ou contra a Lava Jato e em favor do impeachment, por isso, foram incluídos na contagem dos dois grandes temas.

Tabela 8: Nº de reportagens sobre corrupção no período analisado

Mês	Nº de reportagens sobre corrupção	Nº de reportagens sobre impeachment
Março	133	59
Abril	42	76
Agosto	31	40
Setembro	51	16

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações disponíveis no site Globo.com

É relevante apontar que nos meses de agosto e setembro ocorreram os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, respectivamente. Esses dois eventos passaram a ser o assunto mais forte do *Jornal Nacional*, ganhando em importância com relação à crise política que o Brasil enfrentava.

Análise quantitativa da cobertura do JN sobre a crise política em 2016 nos períodos destacados acima.

Estrutura do texto e Temática – As 257 reportagens analisadas sobre corrupção são constituídas por um padrão na forma como foram feitas as narrações e na disposição das informações. Os atores políticos considerados suspeitos sempre foram citados no início dessas reportagens e apresentados sob as acusações feitas contra eles. Foi constatado que logo na sequência eram detalhadas as teorias acusatórias elaboradas pelo Ministério Público ou pela Polícia Federal. Estas eram misturadas com trechos de entrevistas dos investigadores de ambas as instituições. Recursos gráficos foram utilizados na grande maioria das notícias como forma de materializar as suspeitas. Os documentos recriados digitalmente traziam timbres do MPF ou da PF, como mostra a imagem abaixo, ou ainda da Vara Judicial responsável pelo inquérito – este recurso era utilizado sempre que havia algum posicionamento de juiz Sérgio Moro sobre as Operações realizadas.

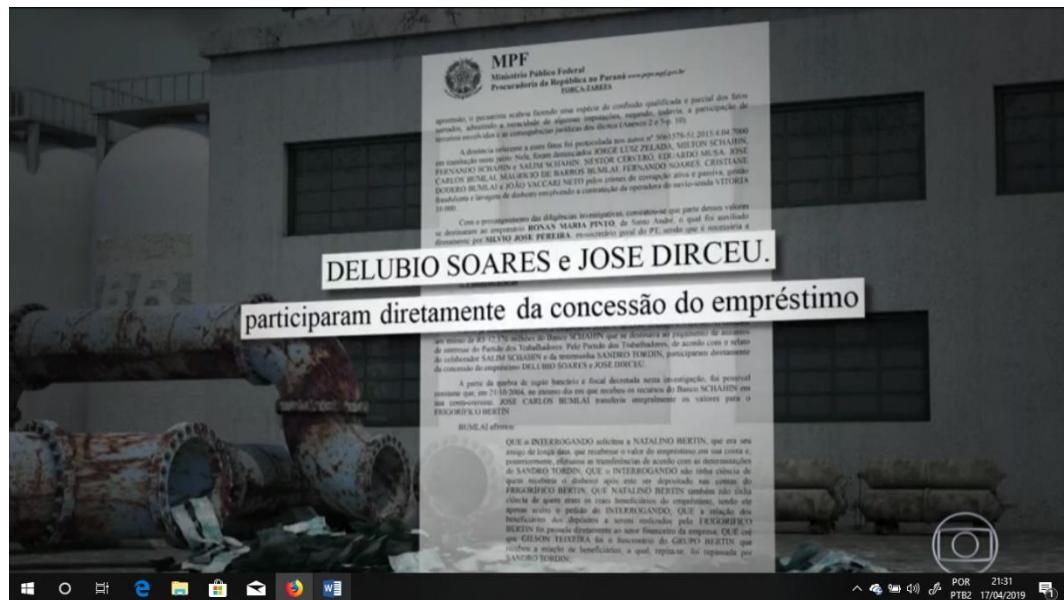


Imagen 31: Declaração de Sergio Moro
Fonte: Jornal Nacional exibido em 15 set. 2016x.

A sequência que estrutura as reportagens sobre corrupção poderia ser sintetizada pelos seguintes elementos que aparecem na ordem de leitura:

- “Políticos suspeitos”
- Teorias acusatórias
- Artes para tornar as acusações didáticas
- Trechos de entrevistas dos investigadores

As reportagens sobre as operações mais relevantes da Lava Jato, como por exemplo a condução coercitiva do ex-presidente Lula, apresentavam policiais federais, procuradores da República e o juiz Sérgio Moro. O magistrado, que não dava entrevistas sobre as operações, era apresentado como o líder das ações que visavam combater a corrupção. No entanto, as diferentes fases da Lava Jato raramente resultavam em apreensões de dinheiro desviado e, por isso, o JN utilizava um recurso gráfico em que os suspeitos ou acusados apareciam cercados de cédulas de R\$ 100,00 que jorravam de dutos enferrujados da Petrobrás.

É tão pequena a quantidade de vezes em que advogados de defesa tiveram espaço para defender os atores políticos acusados pela Lava Jato que não cabe nem numerá-las. Havia, no entanto, uma forma padrão para esses posicionamentos: ao final de cada reportagem os apresentadores liam trechos de notas oficiais enviadas por representantes daqueles que eram citados como envolvidos nos casos. Desta forma, o *Jornal Nacional* separava acusadores e acusados. Os acusadores detalhavam seus argumentos e estes ainda contavam com ilustrações gráficas feitas pelo JN que explicavam didaticamente as teses de acusações. Já os acusados apareciam nas reportagens em fotos ou em imagens de arquivos, e o posicionamento destes era narrado pelos apresentadores do *Jornal Nacional* que falavam com expressão de desconfiança. Essas mesmas expressões apareciam quando os apresentadores liam notas oficiais de governos municipais, estaduais ou mesmo federal com explicações sobre o atraso de obras ou falhas no funcionamento de serviços públicos.

Somente em cinco edições do *Jornal Nacional* atores políticos apareceram questionando a lisura ou a estratégia da Operação Lava Jato. A primeira foi logo no início de março quando foram “vazados” trechos de depoimentos do então senador Delcídio do Amaral. Na ocasião, a ex-presidente Dilma Rousseff, ministros do governo – entre eles o ministro da Justiça -, e parlamentares da base governista apareceram criticando o que chamaram de “vazamentos seletivos”.

A segunda ocasião também ocorreu no início de março, mas quando o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi alvo da condução coercitiva para prestar depoimento. Neste caso, os pronunciamentos críticos à operação ocorreram no dia da condução quando políticos filiados ao Partido dos Trabalhadores, ministros de governo e o próprio ex-presidente apareceram questionando o *modus operandi* da Lava Jato. No dia seguinte à condução coercitiva, novas críticas à LJ apareceram no *Jornal Nacional*. Por fim, a última ocasião em que a Lava Jato foi criticada por um ator político no JN foi às vésperas da votação do processo de impeachment quando Lula alegou que a operação estava destruindo a economia brasileira.

As 191 reportagens sobre o processo de impeachment que foram analisadas também seguem um padrão de estrutura. O *Jornal Nacional* mostrou em todas as edições os argumentos dos políticos que eram contra e dos que eram a favor do impeachment. Se o telejornal apresentasse alguma reportagem apenas com os argumentos do governo alegando que o processo era constitucional, na sequência apareceria outra reportagem apresentando as alegações dos políticos que defendiam o processo de impeachment. Conforme apresentado neste capítulo, no item 3.2, o cenário político era apresentado como um campo de guerra no qual aparecia, frequentemente, a ideia de que o governo estava em crise e cada vez mais enfraquecido diante do fortalecimento da oposição.

Os protestos nas ruas eram apresentados em um mesmo formato de reportagem: quais as reivindicações, como eram os manifestantes – com relação às roupas e às cores que vestiam – e como se posicionavam em relação ao governo federal e ao Partido dos Trabalhadores. Eventualmente, o posicionamento com relação à Lava Jato também era apresentado.

Durante os períodos analisados, o *Jornal Nacional* também apresentou reportagens sobre esportes, meio ambiente e problemas de funcionamento do serviço público. Nas reportagens sobre esporte, sejam elas sobre o campeonato nacional de futebol ou sobre os Jogos Olímpicos, a narração dos repórteres costumava ser mais lenta, a pronúncia das vogais era mais alongada e o tom utilizado era mais alegre. Notícias sobre qualquer um dos três temas mencionados eram iniciadas pela história de algum personagem. No caso dos esportes, o personagem alcançara um bom resultado ou era exemplo superação. Em notícias sobre falhas nos serviços públicos, a reportagem descrevia o drama enfrentado pelo personagem. Nas reportagens sobre meio ambiente, o personagem era um cientista que trazia uma boa ou uma má notícia, outra variável era do personagem afetado por algum problema ambiental.

Enunciadores

Entre os atores sociais que aparecem nas reportagens estão os jornalistas, que ocupam algumas posições: os apresentadores que estão na bancada do *Jornal Nacional* e em todas as edições são um homem e uma mulher; os repórteres que sempre se destacam com relação às fontes em função do figurino que vestem e por aparecerem sozinhos na tela quando se trata de reportagens de política. Somente em reportagens especiais os repórteres aparecem no meio de outras pessoas.

Os políticos acusados ou suspeitos de envolvimento com corrupção apareceram sempre em fotos ou em imagens de arquivo. Nenhuma das reportagens que apresentou esses suspeitos cedeu espaço para que eles aparecessem se defendendo. Apenas o ex-presidente Lula apareceu em sua própria defesa própria após ter sido detido para prestar depoimento, em março de 2016.

Já os políticos que apareceram durante a disputa entre governistas e oposição, apresentando acusações ou defendendo uma determinada posição sempre estavam de pé e em algum corredor, seja do Palácio do Planalto, no Congresso Nacional ou no prédio de algum ministério. Além disso, no Congresso Nacional, os parlamentares também apareciam fazendo discursos no púlpito ou sentados em alguma parte das galerias ou salas de comissões.

Os cidadãos que são também o público-alvo do telejornal apareceram como entrevistados para opinar sobre uma série de assuntos; é o chamado “povo fala” ou “fala povo”. Neste caso, eram identificados por suas profissões, o que é uma forma de apresentar a função do indivíduo na sociedade e deixar sugerido sua posição social. Além disso, os cidadãos apareceram como integrantes de movimentos a favor do impeachment – da Lava Jato, do combate à corrupção, contra o Partido dos Trabalhadores e como brasileiros -, ou contra o impeachment – aliados de Lula e Dilma, defensores do governo e como militantes. Essa divisão em dois lados apareceu no *Jornal Nacional* até o afastamento da ex-presidente Dilma Rousseff. Depois que Michel Temer assumiu o governo, mesmo que provisoriamente, as manifestações contrárias ao governo eram identificadas pelo JN como sendo protagonizadas por militantes de movimentos parceiros de Dilma, nunca como trabalhadores brasileiros que reivindicavam algo legitimamente.

Visualidade

Nesta categoria cabe enquadrar os recursos gráficos já mencionados em *Estrutura do texto*. Todas as reportagens sobre fases da Lava Jato ou sobre decisões do então juiz Sergio

Moro ou apenas de atualizações das investigações traziam, em algum momento, a arte gráfica em que cédulas de R\$ 100,00 jorravam de dutos enferrujados da Petrobrás. A ferrugem nos dutos é relevante porque reforça a ideia de que tratava-se de algo antigo e “apodrecido”.

Com relação aos protestos e também ao Congresso Nacional havia duas formas de mostrar as cenas: os atores sociais favoráveis ao impeachment usavam adereços verde e amarelo e mensagens como “Fora Dilma”, “Fora PT”, “Impeachment Já” e “Lula na cadeia”; Já os contrários ao impeachment eram identificados com a cor vermelha (do Partido dos Trabalhadores e da bandeira comunista) e com mensagens como “Fica Dilma” e “Impeachment é golpe”. Além disso nas reportagens sobre protestos, o *Jornal Nacional* destacava a presença de bandeiras de “sindicatos e centrais sindicais” e de “partidos e do MST e MTST”. Na cobertura das manifestações há uma diferença significante. Os protestos dos grupos “patriotas” (ALONSO, 2017) eram registrados com as câmeras posicionadas entre os manifestantes e do alto de prédios e de helicópteros. Já no caso dos protestos dos grupos de esquerda, as manifestações eram registradas apenas à distância, sempre de cima para baixo.

Os enunciadores que conduzem o texto jornalístico aparecem em quatro situações distintas: apresentação, reportagem, entrada “ao vivo” e voz *over* (quando apenas a voz do jornalista é exibida).

Apresentação: Vestidos com trajes sociais, formais, aparecem sentados atrás de uma bancada e se levantam e caminham até uma tela digital na qual conversam com repórter que fazem relatos “ao vivo” ou com o(a) apresentador(a) da previsão do tempo.

Reportagem: As reportagens exibidas no JN seguem o modelo off/passagem/off/sonora.

Entradas “ao vivo”: Repórteres aparecem diretamente de algum evento que está ocorrendo ou de um escritório da TV Globo que fica em outro país. Por vezes, os repórteres aparecem junto a um entrevistado que responde a perguntas. No JN, a entrada junto de um entrevistado ocorre nas coberturas esportivas, de eventos culturais ou em casos de acidentes e tragédias ambientais.

Voz *over*: São notícias que contam com narração de repórteres ou dos apresentadores, mas nas quais não aparece a imagem dos enunciadores.

Som

As reportagens exibidas no *Jornal Nacional* utilizavam o som ambiente para apresentar o “clima” em uma determinada situação. Por exemplo, quando o ex-presidente Lula foi detido coercitivamente a reportagem mostrou as ofensas trocadas por manifestantes dos dois lados e

as palavras de ordem que defendiam e atacavam Lula. Esse recurso chamado de “sobe som” também foi utilizado em reportagens sobre os protestos a favor do impeachment e contra o governo para mostrar como o hino nacional era entoado e como eram feitas críticas a então presidente e ao Partido dos Trabalhadores. As reportagens sobre os protestos contrários ao impeachment, raramente, utilizaram esse mesmo recurso. Durante entradas “ao vivo” direto das manifestações, os repórteres apareciam entre os manifestantes nos protestos a favor do impeachment e sempre distantes nas manifestações contrárias ao processo. Nos “flashes ao vivo” a disposição era semelhante, o que fazia com que pudessem ser ouvidas apenas as palavras de ordem dos movimentos favoráveis à destituição da presidenta.

Edição

Durante a análise foi possível confirmar o que foi apontado no item 3.4 desta pesquisa. O telejornal apresenta os diferentes temas e as diferentes disputas sociais em um confrontamento. Sempre são apresentados os autores das ações e os afetados por esses atos (GOMES, 2005, p.7). Assim como Gomes já havia mostrado (2005, p.11-12), o telejornal reconstrói a realidade de forma maniqueísta e apela ao civismo e ao nacionalismo em suas reportagens utilizando as condições de vida do brasileiro comum, mais pobre. O *Jornal Nacional* apresenta os fatos como se fizesse uma narração imparcial, mas confere pesos diferentes para cada opinião de acordo com os interesses da emissora.

As reportagens sobre política sempre se iniciam pela informação mais forte e que dê conta de sintetizar o fato. Esse formato é chamado de *pirâmide invertida* (VIZEU; MAZZAROLO, 1999, p.58), no qual a narrativa jornalística conta a história da informação mais geral para o que é mais específico. Somente reportagens especiais, de comportamento ou sobre esportes seguem uma lógica diferenciada, mais descriptiva.

O telejornal não utiliza efeitos de transição entre as imagens, somente em reportagens especiais ou sobre esportes. As entrevistas que aparecem nas reportagens sofrem cortes que não são sinalizados por qualquer tipo de efeito.

Análise qualitativa – Fragmentação; Dramatização e Definição e Identidades e Valores

Os dados colhidos na etapa quantitativa da análise permitem dizer que o resumo do cotidiano que apresentaria as principais notícias do Brasil faz, na verdade, uma “colcha costurada com retalhos” que formam algo que não é uma “colcha”. Ou seja, o *Jornal Nacional*

que sempre teve como objetivo comunicar ao país inteiro, faz um registro sobre os principais problemas do país que não apresenta a pluralidade de opiniões e perspectivas existentes no conjunto social. O JN apresenta uma versão dos fatos de modo a privilegiar interesses políticos e econômicos de determinados grupos sociais.

O sistema político é falho no Brasil por uma série de motivos que são anteriores ao governo que vigia até o início de 2016, mas o jornalismo praticado pelo JN não se prontificou a destrinchar o funcionamento das diversas esferas de poder, em mostrar quais eram as responsabilidades constitucionais de municípios, estados e do governo federal. Ao não fazer tal detalhamento, o JN deixou de esclarecer um dos principais anseios do público que é o melhor funcionamento dos serviços públicos. O *Jornal Nacional* fez o contrário, utilizou a insatisfação popular para mostrar problemas específicos de algumas regiões, trata-los como se fossem do país inteiro e ainda valorizando o sofrimento enfrentado por alguns cidadãos. Com essa prática, o JN colocou a corrupção como um problema endêmico e desproporcional com relação ao restante do mundo.

Nessa distorção da realidade o JN também tratou de não esclarecer qual era a disputa entre os movimentos que se opunham sobre o impeachment e sobre os grupos políticos que disputavam o poder. O jornalismo praticado pelo *Jornal Nacional* é como o power point apresentado por Deltan Dallagnol com o qual acusou o ex-presidente Lula de ser o grande líder de um enorme esquema de corrupção. O que se pretende dizer é que o JN faz uma série de conexões, mas não explica todos os detalhes, o que seria mais importante. Desta maneira, o telejornal elege personagens bons e ruins para o país enquadrando-os em um padrão de narratividade que sempre aponta o bem e o mal, o legal e o ilegal.

CONCLUSÃO

A desconstrução do noticiário do Jornal Nacional através da combinação da metodologia da análise televisual construída por Beatriz Becker e da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe revelou que a dramatização das narrativas construídas no JN é uma característica preponderante do telejornal e, especificamente, das reportagens sobre o cenário político brasileiro. A presença de atores políticos no programa é restrita. Não há abertura para que todas as formas de pensamento possam apresentar seus argumentos de modo que a audiência tenha uma visão completa sobre as leituras que os mais variados grupos políticos fazem dos fatos. A edição das reportagens ainda reduz os comentários fazendo com que os temas abordados sejam tratados de forma muito mais simplista do que deveriam. Além disso, a abordagem que o JN faz dos acontecimentos políticos é polarizada, sempre apresentada em um cenário de confronto e distante dos cidadãos comuns. Essa forma de abordagem que limita o debate não é declarada pelo telejornal. Ao contrário, o JN procura dizer a sua audiência que tem o noticiário mais “quente”, com a cobertura mais completa sobre o que acontece no país.

O Jornal Nacional é uma referência para o gênero telejornalismo, tanto para o público que enxerga este formato como sendo natural, como para o restante dos telejornais que se adequam ao que é praticado pelo “padrão Globo” há décadas, como argumentam Itânia Gomes (2011) e Beatriz Becker (2016). Essa posição ocupada pelo JN é preocupante já que, como demonstrado, o telejornal apresenta um noticiário focado na produção de dramas capazes de transformar as disputas políticas em algo mais atraente para o público. A forma como o Jornal Nacional tratou a cobertura do processo de impeachment mostra que houve uma preocupação muito maior com a construção da ideia de que havia um clima tenso, que envolvia uma trama com esquemas de corrupção de um lado, e defesa da moralidade do outro, do que um aprofundamento na forma de funcionar do sistema político e mesmo do que estava sendo discutido no impeachment. O JN reconstruiu a realidade como se o telejornal fosse um mero espectador das discussões que ocorriam no Congresso Nacional: se um golpe de Estado ou a destituição de uma governante que havia cometido crime de responsabilidade fiscal. Como se fosse uma disputa totalmente apartada do JN. Nesse jogo de contra e a favor, o telejornal não buscou saber em momento algum quais eram as ideias que os políticos a favor do impeachment defendiam para o futuro do país. O Jornal Nacional não demonstrou que a troca de presidente envolvia também a mudança total da agenda política.

A mesma lógica esteve presente na cobertura da Operação Lava Jato. O telejornal serviu como propagador das teses acusatórias defendidas pelos investigadores e pelo então juiz Sérgio

Moro e assumiu que cada investigador representava a instituição Ministério Público Federal ou a instituição Polícia Federal, permitindo que estes apresentassem ideais baseados em condutas morais ilibadas, o que os elevava a uma posição acima de qualquer suspeita e de portadores da verdade sobre o que seria bom e ruim, positivo ou negativo. Essa construção permitiu que os integrantes da Lava Jato rivalizassem com a Suprema Corte publicamente e ainda que defendessem que o país necessitava de uma renovação na política, atitudes totalmente fora da conduta destes servidores. O telejornal ainda enalteceu o então juiz Sergio Moro como um “caçador de corruptos” que era temido pelos políticos que tentavam fugir do seu alcance. Dentro da narrativa construída em que a corrupção era o grande mal do Brasil, Sergio Moro estava sendo construído como um “salvador da pátria”, um super herói. Essa não poderia ser a função destinada a um juiz, ainda mais um de 1^a instância. Nesta cobertura, o JN apresentou didaticamente as teorias acusatórias, mas não cedeu a mesma oportunidade para aqueles que eram acusados. O telejornal ainda fez uma comparação com a “Operação Mão Limpas” realizada na Itália, na qual foi revelado um esquema em que diferentes grupos mafiosos subornavam políticos. A reportagem afirmou que a operação na Itália foi fundamental para o combate da corrupção no país, mas jornais europeus afirmaram o contrário e ainda colocaram como resultado da operação a eleição de Silvio Berlusconi, um grande empresário do setor da comunicação – uma espécie de Silvio Santos italiano – que “quebrou” a Itália.

O esquema denunciado pela Operação Lava Jato foi tratado pelo telejornal como o maior escândalo de corrupção do país, mas não há referência para tal afirmação. Essa constatação, feita a partir da análise realizada nesta pesquisa, é importante porque a falta de contextualização transformou a corrupção na grande vilã da crise econômica do país, do desemprego, da perda de poder de consumo. Entretanto, a corrupção não é responsável por todos estes problemas nem pelas mazelas maiores do Brasil, como a desigualdade social e a violência. Leonardo Avritzer em *Impasses da democracia no Brasil* defende que não é possível afirmar que o período sob os governos do PT tenha tido mais ou menos corrupção do que qualquer outro, porque não houve fiscalização, investigação e punição em nenhuma outra época (2016, p.13). A citação é relevante não porque defende os governos do Partido dos Trabalhadores, mas porque apresenta uma argumentação que é completamente diferente da construção feita pelo JN.

A narrativa jornalística construída sobre a Operação Lava Jato remete a junho de 2013, período em que ocorreu uma série de manifestações que foram o estopim de uma revolta de insatisfeitos. Esse processo que chegou ao impeachment de 2016 e não terminou, fazendo com que a política brasileira fosse ressignificada. Os sentidos que estavam sendo construídos desde o fim da ditadura militar foram, em grande parte, destruídos. O governo de coalizão, os partidos

políticos tradicionais, as lideranças políticas que eram tidas como representantes de enormes parcelas da sociedade e até mesmo a imagem de um país que vinha se tornando próspero, foram duramente abalados. A destruição só não foi completa e permanente porque existiu a organização de um movimento de resistência e de defesa da política.

O deslocamento dos sentidos que constituíam o Brasil até então, começou quando os avanços sociais e dos serviços públicos passaram a ser considerados como inócuos e insuficientes. Praticamente, já não eram considerados avanços. Embora os governos do Partido dos Trabalhadores tivessem anunciado uma série de melhorias ao longo dos anos, o movimento iniciado em junho de 2013 denunciava que a coisa pública estava muito aquém do que seria o ideal. A grita inicial estava relacionada ao transporte público. Cidadãos insatisfeitos, principalmente jovens, demonstraram insatisfação diante do aumento no valor das passagens de ônibus. Prefeituras e governo estaduais anunciam estes aumentos na mesma época do ano e, por isso, essa mesma insatisfação pôde se espalhar pelo Brasil de uma só vez.

Este movimento tornou-se vazão para diversas outras insatisfações com a política, no geral. Ângela Alonso (2017) argumenta que a repressão policial teve papel significativo para que a revolta se espalhasse de forma contagiosa. Rapidamente, as manifestações foram inundadas pelas pautas mais variadas, todas baseadas em insatisfações sociais. A observação do estopim desta mobilização geral rendeu mais uma hipótese que é fruto da novidade proporcionada pelas redes sociais *online*. Como detalhado no capítulo 1, está em curso uma alteração no processo de circulação de informações, mudando também as práticas sociais de produção de sentido (FAUSTO NETO, 2018). Entretanto, para além da circulação de informações, há um outro fator quase não abordado nesta pesquisa: muitas das manifestações passaram a ser organizadas através do Facebook, mas não pela troca de informações e convencimento de que o movimento tivesse relevância e, sim, pela adesão a algum evento criado na rede social. A tradicional necessidade de politização ou mesmo de adesão a algum movimento ou do alinhamento com alguma liderança ou grupo políticos foi deixada de lado. A hipótese surgiu a partir da construção do primeiro capítulo desta pesquisa. Comprovação da existência da nova forma de mobilização social é a participação de parcelas do conjunto social que são despolitizadas, que não tinham conhecimento aprofundado nem mesmo sobre a própria reivindicação.

A falta de compreensão sobre o funcionamento dos sistemas político e econômico é o grande nó da jovem democracia brasileira. Se os sistemas e as propostas políticas não são conhecidos, a construção do sentido sobre o que é avanço e o que é retrocesso sempre será nebulosa. De forma que é necessário levar em conta que embora nos últimos 10 anos o Brasil

tenha implementado uma série de ferramentas de transparência que funcionam majoritariamente através da internet, antes disso, o maior meio de comunicação entre o Estado e a sociedade era a imprensa que, como demonstrado no capítulo 1, esteve por décadas sob censura. Apesar do fim da censura governamental, a análise realizada sobre o *Jornal Nacional*, o telejornal com maior poder de comunicação do país desde a década de 1970, permitiu constatar que não existe espaço para um debate pluralista das ideias que circulam no Brasil. O que há apenas é o simulacro de debate para construir um regime de verdade que atenda aos interesses políticos e econômicos do grupo financeiro e político ao qual a TV Globo pertence, ao subsistema hegemônico que a empresa de comunicação integra. Ou seja, o telejornal escolhe informar sem aprofundamento para que ele possa estabelecer verdades baseadas em informações genéricas, sem discussão.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Angela. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. **Novos Estudos**, São Paulo, n. ju 2017, p. 49-58, 2017.
- AVRITZER, Leonardo. Impasses da democracia no Brasil. 3^a ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2016.
- BADIOU, Alain. **O ser e o vento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- BECKER, Beatriz. **A linguagem do telejornal: um estudo da cobertura dos 500 anos do descobrimento do Brasil**. Rio de Janeiro: E-papers, 2005.
- _____. Mídia e jornalismo como formas de conhecimento: uma metodologia para leitura crítica das narrativas jornalísticas audiovisuais. **MATRIZes**, ano 5, n.2, jan./jun. 2012, São Paulo, p. 231-250.
- _____. Rio + 20 faces de um acontecimento global. **Comunicação & sociedade**, v.34, n.2, 2013. p. 67-91.
- BECKER, Beatriz; MACHADO, Mônica. Brasil entre as telas e as ruas: produção e consumo das narrativas jornalísticas audiovisuais sobre os protestos nacionais de junho de 2013. **Discursos fotográficos**, Londrina, v.10, n.17, p.39-60, jul./dez. 2014.
- BECKER, Beatriz. **Televisão e Telejornalismo: Transições**. 1 ed. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2016.
- BELTRÃO, Luiz. **Teoria e Prática do Jornalismo**. Adamantina: Edições Omnia, 2006.
- BOM DIA BRASIL. **Saímos de uma aparente indiferença para o exercício da cidadania, diz Alexandre Garcia**. Exibido em 24 jun. 2013. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2651321/>. Acesso em: 10 jun. 2019.
- BUCCI, Eugênio. **Brasil em tempo de TV**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.
- BUCCI, Eugenio; KEHL, Maria Rita. **Videologias**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- BRUGNANO, Fabrício; CHAIA, Vera. A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. **Aurora: revista de arte, mídia e política**, São Paulo, v.7, n.21, p. 99-129, out.2014-jan.2015.
- FAUSTO NETO, A. Circulação: trajetos conceituais. **Rizoma**, Santa Cruz do Sul, v. 6, n.2, p.9, dezembro 2018.
- FERRARETTO, Luiz Artur. **Radio o veículo, a história e a técnica**. 2. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001.
- GIACAGLIA, Mirta A. Política e subjetividade no pensamento de Ernesto Laclau. In: RODRIGUES, Léo Peixoto; MENDONÇA, Daniel de (Org.). **Ernesto Laclau e Niklas**

Luhmann: pós-fundacionismo, abordagem sistêmica e as organizações sociais. Porto Alegre: EDICPUCRS, 2006. p. 100-114.

GOMES, Itania Maria Mota. Modo de endereçamento no telejornalismo do horário nobre brasileiro: o Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – INTERCOM, 28.**, 2005, Rio de Janeiro. Congresso... Rio de Janeiro: [s.n.], 2005. p. 1-15. Trabalho apresentado ao NP 07 – Comunicação Audiovisual. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/74277217742772103772621605140235486090.pdf>. Acesso em: 8 mai. 2019.

GUERRA, Alexandre et al. **Poder e Corrupção no Capitalismo.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017.

JORNAL NACIONAL. **Escândalo da Petrobras é eleito o 2º maior caso de corrupção no mundo.** Exibido em 10 fev. 2016a (2min). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4802609/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

_____. **País inteiro parou para assistir a uma sessão histórica na Câmara dos Deputados.** Exibido em 18 abr. 2016b (3min). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4965958/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

_____. **Segurança na Esplanada dos Ministérios é reforçada.** Exibido em 11 abr. 2016c (3min). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4949814/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

_____. **PF leva Lula para depor a investigadores da Lava Jato em SP.** Exibido em 4 mar. 2016d (5min). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4860934/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

_____. **Investigadores:** suspeitas contra Lula têm base em provas e depoimentos. Exibido em 4 mar. 2016e (8min). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4860956/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

_____. **Instituto Lula e Lils são investigados na Operação Lava Jato.** Exibido em 4 mar. 2016f (6min). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4860959/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

_____. **Operação tem busca e apreensão em sítio frequentado por Lula.** Exibido em 4 mar. 2016g (9min). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4860982/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

_____. **MP-SP explica denúncia contra Lula e mais 15 pessoas.** Exibido em 4 mar. 2016h (8min). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4874965/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

_____. **Conversas telefônicas de Lula são grampeadas pela Polícia Federal.** Exibido em 17 mar. 2016i (14min). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4892022/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

JORNAL NACIONAL. Justiça torna público um diálogo entre Lula e a presidente Dilma Rousseff. Exibido em 16 mar. 2016j (1min). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4889278/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

_____. **Sérgio Moro justifica fim do sigilo de gravações da Operação Lava Jato.** Exibido em 16 mar. 2016k (1min). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4889236/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

_____. **Juristas comentam divulgação de conversas telefônicas de Lula.** Exibido em 17 mar. 2016l (8min). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4892026/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

_____. **Novos trechos de gravações reforçam ligação da família de Lula com sítio em Atibaia.** Exibido em 18 mar. 2016m (3min). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4894950/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

_____. **Ex-presidente da Andrade Gutierrez diz que construtora pagou propina.** Exibido em 7 abr. 2016n (14min). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4941883/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

_____. **PF indica Lula, Marisa e mais três na investigação do triplex do Guarujá.** Exibido em 26 ago. 2016o (3min). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5264065/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

_____. **MP denuncia Lula, Marisa e mais 6 por corrupção e lavagem de dinheiro.** Exibido em 14 set. 2016p (10min). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5306906/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

_____. **Brasil teve atos em 337 cidades no domingo (13).** Exibido em 14 mar. 2016q (2min). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4883843/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

_____. **Manifestantes protestam contra a nomeação de Lula como ministro da Casa Civil.** Exibido em 16 mar. 2016r (7min). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4889167/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

_____. **Manifestações contra e a favor de Lula e Dilma são registradas em 20 estados e no DF.** Exibido em 17 mar. 2016s (3min). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4892028/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

_____. **Manifestações pró-Lula e contra o impeachment seguem nesta sexta (18).** Exibido em 18 mar. 2016t (5min). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4895026/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

_____. **Manifestações a favor do governo ocorreram em 55 cidades e no DF.** Exibido em 19 mar. 2016u (4min). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4897025/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

_____. **Novo ministro da Justiça tem dia de muito trabalho em Brasília.** Exibido em 01 mar. 2016v (3min). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4852617/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

JORNAL NACIONAL. **Bumlai e mais sete são condenados por empréstimo fraudulento na Lava Jato.** Exibido em 15 set. 2016w (3min). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5309710/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista.** São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista – por uma política democrática radical.** São Paulo: Intermeios e Brasília: CNPq, 2015.

MACHADO, Arlindo. **A televisão levada a sério.** 2. ed. São Paulo: Senac, 2001.

MELO, José Marques de. Indústria cultural, jornalismo, jornalistas. **Periodística**, 1992. p. 23-31. Disponível em: <https://publicacions.iec.cat/repository/pdf/00000160%5C00000026.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

MENDONÇA, Daniel de; LINHARES, Bianca de Freitas; BARROS, Sebastián. O fundamento como "fundamento ausente" nas ciências sociais: Heidegger, Derrida e Laclau. **Sociologias**, Porto Alegre, v.18, n. 41, p. 164-194, Apr. 2016. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=8684531600>. Acesso em: 10 jul. 2019.

MOTTA, Luiz G., GUAZINA, Liziane. O conflito como categoria estruturante da narrativa política – o caso do Jornal Nacional. **Brazilian Journalism Research**, v. 6, n.1, 2010, p. 132-149.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento:** Da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

OLIVEIRA, Lúcia Maciel Barbosa de. “Nossos comerciais, por favor!”: A televisão brasileira e a Escola Superior de Guerra: o caso Flávio Cavalcanti. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001.

PEREIRA JUNIOR, A.E.V.; CORREIA, J.C. A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência. In: VIZEU, Alfredo et al. **A sociedade do telejornalismo:** a influência política da TV no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 11-28

PODER 360. Tiragem impressa dos maiores jornais perde 520 mil exemplares em 3 anos. Publicado dia 31 jan. 2018. Disponível Em: <https://www.poder360.com.br/midia/tiragem-impressa-dos-maiores-jornais-perde-520-mil-exemplares-em-3-anos/>. Acesso em: 05 abr. 2019.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento silêncio. **Revista Estudos Históricos**, 1989. Disponível: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278> em 09/02/2019. Acesso em: 15 fev. 2019.

PRADO, José Luiz Aidar. **Convocações biopolíticas dos dispositivos comunicacionais.** São Paulo: EDUC: FAPESP, 2013.

PRADO, José Luiz Aidar. **Sintoma** e fantasia no capitalismo comunicacional. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2017.

PRADO, José Luiz Aidar. Polarização e insatisfação midiatizadas no capitalismo comunicacional: como manter a democracia?. In: CASTRO, Paulo Cesar (org.). **Midiatização e reconfigurações da democracia representativa**. Campina Grande: EDUEPB, 2019, p.101-123.

ROSSI, C. **O que é jornalismo**. 10 ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SPONHOLZ, Liriam. O que é mesmo um fato? Conceitos e suas consequências para o jornalismo. **Revista Galáxia**, São Paulo, nº 18, p. 56-69, dez. 2009.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa. A mistura dos gêneros e o futuro do telejornal. In: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska. **60 anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica**. Florianópolis: Insular, 2010. p.101-124.

VIZEU, Alfredo, MAZZAROLO, Jô. Telejornalismo: onde está o *lead*? **Revista Famecos**, Porto Alegre, nº 11, dez. 1999, p. 57-63.

WITTGENSTEIN, Ludwig Joseph Johann, 1889-1951. In: HAUISMAN, Denis. **Diccionario dos filósofos**. São Paulo: Martins fontes, 2001, p.1008-1013.